



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

SHIRLEY COELHO MÜLLER

**O ESPAÇO PARA A CRIANÇA E A CRIANÇA NOS ESPAÇOS
DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

Belém – Pará

2015

SHIRLEY COELHO MÜLLER

**O ESPAÇO PARA A CRIANÇA E A CRIANÇA NOS ESPAÇOS
DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

Dissertação apresentada como requisito final à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Análise e concepção do ambiente construído na Amazônia.

Linha de pesquisa: Tecnologia, espaço e desenho da cidade.

Orientador: Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima

Belém – Pará

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Biblioteca da UFPA

Müller, Shirley Coelho, 1966-

O espaço para a criança e a criança nos espaços dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Belém / Shirley Coelho Müller. – 2015.

Orientador: José Júlio Ferreira Lima.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2015.

1. Habitação popular-Belém (PA) . 2. Política habitacional-Belém (PA) . 3. Arquitetura e recreação. 4. Áreas de recreação. I. Título.
CDD 22. Ed. 363.5098115

SHIRLEY COELHO MÜLLER

**O ESPAÇO PARA A CRIANÇA E A CRIANÇA NOS ESPAÇOS
DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

Dissertação apresentada como requisito final à
obtenção do grau de Mestre em Arquitetura,
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal do Pará.

Defesa em: 31 / 03 / 2015

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima
Orientador – PPGAU/ITEC/UFPA

Prof^a Dr^a Ana Klaudia de Almeida Perdigão
Examinadora interna – PPGAU/ITEC/UFPA

Prof^a Dr^a Roberta Menezes Rodrigues
Examinadora externa – FAU/ITEC/UFPA

Belém – Pará

2015

Dedicatória

Aos meus pais, Dora e Romário, por terem devotado suas vidas a nos educar através das lições do amor, por sempre me apoiarem e por me ensinarem a amar os livros.

Ao meu marido que me estimulou a prosseguir nessa jornada.

Aos meus filhos, pelos quais todos os sacrifícios valem à pena.

A minha irmã querida, que de algum modo sempre esteve ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é uma realização que somente foi possível graças ao apoio e compreensão de todos ao meu redor, portanto tenho muito que agradecer.

Agradeço primeiramente a Deus, pelas flores e principalmente pelos espinhos do caminho, que me ajudam a corrigir a rota quando d'Ele me afasto.

À minha família, que chora as minhas lágrimas e sorri meus sorrisos, à qual dedico amor incondicional.

Aos tios Protásio e Fátima e ao primo Saulo, que me apoiaram, incentivaram e colaboraram diretamente nesse percurso acadêmico.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Júlio Lima pela orientação segura, pela confiança depositada em mim e pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis.

A todos os Professores que compartilharam seu saber e sua experiência e que de alguma forma colaboraram com esta dissertação.

Aos colegas do Mestrado em Arquitetura e do LABCAM, que me acompanharam nesta jornada, oferecendo sua amizade e companheirismo.

Aos meus amigos da Associação Espírita Caminheiros do Bem, que compreenderam meu afastamento das tarefas e do convívio fraterno, me encorajando e apoiando minha decisão.

Aos amigos Anna Carolina Holanda, Jesiel Lopes e todos aqueles que colaboraram com esta pesquisa.

E por fim agradeço aos amigos Emília, Ana Rosa e André, que acreditaram em mim quando eu mesma não mais acreditava e me deram o impulso inicial, e à Myrian, amiga/irmiga, que compartilhou as alegrias e crises, as noites em claro, sempre generosa e solidária.

As crianças da cidade precisam de uma boa quantidade de locais onde possam brincar e aprender. Precisam, entre outras coisas, de oportunidades para praticar todo tipo de esporte e exercitar a destreza física – e oportunidades mais acessíveis do que aquelas que desfrutam na maior parte dos casos. Ao mesmo tempo, no entanto, precisam de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções de mundo.

Jane Jacobs (2003, p.88)

RESUMO

As transformações econômicas e sociais que originaram as cidades e mais tarde a tornaram o habitat por excelência do homem, fizeram com que ele se distanciasse cada vez mais da natureza. As praças e parques públicos surgiram como meios de suprir artificialmente o contato com a natureza, e para a necessidade específica das crianças, foram elaborados parques infantis, campos de jogos e *playgrounds*. A política de habitação de interesse social atual determina que o lazer infantil seja atendido através de espaços construídos especificamente para esse fim, e a esse respeito acredita-se que cabe indagar que espaços têm sido produzidos de fato. Partindo do princípio de que a relação objeto/espaço, o corpo em movimento no espaço e as interações sociais possibilitadas pelo lazer são fundamentais para que o desenvolvimento sociocognitivo e psicomotor das crianças se dê de forma satisfatória, a pesquisa analisa os espaços projetados para o lazer infantil em dois conjuntos habitacionais de interesse social produzidos pelo PMCMV: Residencial Jardim Campo Grande em Ananindeua e o Residencial Jardim dos Pardais em Marituba, ambos localizados na Região Metropolitana de Belém/PA e questiona se esses espaços estão sendo utilizados pelas crianças. O método de estudo de caso combina técnicas de análise do projeto arquitetônico e do espaço físico com a observação comportamental das crianças em seu lazer. Observou-se que os espaços de lazer infantil dos conjuntos estudados carecem de elementos que atendam de forma adequada à necessidade de lazer das crianças, que seu uso independe da quantidade de área destinada a esse fim e fatores como a sensação de segurança ou insegurança e a tipologia habitacional podem limitar ou estimular o uso desses espaços e a apropriação dos espaços comuns.

Palavras-chave: Habitação de interesse social, Espaço de lazer infantil, Programa Minha Casa Minha Vida, Região Metropolitana de Belém.

ABSTRACT

The economic and social transformations that gave rise to cities and later became the habitat par excellence of man, made him distance himself more and more from nature. The squares and public parks emerged as a means of artificially supply the contact with nature, and to the specific needs of children, were prepared *playgrounds*, playing fields and *playgrounds*. The current social housing policy is that children's play is met through spaces built specifically for this purpose, and in this regard it is believed that it is worth asking which spaces have been produced in fact. Assuming that the relationship object / space, the body moving in space and social interactions made possible by leisure are fundamental to the social cognitive and psychomotor development of children be given satisfactorily, the research analyzes the spaces designed for leisure Children in two housing projects of social interest produced by PMCMV: Residencial Jardim Campo Grande in Ananindeua and Residencial Jardim dos Pardais in Marituba, both located in the metropolitan area of Belém/PA and questions if these spaces are being used by children. The case study method combines analysis techniques of architectural design and physical space with behavioral observation of children at their leisure. It was observed that the children's play spaces the sets studied lack elements that address adequately the need for recreation of children, their use is independent of the amount of area for this purpose and factors such as sense of security or insecurity and housing typology can limit or encourage the use of these spaces and the appropriation of public spaces..

Key-words: Social housing, Children's play space, Programa Minha Casa Minha Vida, Região Metropolitana de Belém.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras:

Figura 1 - Conjunto Residencial Operário do Realengo (Praça principal) Rio de Janeiro/RJ	30
Figura 2 - Conjunto Residencial IAPI Mooca – São Paulo/SP.....	31
Figura 3 - Área de lazer do Conjunto Residencial IAPI Mooca – São Paulo/SP	32
Figura 4 - Conjunto Residencial da Lagoinha – Belo Horizonte/MG	33
Figura 5 - Conjunto Residencial São Braz - Belém/PA	34
Figura 6 – Conjunto Residencial Pref. Mendes de Moraes – Rio de Janeiro/RJ	35
Figura 7 - Maquete do Conjunto Residencial Deodoro – Rio de Janeiro/RJ	36
Figura 8 - Vila Kennedy – Rio de Janeiro/RJ.....	38
Figura 9 - Conjunto Habitacional Nova Marambaia – Belém/PA.....	39
Figura 10 - Conjunto MCMV de tipologia horizontal – Natal/RN.....	45
Figura 11 - Conjunto MCMV tipologia vertical – Manaus/AM	46
Figura 12 – Planta de urbanização do Residencial Jardim Campo Grande	79
Figura 13 – Residencial Jardim Campo Grande.....	80
Figura 14 - Implantação do Residencial Jardim dos Pardais	83
Figura 15 – Residencial Jardim dos Pardais	84
Figura 16 - Diagrama do sistema viário e localização das áreas residenciais e comunitárias do Residencial Jardim Campo Grande	86
Figura 17 – Guarita do Residencial Jardim Campo Grande.....	87
Figura 18 – Lixo depositado na Travessa A - Jardim Campo Grande.....	87
Figura 19 - Ficha de análise do espaço - Residencial Jardim Campo Grande.	89
Figura 20 – Diagrama do sistema viário e localização das áreas residenciais e comunitárias do Residencial Jardim dos Pardais	90
Figura 21 – Ocupação irregular das calçadas no Jardim dos Pardais	92
Figura 22 – Ficha de análise do espaço - Residencial Jardim dos Pardais	93
Figura 23 - Áreas de lazer do Residencial Jardim dos Pardais.....	97
Figura 24 – Praça do Residencial Jardim dos Pardais.....	99
Figura 25 – Gangorra quebrada e enferrujada.....	100
Figura 26 - Áreas de lazer do Residencial Jardim Campo Grande	101
Figura 27 – <i>Playground</i> com brinquedos danificados.....	103
Figura 28 – <i>Playground</i> desativado.....	103
Figura 29 – Brinquedos danificados armazenados	104
Figura 30 – Quadra de areia no Residencial Jardim Campo Grande.....	104
Figura 31 - Ficha de observação de vestígios físicos - Residencial Jardim Campo Grande.....	108
Figura 32 - Ficha de observação de vestígios físicos – Res. Jardim dos Pardais	109
Figura 33 – Brincadeira na Praça do Jardim dos Pardais	111

Figura 34 – Veículos pesados trafegando na WE-01 (Jardim dos Pardais) ...	112
Figura 35 – Jogo de bola na Quadra de Areia – Jardim Campo Grande	114
Figura 36 – Criança jogando lixo fora – Jardim Campo Grande.....	114
Figura 37 – Mapa comportamental – Residencial Jardim dos Pardais.....	117
Figura 38 – Mapa comportamental – Residencial Jardim Campo Grande	118

Quadros:

Quadro 1 – Desenho da pesquisa.....	19
Quadro 2 – Vestígios físicos a observar.....	21
Quadro 3 – Elementos presentes na observação do comportamento ambiental	22
Quadro 4 - Estágios de desenvolvimento cognitivo de Piaget e a elaboração do espaço.....	52
Quadro 5 - Áreas de atividades para espaços de jogo infantil	63
Quadro 6 - Diretrizes para gestão e elaboração de projetos arquitetônicos de Parques Públicos Infantis	68
Quadro 7 – Síntese dos elementos necessários aos espaços de lazer infantil para atender o desenvolvimento da criança.....	71
Quadro 8 - Residenciais MCMV Faixa 1 no Município de Ananindeua.....	77
Quadro 9 - Residenciais MCMV Faixa 01 no Município de Marituba	81

Mapas:

Mapa 1 – Mancha urbana da Região Metropolitana de Belém	72
Mapa 2 - Localização do Residencial Jardim Campo Grande.....	78
Mapa 3 – Localização do Residencial Jardim dos Pardais	82

Gráficos:

Gráfico 1 - População residente por faixa etária nos Municípios de Ananindeua e Marituba	74
Gráfico 2 – Proporção de lotes, equipamentos, áreas verdes e sistema viário no Residencial Jardim dos Pardais.	94
Gráfico 3 - Proporção de lotes, equipamentos, áreas verdes, áreas de acesso/residuais, estacionamento e sistema viário no Residencial Jardim Campo Grande.....	95
Gráfico 4 – Distância aproximada entre a Praça e as Alamedas no Residencial Jardim dos Pardais (Metros)	98
Gráfico 5 – Distância aproximada entre os Blocos e a Quadra de Areia no Jardim Campo Grande (Metros).....	102

Tabelas:

Tabela 1 - Taxas de fecundidade total das mulheres de 15 anos ou mais de idade, moradoras em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2010 75

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
APES – Associações de Poupança e Empréstimos
BNH – Banco Nacional da Habitação
CAP – Caixas de Aposentadoria e Pensões
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CEM – Centros de Estudos da Metrópole
CIAM – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
COHAB – Companhias Habitacionais, estaduais ou municipais
DHP - Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro
DIN - Deutsches Institut für Normung
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FCP – Fundação da Casa Popular
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FICAM - Financiamento da Construção ou Melhoria da Habitação de Interesse Social
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana
GIHAB BE – Gerência Executiva de Habitação – Belém (PA)
GTR-SFH - Grupo de Trabalho para Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação
IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensões
IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
MCMV – Minha Casa Minha Vida

NBR – Norma Brasileira Registrada
OGU – Orçamento Geral da União
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAR - Programa de Arrendamento Residencial
PLANHAB - Plano Nacional de Habitação
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNHR – Plano Nacional de Habitação Rural
PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana
PROFILURB - Programa de Lotes Urbanizados
PROMORAR - Programa de Erradicação da Sub-Habitação
RMB – Região Metropolitana de Belém
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCIS – Sociedades de Crédito Imobiliário
SEHAB – Secretaria de Habitação de Ananindeua
SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária
SERFHAU – Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo
SESC – Serviço Social do Comércio
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1: A POLÍTICA DE HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONDOMÍNIOS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	25
1.1. A crise de moradia e a habitação social no Brasil	25
1.2. A habitação social inspirada pela Arquitetura Moderna	27
1.3. A produção habitacional no período do BNH	37
1.4. O período pós BNH e o PMCMV	41
1.4.1. Os espaços de lazer nos projetos habitacionais MCMV	47
Capítulo 2: COMPORTAMENTO AMBIENTAL E A ARQUITETURA DOS ESPAÇOS DE BRINCADEIRA	49
2.1. O desenvolvimento da criança e o espaço	49
2.2. O lazer e a criança	54
2.3. O espaço urbano, a arquitetura e o lazer	58
2.4. O projeto arquitetônico, o lazer e o atendimento das necessidades sociocognitivas e psicomotoras das crianças	62
Capítulo 3: CARACTERIZAÇÃO DO RESIDENCIAL JARDIM CAMPO GRANDE E DO RESIDENCIAL JARDIM DOS PARDAIS	72
3.1 O contexto urbano e demográfico dos Municípios de Ananindeua e Marituba	72
3.2 A localização e configuração do Residencial Jardim Campo Grande .	76
3.3 A localização e configuração do Residencial Jardim dos Pardais.....	80
Capítulo 4: ANÁLISE E VALIDAÇÃO DA HIPÓTESE	85
4.1 Áreas de lazer nos projetos dos empreendimentos Jardim dos Pardais e Jardim Campo Grande: análise do projeto arquitetônico e urbanístico e a situação atual	85
4.2 O uso do espaço nos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais: análise dos vestígios físicos	105
4.3 O uso dos espaços de lazer por crianças nos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais: análise da observação comportamental.	110
CONCLUSÕES	119
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICES	134

INTRODUÇÃO

A relação da criança com o espaço foi objeto de estudo de Piaget (2013), que constatou que a evolução da inteligência está relacionada ao espaço e acontece em paralelo com a evolução da afetividade e da vida relacional. O autor aponta que a gênese das estruturas da inteligência está no desenvolvimento sensório motor, que antecede a linguagem e no qual se encontra a construção do espaço, que é elaborada desde os primeiros meses de vida do ser humano, pois é a partir do espaço que a criança estrutura suas primeiras noções de sentidos como grande, pequeno, dentro e fora, usando seus próprios movimentos.

O espaço da casa não basta, é preciso brincar, correr, jogar, encontrar outras crianças. No passado essa necessidade era atendida naturalmente pelo uso do espaço da rua, contígua a casa e desse modo, a criança tomava contato com a cidade. No entanto, a sociedade ocidental passou por uma série de transformações, iniciadas com o advento da Revolução Industrial e aprofundadas no período após a segunda grande guerra, que alteraram o crescimento demográfico, passando pelos modos de produção e comunicação, gerando impactos nas cidades e na rotina de seus habitantes, inclusive das crianças.

Em seu estudo sobre a classe trabalhadora na Inglaterra, publicado originalmente em 1845, Engels (2010) descreve a vida das famílias tecelãs, residentes nos campos vizinhos às cidades, nas quais cabia à mulher e aos filhos a tarefa de fiar e ao homem a de tecer, podendo cultivar a terra nas horas livres e ganhando o suficiente para sua sobrevivência. Seus filhos cooperavam nas tarefas de forma ocasional, sem o cumprimento de jornada de trabalho diária, e era possível a todos dispor de horas de lazer ao ar livre, resultando em um ambiente saudável e ótimas condições de saúde, muito diverso daquele verificado pelo autor após o advento da industrialização. Engels (2010) relatou as condições desumanas em que viviam os proletários, habitando locais insalubres e densamente povoados, de ruas labirínticas sem calçadas ou esgotos, repletas de resíduos animais e vegetais, morando em casas mínimas, úmidas e sem ventilação, quando era possível pagar os altos aluguéis. Para

arcar com os custos da família, o trabalho infantil não podia ser dispensado, e as crianças eram transformadas em operárias, cumprindo jornadas diárias de até doze horas. Tornavam-se presas fáceis de doenças, abatidos pela má alimentação e pelos esforços despendidos, e seu aspecto raquítico indicava o desenvolvimento insuficiente.

Amude e Silva (2008) estudando a história dos Jardins de Infância e seu fundador, o educador alemão Friedrich Froebel, descrevem que ao perceber a inevitável expansão do Capitalismo e as transformações advindas da Revolução Industrial, ele concebeu uma teoria de educação que objetivava a formação do homem desde a infância, para que se inserisse harmonicamente nessa nova sociedade, colaborando para o progresso através do trabalho. Froebel fundou em 1840 o primeiro Kindergarten para crianças menores de seis anos, que eram educadas por meio de atividades livres e jogos realizados com brinquedos especialmente concebidos chamados dons, “ferramentas para ajudá-las a descobrirem seus próprios dons, descobrir o que Deus havia dado a cada uma delas”. (AMUDE; SILVA, 2008, p. 169).

O direito a educação para todos, assim como o direito ao lazer, foi uma das importantes conquistas da sociedade industrial, porém Castro (2002) afirma que a escola passou a ser o trabalho das crianças, uma vez que se propõe a habilitá-las ao trabalho adulto, em um longo processo de iniciação. Segundo a autora o “tempo das crianças e suas atividades foram colonizados em função dessa nova realidade social e econômica” (CASTRO, 2002, p.52), saindo da invisibilidade, da condição de passivo social, para a condição de trabalhadora potencial e consumidora, e aquelas bem nascidas, na contemporaneidade, “competem com os adultos na reivindicação do lazer, do consumo de bens simbólicos e materiais”. (CASTRO, 2002, p.53).

A emergência dessa nova sociedade urbana, a nova configuração familiar em que o casal trabalha e os filhos vão à escola, a necessidade dos governos europeus de prover o déficit habitacional, ampliado pela devastação de cidades na primeira grande guerra, influenciou a arquitetura, e o II CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), realizado em 1929, trouxe a proposta da casa funcional, a máquina de morar, conjugando as novas

tecnologias e materiais para a produção em massa de habitações coletivas, cujos espaços eram dimensionados minimamente, a baixo custo consolidando esse novo modo de viver (BENÉVOLO, 2011). Lima (1989, p. 10) situa a habitação tornada coletiva e o espaço dela decorrente, como um elemento de condicionamento, que transforma indivíduos em usuários, sem voz, vontade ou mando, e trazendo prejuízo para a formação das crianças, pois as tornam “adultos domesticados, obedientes e disciplinados – se possível limpos – destituídos de vontade própria e temerosos de indagações”.

No Brasil, a partir da década de 1930 a industrialização ganha novo impulso e a partir da década de 1940 o país torna-se definitivamente urbano (SANTOS, 2009). O ideário modernista floresceu especialmente na era dos IAPs, Institutos de Aposentaria e Pensões, e mais tarde com a criação da FCP, Fundação da Casa Popular, que sob o controle estatal dedicaram-se a produção de moradias para as classes trabalhadoras. Uma das características destes conjuntos habitacionais era a valorização do espaço público e das áreas verdes, favorecendo o convívio e o lazer infantil. (BONDUKI, 2011). Após o golpe militar de 1964, o governo ditatorial retomou a política habitacional, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e do Banco Nacional da Habitação (BNH), objetivando recuperar a economia em recessão e resolver o déficit habitacional (COTA; DIÓRIO, 2013). A tipologia construtiva adotada nos conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH foi predominantemente a de casas unifamiliares isoladas nos lotes, reforçando um modo de vida privado, e a ênfase dada à unidade habitacional de baixo custo não privilegiava espaços de uso coletivo (BONDUKI, 2011).

O período de 20 anos entre a extinção do BNH e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), configurou-se como um período de transição em que praticamente deixou de existir uma política nacional de habitação e as atribuições passaram a ser compartilhadas pelas três esferas de governo, no entanto esse vazio “foi ocupado de forma fragmentária, mas criativa, por Municípios e Estados”, experiências que se tornaram referências para o próprio Governo Federal (BONDUKI 2008, p.77). A partir de 2003, sob o governo Lula, a política nacional de habitação foi retomada, culminando com o lançamento do PMCMV em 2009, o qual, sob o pretexto de resolver a questão

do déficit habitacional proporcionando condições de acesso à casa própria para famílias com renda até 10 salários mínimos, instaurou uma produção massificada de habitação pela iniciativa privada com financiamento governamental, tanto ao produtor quanto ao consumidor, especialmente os de renda até 03 salários mínimos, para a qual é prevista subsídio integral (CARDOSO; ARAGÃO, 2013; BENETTI, 2012).

Considerando que a moradia digna é um dos princípios no qual se baseia a Política Nacional de Habitação, da qual o PMCMV faz parte e que o direito a moradia e ao lazer são direitos sociais reconhecidos pela Constituição Federal do Brasil, esta dissertação tem por objeto de estudo o espaço projetado para a brincadeira das crianças, entendida como lazer infantil, nos empreendimentos construídos sob a égide do PMCMV para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, tendo-se em conta ainda que nesse segmento populacional encontra-se a taxa de fecundidade mais alta do país (IBGE, 2010), o que leva a crer que é significativo o número de habitantes na faixa etária da infância em tais empreendimentos. A pesquisa tem como questão norteadora a seguinte indagação: foram projetados espaços para o lazer infantil nos conjuntos habitacionais MCMV faixa 1?

Para responder a essa pergunta, o trabalho promove uma reflexão sobre a importância do espaço para a criança vivenciar seu lazer a fim de desenvolver-se através da brincadeira e como a arquitetura pode contribuir no sentido de projetar esses espaços, observando parâmetros que adequem o ambiente para atender a necessidade de desenvolvimento sociocognitivo e psicomotor das crianças. Assim o objetivo geral é averiguar se as crianças residentes nos conjuntos habitacionais do PMCMV faixa 1 têm utilizado os espaços projetados para o lazer infantil, o qual se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar a existência de espaços públicos abertos equipados para o lazer infantil, averiguando se estão sendo utilizados e analisando se sua localização é adequada, permitindo a supervisão dos adultos;

- b) Identificar a inadequação ou inexistência de espaços para o lazer infantil e que alternativas tem sido adotadas pelas crianças em seu lazer.

Parte-se da hipótese de que a ausência ou inadequação de espaços de encontro e brincadeiras infantis nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida para faixa de renda de zero a três salários mínimos têm levado as crianças a se apropriar dos espaços de uso comum como alternativa ao lazer, representando falta de adequação entre o projeto e a apropriação dos espaços públicos.

Para alcançar o objetivo a que se propôs, o método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, combinando diferentes técnicas de coleta de dados e tomando como unidades de análise o Residencial Jardim Campo Grande situado no Município de Ananindeua e o Residencial Jardim dos Pardais localizado no Município de Marituba, conforme demonstrado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Desenho da pesquisa

TÍTULO DA PESQUISA	O ESPAÇO PARA A CRIANÇA E A CRIANÇA NOS ESPAÇOS DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MCMV	
Objeto de estudo Espaços para o lazer infantil nos conjuntos habitacionais MCMV faixa 01	Delimitação do Objeto Espaços de lazer infantil nos Residencial Jardim Campo Grande, no Município de Ananindeua e Residencial Jardim dos Pardais, no Município de Marituba, ambos na Região Metropolitana de Belém.	
Questão Central Foram projetados espaços para o lazer infantil nos conjuntos habitacionais MCMV faixa 1?	Objetivo Principal Averiguar se foram projetados espaços para o lazer infantil nos conjuntos habitacionais MCMV faixa 1.	Metodologia • Estudo de caso
Questões Secundárias Caso existam espaços públicos abertos equipados para o lazer infantil: • Os espaços têm sido utilizados pelas crianças em seu lazer? • A localização destes espaços é adequada? Caso se constate a inadequação ou inexistência dos espaços de lazer: • Que espaços e/ou alternativas têm sido adotados pelas crianças para vivenciar o lazer?	Objetivos Específicos • Verificar a existência de espaços públicos abertos equipados para o lazer infantil, identificando se estão sendo utilizados e se sua localização é adequada, permitindo a supervisão dos adultos; • Identificar a inadequação ou inexistência de espaços para o lazer infantil e que alternativas tem sido adotadas pelas crianças em seu lazer.	Técnicas de coleta de dados: • Análise do projeto arquitetônico e urbanístico; • Análise do espaço físico; • Observação dos espaços utilizados para o lazer infantil • Observação de vestígios físicos; • Observação comportamental. Instrumentos de pesquisa: • Softwares: - AutoCad (Análise do projeto); - Excel (Sistematização de dados e gráficos); • Ficha de análise do espaço; • Ficha de observação dos espaços utilizados para o lazer infantil • Ficha de observação de vestígios físicos • Mapa comportamental; • Registro fotográfico.
Hipótese A ausência ou inadequação de espaços de encontro e brincadeiras infantis nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida para faixa de renda de zero a três salários mínimos têm levado as crianças a se apropriar dos espaços de uso comum como alternativa ao lazer, representando falta de adequação entre o projeto e a apropriação dos espaços públicos.		

Procurou-se atender a recomendação de Yin (2001) quanto à adoção de um protocolo de pesquisa, o qual o inclui uma visão geral do projeto, a especificação dos procedimentos de campo, as questões do estudo de caso e um guia para o relatório do estudo de caso (ver Apêndice A). Quanto às técnicas de coleta de dados escolhidas para atingir o objetivo do estudo, optou-se pela análise do projeto, análise do espaço físico, observação de vestígios físicos e a observação comportamental, a saber:

- a) Revisão bibliográfica sobre o lazer, o desenvolvimento da criança e suas relações com o espaço, a arquitetura dos espaços de lazer e política habitacional brasileira;
- b) Análise do projeto arquitetônico a fim de verificar a previsão ou não de área de lazer para crianças ou a existência de áreas livres que possam ser utilizadas pelas crianças com essa finalidade. O exame do projeto contempla questões relativas à localização das áreas projetadas para o lazer e quanto à dimensão dessas áreas, se foram projetados equipamentos para o lazer e se existem aberturas que indiquem a possibilidade de vigilância exercida de forma natural através do contato visual;
- c) Análise do espaço físico, realizada através de observação, anotações e fotografias, visa observar e registrar as condições físicas do ambiente e comparar o espaço construído com o espaço projetado, a fim de constatar se o projeto original foi mantido, se foram feitas alterações durante a execução ou adaptações pelos usuários;
- d) Observação de vestígios físicos, que consiste em procurar de forma sistemática no ambiente físico os reflexos de atividade realizada (ou a falta dela), para que se possa inferir como o ambiente é utilizado pelas pessoas, como elas se sentem em relação a este, se atende suas necessidades, de que modo ficou no estado em que se encontra e as decisões tomadas pelos projetistas e construtores sobre esse ambiente (ZEISEL, 1993).

O quadro 2 abaixo foi elaborado com base em Zeisel (1993), para demonstrar de forma sucinta as categorias de vestígios que

podem ser observados no ambiente. Segundo Zeisel (1993), o registro das observações pode ser feito através de diagramas, desenhos, anotações, fotografias, listas de contagem previamente codificadas ou uma combinação destes métodos. Esta pesquisa utilizou uma ficha de observação do espaço que combina o desenho da planta de urbanização do local estudado com fotografias e anotações, para registrar as observações, realizadas preliminarmente, antes da observação comportamental.

Quadro 2 – Vestígios físicos a observar

CATEGORIAS	TIPOS
Subprodutos do uso	<p>Desgastes do ambiente pelo uso: uso pode desgastar partes do ambiente. Ex: grama pisoteada p/pessoas ao buscar caminho mais curto.</p> <p>Rastros: objetos físicos que ficam para trás como o resultado de algumas atividades realizadas. Ex: cadeiras vazias na calçada.</p> <p>Vestígios ausentes: ao contrário dos anteriores indica ausência de atividade. Ex: sacada sem cadeiras.</p>
Adaptações de uso	<p>Propriedades: quando os usuários adicionam ou removem coisas de um cenário e criam novas oportunidades de atividade. Ex: brinquedo adicionado a um lote vazio pode transformá-lo em um <i>playground</i>.</p> <p>Separações: mudanças que separem ambientes antes integrados, incrementando qualidades como controle, privacidade etc. Pode separar fisicamente, visualmente, auditivamente, olfativamente ou simbolicamente. Ex: colocar obstáculos para impedir estacionamento de carros em frente da residência.</p> <p>Conexões: adaptações de uso que conectem dois lugares permitindo que as pessoas interajam de um novo modo. Ex: rasgos nas cercas das quadras de esporte.</p>
Manifestações do eu	<p>Personalização: pessoas usam o ambiente para expressar sua individualidade. Ex: transformar janelas, portas, paredes em vitrines, cenários.</p> <p>Identificação: pessoas usam o ambiente para possibilitar que outros os identifiquem mais facilmente. Ex: nome de família na porta</p> <p>Participação em grupo: pessoas usam o ambiente para exibir o grupo de que fazem parte. Ex: estátuas religiosas, diplomas nas paredes, adesivos em carros.</p>
Mensagens públicas	<p>Oficiais: dentro da legalidade, sempre tem um objetivo. Ex: placas com nomes de estabelecimentos, nomes de ruas.</p> <p>Não oficiais: pessoas ou grupos usam o ambiente para comunicar sua publicidade por meios não adequados especificamente para esse fim. Ex: anúncio em papelão, cartazes colados nos postes.</p> <p>Ilegítimas: mensagens não planejadas para o público em geral, cujas modificações no ambiente são ilegais. Ex: pichação nas paredes.</p>

Fonte: Elaboração da autora a partir de ZEISEL (1993)

- e) Observação comportamental, que significa olhar as pessoas enquanto usam seu ambiente, seja individualmente, aos pares, em pequenos grupos ou em grandes grupos, a fim de examinar o que fazem, como as relações espaciais os afetam, a regularidade de condutas, os usos esperados, os novos usos e os usos indevidos de um lugar e ainda as oportunidades ou restrições de comportamento que o ambiente proporciona (ZEISEL, 1993). Zeisel (1993) refere que os projetos de pesquisa de comportamento ambiental iniciam na definição do problema, para que se possa avaliar o que se sabe a respeito, o que se quer saber e vislumbrar como analisar os resultados, e de modo geral combinam várias abordagens. O quadro 3 abaixo relaciona os elementos que fazem parte da observação comportamental, segundo Zeisel (1993):

Quadro 3 – Elementos presentes na observação do comportamento ambiental

Quem?	Ator
Fazendo o que?	Ato
Com quem?	Pessoas significativas
Qual o relacionamento?	Relacionamento (auditivo, visual, tátil, olfativo, simbólico)
Em que contexto?	Contexto sociocultural (situação, cultura)
Onde?	Ambiente físico (propriedades, relações espaciais)

Fonte: Elaboração da autora a partir de ZEISEL (1993)

A observação comportamental pode ser registrada por anotações, listas de verificação de padrões de comportamento previamente codificadas, fotografias, filmagem ou mapas comportamentais, dependendo do nível de detalhamento das informações necessário e do quanto o pesquisador conhece sobre os comportamentos a serem observados (ZEISEL, 1993). Segundo Del Rio (1990), entre os vários instrumentos possíveis para a realização deste tipo de investigação, destacam-se a observação sistematizada, fotografias (sequenciais ou não) ou filmes, entrevistas, questionários, mapeamentos e diagramas de uso, estudo de costumes. Ele também reúne as temáticas de investigação em quatro grupos principais, quais sejam o de sequências comportamentais, “série de comportamentos pelo mesmo

usuário ou grupo de usuários durante um determinado percurso ou evento” (DEL RIO, 1990 p.105), atividades específicas, territórios e palcos de ação, sendo esta última a que caracteriza esta pesquisa, uma vez que se pretende utilizar as técnicas de observação, fotografias e mapeamentos para analisar um determinado comportamento e as condições físico espaciais específicas em que este comportamento acontece.

Optou-se pelo mapa comportamental centrado no lugar, o qual de acordo com Rheigantz *et al* (2009) é o mais indicado quando se deseja realizar a pesquisa em lugares amplos e quando o objetivo é avaliar o uso de um determinado local. Esse instrumento permite registrar as observações relativas ao comportamento e às atividades dos usuários no ambiente de forma sistemática, por meio de diagramas que apontem o movimento e a localização das pessoas no ambiente, devendo-se ter o cuidado de estipular antecipadamente códigos ou símbolos que representem as atividades e os usuários e se preciso os mapas devem ser fracionados para facilitar a anotação (RHEIGANTZ *et al*, 2009).

Os resultados da pesquisa realizada por esta dissertação estão apresentados em quatro capítulos, descritos a seguir.

O primeiro capítulo traça um panorama da política habitacional no Brasil desde a Primeira República até a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, considerando a influência sofrida pelas intervenções realizadas na Europa em distintos momentos históricos, elencando as propostas desenvolvidas em cada período, com foco na habitação de interesse social, procurando demonstrar também de que modo se tratou a questão do espaço público destinado ao lazer infantil nessa trajetória.

O segundo capítulo aborda o desenvolvimento da criança, apontando como essa questão foi tratada ao longo da história, com destaque para os estudos de Piaget e Ferreira Neto, que enfatizam que para

desenvolver-se de modo satisfatório a criança necessita de movimento e espaço, movimento que se dá por meio da brincadeira, a qual para esta pesquisa representa o lazer infantil. Buscou-se delinear de que modo a arquitetura está ligada a essas questões e quais os parâmetros indicados por diversos autores para que o projeto arquitetônico de espaços destinados ao lazer infantil possa atender a necessidade de desenvolvimento da criança, em seus aspectos sociocognitivos e psicomotores.

O terceiro capítulo discorre sobre caracterização dos conjuntos residenciais analisados, a partir do contexto urbano e demográfico dos Municípios em que esses empreendimentos estão inseridos, indicando as semelhanças existentes em seu processo de expansão e de implantação de empreendimentos do PMCMV, listando os empreendimentos contratados para cada Município em questão e examinando a localização e a configuração de cada conjunto estudado.

O quarto capítulo trata da pesquisa empírica em si, realizando a análise dos projetos arquitetônicos dos residenciais estudados, sem perder de vista os parâmetros elencados na revisão bibliográfica, além de descrever as observações realizadas no estudo de campo, quanto aos aspectos físicos dos residenciais delimitados por essa pesquisa e quanto aos aspectos comportamentais, em que se analisou que espaços são utilizados pelas crianças para seu lazer, seguindo a sistematização dos dados obtidos proposta no protocolo do estudo de caso para a realização da análise.

Por fim, a conclusão traz as considerações finais, destacando os principais resultados descobertos e conclusões a que chegou esta pesquisa de dissertação, sugerindo estudos complementares a serem realizados.

Capítulo 1: A POLÍTICA DE HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONDOMÍNIOS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

1.1. A crise de moradia e a habitação social no Brasil

O fenômeno da urbanização no Brasil agravou as desigualdades sócio espaciais e morar tornou-se uma equação de difícil solução para a grande maioria de seus habitantes. No final do século XIX se deu a primeira aceleração desse fenômeno (SANTOS, 2009), e os trabalhadores mal acomodados, em habitações precárias, amontoadas, construídas muitas vezes em locais insalubres, a falta de esgotos e o abastecimento de água deficiente, passaram a representar um problema de saúde pública, pois as cidades brasileiras foram atingidas por um grande número de surtos epidêmicos, como os de febre amarela e de cólera, que traziam pânico a população (BONDUKI, 2011).

Nesse momento a atuação dos Governos restringiu-se a intervenções de cunho sanitaria e de embelezamento das cidades, sob a influência das reformas haussmannianas em Paris, delegando ao empresariado a construção de casas operárias de aluguel. (BONDUKI, 2011; RISÉRIO, 2012). Essa atuação se explica pelo fato de que no período da Primeira República vigia a concepção liberal do Estado, a qual era incompatível com a provisão estatal de moradias para a classe trabalhadora, vista como papel de capitalista (BRUNA, 2010; BONDUKI, 2011). Para Risério (2012, p.210), as concepções do urbanismo europeu “se tornavam inválidas, inassimiláveis e inaplicáveis, quando se passava do viarismo para o campo habitacional”.

No entanto era preciso oferecer uma alternativa aos cortiços, em face da irrupção de doenças, e o incentivo à iniciativa privada para a construção de vilas operárias deu-se através da adoção de medidas como a isenção de impostos, sendo permitida a construção econômica (aproveitamento máximo do terreno, paredes geminadas), desde que fosse obedecido o modelo de casa unifamiliar, higiênica (equipamentos hidráulicos, ventilação), garantindo a cobrança de aluguel até 50% mais em conta em comparação aos

imóveis de padrão semelhante. A atuação do Estado deu margem a um autoritarismo sanitário, pois inspecionava e mesmo demolia as casas dos mais pobres, em nome do combate e prevenção de epidemias, no entanto essa iniciativa mostrou-se insuficiente para solucionar a questão da moradia popular (BONDUKI, 2011).

A produção de casas para locação mostrou-se um negócio rentável e atraiu investidores interessados em lucrar com um negócio que era seguro, garantia a valorização imobiliária, era estimulado pelo Governo e a procura era crescente com o desenvolvimento das cidades, fazendo com que o preço fosse elevado, pois não havia regulamentação e o mercado era regido pela lei da oferta e da procura (BONDUKI, 2011). Até a década de 1940 a grande maioria da população urbana no Brasil habitava casas alugadas, o que era considerado normal, segundo o autor, “pois não existiam sistemas de financiamento da casa própria” (BONDUKI, 2011, p.43), porém nem sempre essas casas seguiam o modelo preconizado pelos higienistas, uma vez que a população de renda mais baixa não poderia arcar com o custo dos aluguéis, permanecendo nos cortiços insalubres.

Ainda de acordo com Bonduki (2011, p.210) “a partir dos anos 30 criou-se um relativo consenso nas elites quanto à necessidade de intervenção estatal”, visando garantir um mínimo de condições habitacionais aos trabalhadores urbanos, por um valor compatível com seus salários. O tema ganhou vulto nesse período, pois a industrialização e a consequente urbanização ganharam novo impulso, agravando a crise habitacional. (SANTOS, 2009; BONDUKI, 2011). Segundo Bonduki (2011) a crise de moradias e a incapacidade da iniciativa privada de atender a demanda mobilizaram vários setores da sociedade que se empenharam em elaborar propostas concretas para a resolução do problema.

Vivia-se então o período entre os dois grandes conflitos mundiais, em que a necessidade de suprir o déficit habitacional na Europa possibilitou a emergência de propostas em que se preconizava um novo modo de habitar. O debate realizado no ano de 1929 no 2º CIAM (Congresso Internacional dos Arquitetos Modernos) em torno do “Existenzminimum” (habitação para o

mínimo nível de vida) propunha a racionalização, economia e padronização como critérios para alcançar o objetivo da produção em massa de moradias, com qualidade, para a classe trabalhadora, tema inspirado pelas pesquisas de Ernest May e sua experiência como assessor da Prefeitura de Frankfurt. Para os arquitetos modernos a moradia representava o elemento primordial da cidade, e a concepção desta incluía as instituições coletivas. (BENÉVOLO, 2011; RAMÍREZ, 2014). Segundo Le Corbusier (1993), sanear a moradia não era suficiente, era preciso dotar as proximidades de instituições coletivas, organizações intelectuais e esportivas, além de superfícies livres que seriam seus prolongamentos exteriores e atenderiam, entre outras, a necessidade de jogo e lazer de crianças, adolescentes e adultos.

A experiência europeia no que diz respeito à temática da habitação e as publicações especializadas que divulgavam as soluções de baixo custo utilizadas inspirariam os debates no Brasil. Ao ser empossado pela Revolução de 1930, que tinha como uma de suas bandeiras a provisão de moradia adequada à classe trabalhadora, Vargas enfrentou a questão habitacional como um problema social, portanto da alçada do Estado. A partir de então a intervenção governamental se fez presente, através de leis que visavam proteger os inquilinos e por meio da produção e financiamento de habitação popular, assinalando a origem da habitação social no Brasil (BONDUKI, 2011).

1.2. A habitação social inspirada pela Arquitetura Moderna

Em 1930 foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) em substituição às Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) organizadas por empresas, com o objetivo de constituir o sistema previdenciário por categoria profissional, submetendo ao Estado o controle de sua gestão, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tornando compulsória a participação dos trabalhadores e empregadores (BONDUKI, 2011). Essa iniciativa deu-se porque o Governo Vargas considerava o capital previdenciário arrecadado pelas CAPs e IAPs como fonte de recursos passível

de ser aplicada para prover moradia aos trabalhadores, e nesse mesmo ano as Caixas e Institutos criados daí em diante foram autorizados a aplicar seus recursos no setor habitacional, no entanto só a partir da regulamentação através do decreto 1.749 em 1937, foram estabelecidas as condições para que as carteiras prediais pudessem efetivamente atuar na produção e financiamento de habitação popular (BRUNA, 2010; BONDUKI, 2011). Essas iniciativas mais tarde serviram de base para a criação do primeiro órgão federal a tratar da política habitacional, a Fundação Casa Popular (FCP), criada pela Lei nº 9218 de 10 de maio de 1946, já no governo Dutra (MELO, 1990; BONDUKI, 2011).

Bonduki (2011) destaca o quanto o debate sobre a habitação social tomou conta da imprensa diária e das publicações especializadas nesse período, seja em forma de crítica ou de reflexão quanto à necessidade de “viabilizar soluções habitacionais alternativas para a população de baixa renda, sobretudo a casa própria”. Bonduki (2011) destaca que essa polêmica gerou iniciativas como as Jornadas de Habitação Econômica, promovidas em 1941 pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que reuniram técnicos e profissionais de diversas áreas. Bruna (2010) cita como marco inicial dos debates o I Congresso de Habitação, realizado em maio de 1931 pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, cuja pauta foi voltada para a discussão do tema da habitação para o mínimo nível de vida, visando à redução de custos e simplificação de processos construtivos, com o fim de garantir o acesso à moradia aos trabalhadores. Bonduki (2011) relata que os arquitetos também se posicionaram e os Congressos Brasileiros de Arquitetos constituíram-se em referência importante sobre o tema. Bruna (2010, p.167) sintetiza dizendo que “fica evidente que havia no Brasil, desde a década de 1930, a consciência e cultura para a efetiva implantação dos princípios teóricos do movimento moderno”.

Foi nos departamentos técnicos criados pelos IAPs, e mais tarde pela FCP e DHP (Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro), que os arquitetos e engenheiros, imbuídos dessa nova forma de pensar a cidade e a habitação, encontraram condições políticas, ideológicas e econômicas, para atuar segundo os preceitos da arquitetura moderna, nos conjuntos

habitacionais produzidos nesse período (BRUNA, 2010; BONDUKI, 2011). Segundo Bonduki (2011), a influência da arquitetura moderna é visível na busca de reduzir os custos da construção (por meio da racionalização, industrialização, verticalização e padronização), nas novas tipologias de projeto, na eliminação da noção de lote e terreno privado e na inclusão de equipamentos coletivos, “difundindo-se a concepção de que habitação não podia ser apenas a moradia individual” (BONDUKI, 2011 p. 145).

Bruna (2010) e Bonduki (2011) citam o assessor técnico do Ministério do Trabalho (ao qual estavam vinculados os IAPs) o engenheiro-arquiteto Rubens Porto, que publicou em 1938 um livro em que estabelecia diretrizes e normas de projeto para conjuntos de habitação social, defendendo, entre outros pontos, a tipologia de apartamentos duplex dispostos em fileiras ou blocos multipisos com pilotis, destacando que o espaço resultante do uso destes deveria ser aproveitado para o lazer das crianças e adultos, e enfatizando que os grandes conjuntos deveriam funcionar como unidades autônomas, adotando as recomendações de Le Corbusier e Gropius. Segundo Bruna (2010), apesar dos Institutos terem se guiado por normas particulares, de maneira geral os resultados podem ser percebidos na associação de equipamentos coletivos às habitações, como escolas, creches, ginásios, *playgrounds* e clubes, configurando esse novo modo de conceber o morar.

Bonduki (2011) aponta que as propostas mais inovadoras de habitação social no Brasil foram edificadas nos anos 1940. Os conjuntos habitacionais de inspiração moderna realizados nesse período atendiam ao projeto político-ideológico vigente, “no qual as novas concepções formais e espaciais se adequavam à estratégia mais ampla do nacional-desenvolvimentismo” (BONDUKI, 2011 p. 164). O autor destaca o primeiro conjunto de grande extensão, o Conjunto Residencial do Realengo (ver figura 1), projeto de Carlos Frederico Ferreira, edificado pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) no subúrbio do Rio de Janeiro, em que identifica influências da arquitetura racionalista, que se repetiria nos conjuntos residenciais construídos posteriormente, pela busca de economia, e presença de ideias de “padronização, industrialização da construção, habitação mínima e funcionalidade” (BONDUKI, 2011 p. 182)

Figura 1 - Conjunto Residencial Operário do Realengo (Praça principal) Rio de Janeiro/RJ



Fonte: BOTAS, 2010

O Conjunto Residencial Operário do Realengo foi concluído em 1943 e contava com 2.344 unidades, dispostas em três diferentes tipologias (casas geminadas, casas geminadas em fileiras e blocos de apartamentos de quatro andares), além de infraestrutura completa e serviços coletivos, como escola, creche, ambulatório médico, consultório dentário, igreja católica, horto, praças e quadras de esporte (BOTAS, 2010). Para Botas (2010, p.20), o arranjo das diferentes tipologias encontradas no Conjunto do Realengo configura o que chama de “didática da coletividade”, que ensina que “quanto mais agrupadas estiverem as unidades residenciais, maiores serão os espaços livres de lazer e contemplação”.

O Conjunto Residencial da Mooca (ver figura 2), de autoria de Paulo Antunes Ribeiro, é outro exemplo de projeto de habitação social influenciado pelo racionalismo construído pelo IAPI, em uma área industrial no bairro de mesmo nome em São Paulo. Inaugurado em 1950, com 576 unidades, dispostas em 17 blocos de quatro e cinco pavimentos, o Conjunto Habitacional da Mooca conta ainda com uma área livre para lazer, com *playground*, implantada na área central (BRUNA, 2010). Os prédios eram originalmente “integrados pelo espaço comum, incluindo aí uma boa porção de espaço livre entre os edifícios mais altos, no quarteirão central” (BRUNA, 2010 p. 190), no entanto os blocos e a área central livre foram cercados por razões de

segurança, passando esta a ser administrada pela Associação do Conjunto Residencial da Mooca, com horários de abertura e fechamento.

Figura 2 - Conjunto Residencial IAPI Mooca – São Paulo/SP



Fonte: BRUNA, 2010

Segundo informações coletadas durante a pesquisa nos jornais Folha VP On Line (14/06/2013) e Gazeta Virtual (21/09/2013), essa área livre de 4.900m² (ver figura 3), equipada com parquinho, quadra, assentos e vegetação, era utilizada pela população há mais de 60 anos, mas o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a leiloou em agosto de 2010, por entender que era de sua propriedade, sendo adquirida por uma construtora que pretendia edificar um empreendimento residencial no local. De acordo com as mesmas fontes, a comunidade reivindicou a criação de um parque municipal no local, e o primeiro passo para a conquista desse objetivo foi dado através do Decreto nº 53.986, o qual desapropria a área, declarada de utilidade pública.

Figura 3 - Área de lazer do Conjunto Residencial IAPI Mooca – São Paulo/SP



Fonte: FOLHA VP, 2013

Bonduki (2011) destaca o Conjunto Residencial da Lagoinha em Belo Horizonte, também desenvolvido pelo IAPI, como um dos exemplos de inovação e valorização do espaço público. Inspirado nos Hofes vienenses¹ e nas Siedlungens Alemãs², o residencial da Lagoinha (ver figura 4), projetado por White Lírio da Silva, José Barreto de Andrade e Antônio Neves, conta com 928 unidades habitacionais, dispostas em nove blocos de cinco a oito pavimentos, inaugurado em 1948, dispendo de lojas e área de lazer e convivência, com praças, quadras esportivas, *playground*, escola, Igreja e sede da associação dos moradores do conjunto (CASTRIOTA; ARAÚJO, 2009). Segundo Bonduki (2011), o aspecto pesado do exterior desaparece ao penetrar no interior dos blocos, organizados em torno de pátios centrais e interligados por um sistema de passarelas suspensas e tetos-jardim. O autor ainda enfatiza que a

¹ Höfes: grupos de edifícios laminares, dispostos em torno de um pátio interno comum, para onde as aberturas se voltavam, enquanto a fachada posterior era voltada para as vias de circulação. Construídas pela municipalidade de Viena entre 1919 e 1933, eram destinados a famílias carentes, administradas pelos próprios moradores e se caracterizavam pelas grandes proporções e alta densidade populacional. Os apartamentos, todos servidos por água e gás, variavam entre 21, 40 e 57m², de acordo com o número de ocupantes. Apesar da aparência exterior pesada, lembrando uma fortaleza, internamente contavam com equipamentos coletivos de lazer, tais como parques, jardins, campos e quadras de esporte, além do grande pátio interno (ALMEIDA, 2007).

² Siedlungens: grandes conjuntos habitacionais produzidos em Berlim entre 1919 e 1939, eram formados pelo agrupamento de unidades padrão, de plantas quadrangulares, agrupadas em blocos laminares, servidas por equipamentos coletivos como lavanderia, biblioteca, salas de reunião, quadras de esporte, entre outros. Desenvolvidas para atender a demanda por habitação para os operários, foram experiências nascidas de pesquisas sobre o modo mínimo de vida e a pré-fabricação em larga escala, com o fim de diminuir os custos de produção. As unidades variavam de três a seis quartos e as principais aberturas se voltavam para os espaços verdes comunitários (ALMEIDA, 2007).

implantação dos blocos em forma de “U” em torno da generosa área pública “criou um ambiente urbano de excepcional qualidade” (BONDUKI, 2011 p. 200).

Figura 4 - Conjunto Residencial da Lagoinha – Belo Horizonte/MG



Fonte: BONDUKI, 2011

Em Belém, a industrialização proveniente do ciclo da borracha e o conseqüente crescimento demográfico, incrementado pela migração nordestina, ampliou a demanda por habitação popular e a necessidade de disciplinar o espaço físico, que seguiram o pensamento dominante de então, visando o higienismo e embelezamento da cidade (SARGES, 2000). Nesse período, as indústrias, bem como as vilas operárias, se concentraram no Bairro do Reduto, enquanto que as ocupações informais se localizaram na área do Igarapé das Armas, no vizinho Bairro do Umarizal (CARDOSO *et al*, 2013). Segundo Cardoso *et al* (2013), a partir dos anos 1950 a produção de habitação popular foi ampliada pelo IAPI, ainda de forma tímida, a exemplo do Conjunto Residencial São Braz (ver figura 5), exemplo da diversidade tipológica adotada pelo Instituto, como descreve Bonduki (2011). Projeto do arquiteto Edmar Penna de Carvalho, construído entre 1949 e 1951, o conjunto compõe-se de blocos paralelos e simétricos, com 200 unidades, de tipologia geminada além de escola, era originalmente cercado por vegetação (inspirado nas cidades-jardim) e alterações não eram permitidas pelo Instituto, porém atualmente raras unidades não foram alteradas (PANTOJA, 2014).

Figura 5 - Conjunto Residencial São Braz - Belém/PA



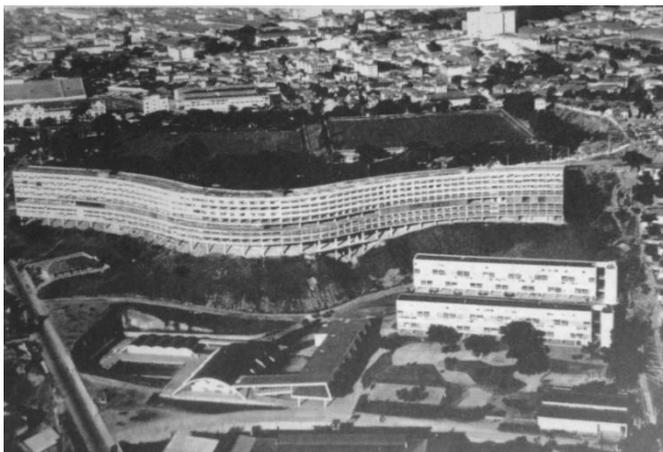
Fonte: PANTOJA, 2014

A Fundação Casa Popular (FCP), apesar de criada com o objetivo grandioso de centralizar a política nacional de habitação, viu-se enfraquecida pela oposição dos mais diversos segmentos da sociedade, como o Partido Comunista, Sindicatos e o alto escalão dos IAPs (MELO, 1990; BONDUKI, 2011). Sob essa pressão o projeto de unificação das carteiras prediais dos Institutos de Previdência, que representaria a fonte de recursos para sua implantação, foi alterado e o papel de provedor central de habitação popular que se pretendia atribuir à FCP foi esvaziado (MELO, 1990). De acordo com Melo (1990, p.50), a trajetória da FCP sofreu “um declínio paulatino e acentuado no que se refere a seus objetivos, recursos e operações”, passando por diferentes arranjos que resultaram em uma atuação de padrão clientelista. Além disso, vários Estados e Prefeituras criaram órgãos com finalidade análoga à da FCP, na intenção de tirar proveito político da construção de casas, destacando-se dentre estes o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal (DHP) (MELO, 1990; BONDUKI, 2011).

Conforme Bonduki (2011, p.139), o DHP foi responsável pela construção do conjunto habitacional em que se percebe de modo mais claro “a relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade”, o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (1947), constituído de três blocos (o quarto não foi construído), um deles longo e serpenteante, acompanhando as curvas de nível do terreno,

totalizando 328 unidades. Mais conhecido como Pedregulho (ver. figura 6), esse conjunto projetado por Affonso Eduardo Reidy sobressai-se do ponto de vista arquitetônico, estético e social, conjugando habitação propriamente dita com jardins e equipamentos sociais, tais como creche, teatro infantil, escola com ginásio e piscina, campos de esporte, *playground*, mercado, centro de saúde e lavanderia (BRUNA, 2010; MINDLIN, 2000).

Figura 6 – Conjunto Residencial Pref. Mendes de Moraes – Rio de Janeiro/RJ



Fonte: BONDUKI, 2011

Apesar de optar em geral por projetos habitacionais de implantação tradicional, com unidades unifamiliares isoladas ou geminadas, a FCP construiu o Conjunto Residencial Presidente Getúlio Vargas (1953) no bairro de Deodoro no Rio de Janeiro, claramente influenciado pela arquitetura moderna e pelo Pedregulho (BONDUKI, 2011). Conhecido como Conjunto Deodoro (ver figura 7), dispunha originalmente de 1314 unidades, distribuídos em 26 blocos (dois deles sinuosos), também dispondo de áreas livres e um bosque preservado, além de outros equipamentos comunitários: mercado, escola, centro de saúde, administração e castelo d'água (BONDUKI, 2011; DINIZ, 2007).

Figura 7 - Maquete do Conjunto Residencial Deodoro – Rio de Janeiro/RJ



Fonte: BRUNA, 2010

A FCP produziu 143 conjuntos habitacionais, dos quais apenas três superquadras em Brasília, além do Residencial Deodoro, não correspondem a solução tradicional escolhida desde a implementação do órgão, devido a escassez de recursos que acompanhou sua existência (KOURY, BONDUKI, MANOEL, 2003). De acordo com Melo (1990) e Bonduki (2011), no segundo governo de Vargas houve uma tentativa de criar um banco hipotecário para captação de recursos para a FCP, mais tarde, no governo de Jânio Quadros, estudou-se a sua dissolução e a criação de um Instituto Brasileiro de Habitação, tentativas essas que não se concretizaram e a FCP “sobreviveria por inércia” até sua extinção em 1964 (BONDUKI, 2011 p.125). Então as unidades habitacionais dos IAPs foram negociadas com os moradores, individualizando a propriedade e desestruturando a proposta de habitação como serviço público, refletindo-se nas alterações empreendidas a partir da privatização, como a colocação de grades delimitando lotes e garagens e a gradual destruição dos espaços públicos e equipamentos comunitários, inclusive áreas de recreação (BONDUKI, 2011).

1.3. A produção habitacional no período do BNH

Foi sob o regime militar que a proposta elaborada para a FCP de centralizar a política habitacional e unificar as carteiras hipotecárias dos IAPs se realizou (MELO, 1990; BONDUKI, 2011). Segundo Azevedo e Andrade (1982) a Lei nº 4380 de 21 de agosto de 1964 que criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e instituiu o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), demonstra que a questão habitacional assumiu papel importante sob o governo revolucionário, por objetivos sociais (diminuição das tensões nas favelas, geração de empregos) e econômicos (atenuar a crise econômica, incentivo a indústria da construção civil), mas acima de tudo pelo objetivo político, para contribuir para a estabilidade do regime, aplacando as tensões sociais. Os mesmos autores afirmam que esse modelo BNH representava uma inovação sob três aspectos: por tratar-se de um banco, por prever uma correção monetária para reajustar débitos e prestações, e por articular o setor público com o setor privado, nas funções de financiador e executor respectivamente, além de atender ao propósito de se desvincular da imagem da FCP, tida pelos militares como símbolo de corrupção e incompetência.

A carência de recursos financeiros também ameaçou o desempenho do BNH nos dois primeiros anos, mas em 1966 foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), espécie de poupança obrigatória do trabalhador, que aliada à poupança voluntária depositada nas Sociedades de Crédito Imobiliário (SCIs), Associações de Poupança e Empréstimos (APEs) e Caixas Econômicas, formou o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), imune às oscilações políticas (AZEVEDO, ANDRADE, 1982; BONDUKI, 2008). O BNH foi encarregado de “promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menos renda” (AZEVEDO, ANDRADE, 1982 p.43), e quantitativamente esse objetivo foi atendido na primeira fase, de 1964 a 1969, em que mais de 40% das habitações financiadas pertenciam ao mercado popular, de 0 a 3 salários mínimos, sendo estas financiadas integralmente através das COHABs

(Companhias Habitacionais, estaduais ou municipais), com recursos provindos do FGTS.

Quanto à produção arquitetônica e urbanística da era BNH, desde o período final dos IAPs já era possível se perceber “o empobrecimento gradativo dos projetos habitacionais” que chegou ao auge na produção habitacional do BNH, em que se “manifesta apenas a busca cega e inútil pela redução de custos” dando lugar a “um suposto racionalismo formal sem conteúdo” (BONDUKI, 2011 p. 135), que Benetti (2012) denomina de crise da simplificação modernista. A crítica da produção do BNH aponta que a busca de diminuição dos custos levou a construir conjuntos habitacionais em grandes lotes periféricos, compostos por unidades de baixa qualidade construtiva, com projetos sofríveis, de dimensões exíguas, padronizados, reproduzidos indiscriminadamente, sem reconhecer as particularidades regionais ou ambientais, favorecendo o isolamento dos moradores, relegados a lugares carentes de equipamentos sociais e de lazer, distante dos locais de trabalho, aumentando o custo das cidades ao agravar a tendência de espraiamento, além de estimular a especulação imobiliária, a exemplo da Vila Kennedy de 1965, no Rio de Janeiro (ver figura 8) (BENETTI, 2012; BONDUKI, 2008; SANTOS, 2009). Bruna (2010) e Bonduki (2011) acreditam que houve um verdadeiro retrocesso em relação à produção da Era Vargas, no que diz respeito à qualidade arquitetônica, implantação urbanística e modo de morar.

Figura 8 - Vila Kennedy – Rio de Janeiro/RJ



Fonte: BENNETI, 2010

O primeiro conjunto habitacional da era BNH em Belém, denominado Gleba I, ou Nova Marambaia (ver figura 9), seguiu o mesmo padrão, foi construído no bairro da Marambaia na década de 1960, na área de expansão, ainda não efetivamente povoada à época, obedecendo à tipologia de casa unifamiliar, ficando a Prefeitura incumbida de equipar a área com praças, ponto de ônibus, mercado público e funcionamento do posto médico e ao governo estadual coube a construção de grupos escolares e serviço de água encanada e esgotos (TRINDADE JUNIOR, 1993). Segundo o autor, o conjunto habitacional Nova Marambaia foi entregue em 1968, parcialmente construído com apenas 834 casas das 2.500 previstas, faltando também concluir parte das obras da Prefeitura e Governo do Estado. As casas tinham pequenas dimensões e eram de três tipos: PA 2-24 (24 m² e dois quartos), PA-G-2-40 (40 m², geminada com dois quartos) e PA-G-3-48 (48 m², geminada com três quartos) (PARÁ, 1971)

Figura 9 - Conjunto Habitacional Nova Marambaia – Belém/PA



Fonte: PARÁ, 1971

Esse conjunto recebeu a população removida da área do Igarapé das Almas, constituída de trabalhadores de baixa renda que trabalhavam nos arredores, muitos como estivadores, que não possuíam renda suficiente para aquisição da casa própria e as despesas decorrentes, como IPTU e transporte, por exemplo, o que gerou problemas de inadimplência, abandono, venda das casas e retorno para áreas de ocupação irregular (COSTA; LOBO, 2012).

Nesse e em tantos outros casos, a desvalorização do salário mínimo aliado à adoção do modelo empresarial, visando proteger os recursos do sistema da descapitalização provocada pela inflação, dificultou o acesso das camadas de renda baixa à casa própria e a inadimplência crescente tornava as COHABs vulneráveis (AZEVEDO, ANDRADE; 1982). Segundo os autores, apesar das tentativas de adaptação e correção dos mecanismos de financiamento e correção, na tentativa de amenizar a situação dos mutuários, os resultados não foram os almejados e no período de 1969 a 1974 a produção de casas decresceu, atingindo em especial o mercado popular, pois ante o quadro de insolvência crescente, as COHABs investiram preferencialmente no mercado médio a fim de reverter a crise. Segundo Maricato (1987, p.55 e 56), passada a crise, o BNH tentou atender o mercado popular através de programas como o Programa de Financiamento da Construção ou Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM), Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB) e o mais bem sucedido destes, o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), no entanto “não logrou sequer atenuar o intenso processo de favelização e de queda na qualidade habitacional que foi flagrante nas grandes cidades brasileiras”.

Bonduki (2008) aponta vários fatores que contribuíram para o insucesso da estratégia empresarial aplicada junto às classes populares, tais como a administração autoritária, a casa própria como única alternativa de acesso à moradia, ausência de subsídios e a não adoção de processos alternativos como a autoconstrução para a produção da moradia a custos mais baixos. Fazendo um balanço da trajetória do BNH, Azevedo (1988) assinala que em seus 22 anos de existência quase 4,5 milhões de unidades foram financiadas, das quais apenas 33,5% foram destinadas a atender o mercado popular, enquanto 48,8% contemplaram o mercado médio, sendo que o custo mais alto destas tornava ainda mais grave a desigualdade. A crise política e econômica, a insatisfação com a política habitacional “criou um clima favorável para o acirramento das críticas ao BNH, que se articulou com a luta pela democracia contra o regime autoritário” (BONDUKI, 2008 p.75), oportunizando a formação de movimentos sociais de luta pela moradia, que exigiam mudanças. Cedendo à pressão, o regime militar pôs em prática várias medidas

para reduzir o valor das prestações, as quais não abrandaram as críticas e geraram um grave déficit no Sistema Financeiro, agravando a crise do BNH (BONDUKI, 2008; AZEVEDO, 1988).

Sucedendo o período do regime militar, o governo Sarney parecia disposto a efetuar reformas no SFH, tendo mesmo instituído o Grupo de Trabalho para Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação (GTR-SFH) o qual estava ainda discutindo essa reformulação quando a extinção do banco foi decretada e suas atividades incorporadas à Caixa Econômica Federal (CAIXA), segundo Bonduki (2008) e Azevedo (1988) por motivos políticos, acenando para a opinião pública a disposição de cortar gastos, no momento em que o país atravessava mais uma crise econômica. Os autores apontam que com essa atitude desperdiçou-se uma estrutura nacional, técnicos formados e experiência institucional acumulada na questão habitacional e a CAIXA assimilou parcialmente as atribuições, corpo técnico e acervo do BNH. A despeito das críticas, Bonduki (2008, p.75 e 76) considera que a importância do BNH e SFH é indiscutível, pois no período de sua atuação houve uma Política Nacional de Habitação, articulada e coerente, enquanto que no período seguinte “ocorreu um esvaziamento e pode-se dizer que deixou propriamente de existir uma política nacional de habitação”, pois esteve sob a gestão de “sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, caracterizando descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema”.

1.4. O período pós BNH e o PMCMV

Depois da extinção do BNH em 1986, a produção estatal de moradia decresceu abruptamente, segundo Azevedo (2007) a produção das Cohabs caiu de 113.389 casas populares em 1987 para 30.646 unidades no primeiro semestre de 1988 devido a normativas do Conselho Monetário Nacional e CAIXA que dificultaram o acesso das COHABs aos financiamentos habitacionais. Bonduki (2008) assinala que vários Municípios, Estados e a União buscaram recursos outros, especialmente orçamentários, para financiar

programas habitacionais nesse período que intitula de pós-BNH, o qual se caracterizou por experiências que se contrapunham ao modelo anterior, levando em consideração nos projetos a escuta das organizações populares, na esteira da mobilização crescente dos movimentos de moradias. Ainda Bonduki, cita que é nesse período que:

emergem programas alternativos, como urbanização de favelas e assentamentos precários, construção de moradias novas por mutirão e autogestão, apoio à autoconstrução e intervenções em cortiços e em habitações nas áreas centrais. (BONDUKI, 2008 p. 78)

Azevedo (2007) destaca, nesse período da chamada Nova República, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, desenvolvido pela Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), com verbas do Orçamento Geral da União (OGU). Tratava-se de um programa alternativo que pretendia atender famílias com renda mensal abaixo de três salários mínimos, através de convênio entre a SEAC, a prefeitura ou órgão estadual e a população a ser beneficiada, organizada em uma sociedade comunitária habitacional e apesar de não ter atingido plenamente seus objetivos, “apresentou melhor desempenho quantitativo do que os convencionais” (AZEVEDO, 2007 p. 19). Durante o governo Collor foi lançado o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), para construção de 245.000 unidades, totalmente financiado com recursos do FGTS, que se dividiria em três programas: de moradias populares, de lotes urbanizados e de ação municipal para habitação popular, porém a meta não foi cumprida (AZEVEDO, 2007).

O governo Itamar dividiu sua atuação em duas linhas, na conclusão das casas iniciadas no governo do seu antecessor e no atendimento às classes populares através dos programas Habitar Brasil e Morar Município, que apesar de terem seus recursos reduzidos, Azevedo (2007) salienta que previam a parceria com organizações comunitárias locais e a criação de um Conselho Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social e um Fundo Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social, para onde os recursos seriam ser canalizados, permitindo a gestão descentralizada da política habitacional, em parceria com a sociedade civil. Bonduki (2008) afirma que a postura democrática no trato do problema habitacional iniciada nas gestões municipais influenciou o Governo Federal,

verificando que na gestão de Fernando Henrique Cardoso tais princípios aliados ao reconhecimento da cidade real foram adotados como referenciais dos programas, apresentando como diferencial o financiamento direto ao beneficiário final através de Carta de Crédito (individual e associativa) e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) criado em 1999.

Benetti (2012, p.59) aponta como diferencial dos programas da década de 1990 a percepção de que a construção de moradias implica na construção das cidades, incluindo aí o reconhecimento das parcelas das favelas e loteamentos populares, buscando a partir desse reconhecimento uma mudança de paradigma, substituindo a remoção pela inclusão, ou seja, "levar a cidade aos locais onde já existe habitação". O autor cita como exemplo o programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro, que conjugava a integração à cidade, através da inclusão no cadastro urbano, obras de infraestrutura e equipamentos coletivos, favorecimento do contato com o entorno e criação de espaços de encontro, com políticas sociais de combate a pobreza e ao crime organizado.

É importante destacar o papel dos movimentos sociais urbanos, articulados no Movimento Nacional de Reforma Urbana, criado em janeiro de 1985, que trabalhou ativamente na elaboração, mobilização e pressão pela Emenda Popular da Reforma Urbana durante a Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1987, cujo objetivo ia além da reivindicação por moradia, abrangendo o direito a cidade para todos (SAULE JÚNIOR; UZZO, 2013). Segundo os autores, a inserção de um capítulo que trata especificamente da política urbana na Constituição do país pela primeira vez, representou uma conquista significativa, ao garantir o direito de construir, assegurando o interesse coletivo e não apenas a propriedade privada, destacando ainda como avanços o estabelecimento da autonomia municipal e da participação popular na gestão das cidades. No entanto era preciso ainda regulamentar o capítulo constitucional sobre política urbana, e para lutar por esse objetivo as organizações envolvidas no Movimento Nacional de Reforma Urbana criaram o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) no começo da década de 1990, dando início a um processo de mobilização social e disputa

política que culminou com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001 (FERNANDES, 2010).

Após uma lacuna de cerca de duas décadas, a política nacional de habitação foi retomada pelo governo Lula a partir de 2003, através da criação do Ministério das Cidades, que convocou a Primeira Conferência Nacional das Cidades, a qual discutiu e aprovou as diretrizes gerais da Política Urbana Brasileira (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Em 2005 instituiu-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que lançou a base a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o qual visava o fortalecimento das instâncias municipais e estaduais para a implantação das políticas habitacionais, através da distribuição de atribuições entre os três níveis de governo (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Visando dinamizar o crescimento econômico, o Governo Lula lança em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) através do investimento em infraestrutura, e em 2009, com o objetivo de fazer face à crise econômica mundial, anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado no âmbito do Ministério do Planejamento e gerido pela CAIXA, estabelecendo a produção em massa de habitação para impulsionar a indústria da construção civil, com financiamento governamental, incentivando a aquisição de unidades habitacionais subsidiadas por famílias com renda mensal de até dez salários mínimos, pretendendo resolver a questão do déficit habitacional (CARDOSO; ARAGÃO, 2013; BENETTI, 2012). O PMCMV está estruturado em 04 subprogramas, o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), MCMV Entidades e MCMV abaixo de 50.000 e pelas três faixas de renda familiar, a saber: a primeira faixa atendendo famílias com renda mensal de 0 a 03 salários mínimos (habitações de interesse social, totalmente subsidiadas), a segunda favorecendo as que possuem renda de 03 a 06 salários mínimos mensais e a terceira compreendendo as de 06 a 10 salários mínimos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

A primeira fase do PMCMV teve como meta a construção de um milhão de habitações no período de 2009 a 2011 e na segunda fase mais de

dois milhões de unidades até 2014. Segundo Cardoso e Aragão (2013), a medida foi inicialmente bem recebida por representar a possibilidade de atender a população de baixa renda, de acordo com o proposto pela Reforma Urbana, no entanto logo ressaltaram aspectos controversos, especialmente a falta de articulação do programa com a política urbana. Para Benetti (2012), fica claro que:

a discussão do Plano Nacional de Habitação essencial para que estes investimentos deixassem de fato uma herança positiva infelizmente foi relegada a um segundo plano, e o que vemos é a construção de muitas unidades habitacionais de qualidade duvidosa ao sabor da conveniência dos mercados e não dos cidadãos. (BENETTI, 2012 p.71)

Para Benetti (2012) os recursos empregados nesse programa não estão gerando a cidade desejada ao consolidar a malha urbana distante com índices de baixa densidade, aumentando os custos de urbanização e submetendo um significativo contingente populacional a residir em locais distantes, carentes de emprego, de equipamentos públicos e sujeitos ao deslocamento por meio de um transporte público caro e ineficiente. Segundo Cardoso (2011), ao exigir a utilização de partidos arquitetônicos que gerem custos reduzidos de manutenção, as diretrizes do programa induzem a reprodução de soluções padronizadas, com áreas mínimas, verticalização limitada, em extensos conjuntos construídos em três ou quatro etapas, de morfologia monótona, situados em áreas periféricas, similar ao que foi produzido no período do BNH (ver. figura 10).

Figura 10 - Conjunto MCMV de tipologia horizontal – Natal/RN



Fonte: BENNETTI, 2010

Cardoso e Aragão (2013) ressaltam que sendo o setor privado o proponente dos projetos financiados pela CAIXA, a predominância é a de adotar apenas a solução de unidades habitacionais prontas, de tipologia horizontal, caracterizada por casa térrea em lote, ou vertical, constituído por blocos de quatro a cinco pavimentos sem elevador em regime de condomínio fechado, ignorando alternativas como o lote urbanizado previsto no Plano Nacional de Habitação. Benetti (2012, p.77 e 78) afirma que a qualidade desses conjuntos deixa a desejar e que o modelo de condomínio fechado resulta na formação de ilhas retiradas da trama urbana, enquanto que internamente verifica-se pouca variedade espacial, uma vez que de modo geral “primam pela monotonia espacial e pela consideração de uma única variável na ocupação do solo, obtendo o maior número possível de unidades por terreno” (ver figura 11).

Figura 11 - Conjunto MCMV tipologia vertical – Manaus/AM



Fonte: BENNETI, 2010

Para Oliveira (2013), essa prática de obter o máximo aproveitamento do lote gera escassez de espaço e conseqüentemente disputas, pois as vias internas acabam sendo apropriadas para usos privativos (próprios de quintais, por exemplo) em detrimento do coletivo e a aplicação de normas internas por sua vez pode gerar novos conflitos. Segundo a autora a forma condominial fechada dos conjuntos habitacionais verticais se deve a atuação da iniciativa privada, que visa assim compensar as desvantagens locacionais, vendendo a ideia de qualidade de vida, segurança e lazer.

1.4.1. Os espaços de lazer nos projetos habitacionais MCMV

As diretrizes para elaboração dos projetos de empreendimentos do PMCMV financiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do PNHU, a serem adquiridos e alienados para famílias de renda mensal até três salários mínimos, encontram-se na portaria 168/13 do Ministério das Cidades (BRASIL, 2013), na qual estão estabelecidas as especificações mínimas para a edificação de casas, apartamentos, casas sobrepostas e sobrados, estipulando que as áreas devem ser de pelo menos 36m² para casas e 39m² para as demais opções. O Ministério das Cidades também estipula o valor máximo de comercialização de unidades, levando em consideração o tipo de empreendimento a ser construído e a Unidade Federativa, e ainda a cidade ou região desta em que o empreendimento estará localizado (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Apesar de não estabelecer a área mínima para os cômodos (deve ser atendida à legislação estadual ou municipal que verse sobre o tema), a portaria aponta que caberá aos projetistas a formatação dos ambientes - segundo o mobiliário previsto - o que, aliado ao custo determinado, restringe o projeto (BRASIL, 2013).

No entanto, ao tratar especificamente da questão do lazer, a citada portaria 168/13 do Ministério das Cidades institui no item 2.6, anexo IV, que:

2.6 O empreendimento deverá conter equipamentos de uso comum, no mínimo de 1% (um por cento) do valor da edificação e infraestrutura, obrigatoriamente na seguinte ordem:

- a) espaço coberto para uso comunitário,
- b) espaço descoberto para lazer e recreação infantil,
- c) quadra de esportes;

2.6.1 É facultado, à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, autorizar casos excepcionais a partir de solicitação fundamentada da Instituição Financeira Oficial Federal acompanhada de análise técnica conclusiva. (BRASIL, 2013)

Como se pode perceber claramente no exposto acima, existe a obrigatoriedade de que os itens de lazer listados façam parte dos projetos, no entanto exceções são admitidas e o único critério de análise dos equipamentos é o econômico. Leão (2014) destaca que esses equipamentos normalmente estão representados por um centro comunitário, um *playground* e uma quadra

descoberta e devem atender a demanda dos residentes no empreendimento e não a da cidade, bairro ou núcleos em que estejam inseridos. A presença de equipamentos de lazer no entorno também é um dos itens, existentes ou previstos, que faz parte do Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos, devendo compor a Matriz de Responsabilidades apresentada pela Prefeitura à CAIXA.

Verifica-se ao longo dessa trajetória que a política nacional de habitação no Brasil tem oscilado através do tempo, de acordo com ideologias e/ou influências econômicas, e pouco tem sido contemplada a questão habitacional em sua complexidade, preponderando os aspectos quantitativos em detrimento dos aspectos sociais e qualitativos, a exemplo da política atual. Reis e Lay (2010) frisam que ao pensar em habitação de interesse social deve-se ir além dos aspectos quantitativos, buscando-se a sustentabilidade social da habitação, ou seja, que responda de forma adequada às necessidades de seus residentes, entendidos como seres sociais. Os autores afirmam que a habitação de interesse social será considerada socialmente sustentável se for “pensada como habitação qualificada, isto é, que satisfaça as necessidades de seus moradores e qualifique suas vidas, através de projetos arquitetônicos adequados” (REIS; LAY, 2010 p.117), especialmente no que diz respeito às relações entre as edificações e os espaços abertos.

Lima e Lay (2013) consideram que a interação social é um indicador fundamental de desempenho de conjuntos habitacionais e destacam os espaços públicos abertos como possibilitadores dessa interação entre os moradores do conjunto e do conjunto com o entorno imediato, desde que as características destes espaços sejam favoráveis. Gehl (2006) aponta que a qualidade do espaço exterior, da configuração física deste espaço, mantém estreita relação com a atividade humana que dá vida às cidades, que estimula o convívio, destacando como valiosa a presença de um marco físico que possibilite a interação social. O autor cita como exemplo o cuidado tido no projeto da cooperativa habitacional Tinggården, em que se buscou harmonizar as estruturas física e social através da subdivisão do conjunto em grupos de residências em torno de espaços comunitários, enquanto que o conjunto como um todo foi construído em volta de uma avenida principal onde se encontra o

centro comunitário, obedecendo a uma hierarquia casa, grupo de casas, conjunto habitacional e cidade, favorecendo o desenvolvimento das atividades opcionais, recreativas e sociais e a integração com o entorno. Gehl (2006) destaca o quanto a oportunidade do convívio, da observação social do entorno que nos rodeia é importante para o aprendizado, para construir uma relação de confiança com o mundo e servir-nos de inspiração, especialmente às crianças.

Diante do que tem sido realizado no Brasil em termos de política habitacional, especialmente no que tange à habitação de interesse social, considera-se que se faz preciso buscar a humanização do habitar, em que as necessidades dos habitantes, além do abrigar-se, sejam de fato levadas em conta. É nesse contexto que se insere a avaliação da qualidade do espaço que tem sido ofertado às crianças nos conjuntos habitacionais de interesse social, construídos sob a égide do PMCMV, possibilitando ou não o lazer tão necessário ao seu desenvolvimento, como veremos a seguir.

Capítulo 2: COMPORTAMENTO AMBIENTAL E A ARQUITETURA DOS ESPAÇOS DE LAZER INFANTIL

2.1. O desenvolvimento da criança e o espaço

Atualmente a criança merece atenção e cuidados especiais, mas nem sempre foi assim. Segundo Ariés (2012), só é possível identificar o sentimento de infância a partir do século XVI, até então a criança passava por um período de dependência e após o desmame tardio, por volta dos sete anos de idade, já era considerada um adulto em miniatura e nessa condição participava dos trabalhos, festividades e jogos, lado a lado, com outras crianças, jovens e adultos.

De Mause (1974) propõe uma periodização das formas de relação paterno filiais, representando de modo sequencial a aproximação de pais e filhos, desde a forma do infanticídio, iniciada na idade Antiga, até a forma de

ajuda, iniciada em meados do século XX. O autor situa a partir do século XIV a proliferação de manuais de instrução infantil, o que caracteriza a noção da infância como uma fase distinta da vida, em que a criança deveria ser moldada, mesmo que inicialmente essa moldagem se restringisse aos aspectos físicos. Ariés (2012) também aponta o reaparecimento da preocupação com a educação como o grande acontecimento, que instalou aos poucos na sociedade a ideia da infância como uma fase de passagem, na qual a criança precisa ser preparada para a vida, para unir-se ao mundo dos adultos. Segundo o autor, a religião teve papel fundamental nesse processo, pregando a moralização da sociedade e a responsabilidade dos pais diante de Deus como guardiões espirituais dos seus filhos, tendo sido fundadas ordens religiosas dedicadas ao ensino de crianças e jovens nos séculos XVI e XVII.

De Mause (1974) assinala o século XVIII como a fase intrusiva, em que os pais tentaram conquistar a mente dos seus filhos, marcando também a redução da mortalidade infantil, graças à melhoria dos cuidados por parte dos pais, e o surgimento de uma especialidade médica dedicada aos cuidados da criança, a pediatria. A mudança havida a partir do final do século XVII, fez com que a criança assumisse um novo lugar na sociedade industrial (ARIÉS, 2012) e deu ensejo a que ela também se tornasse objeto de estudo, no afã de melhor compreender o que acontece ao homem nesse período da vida. No século XVIII surge o interesse pelo exame do desenvolvimento motor, segundo Connolly (2000), que cita uma monografia alemã publicada em 1787 como um dos estudos mais antigos acerca desse tema, em que Dietrich Tiedemann observa e descreve o comportamento do seu filho recém-nascido desde o nascimento até a idade de dois anos e meio. O autor também cita Darwin, que em 1877 publicou estudo semelhante, fruto da observação de seu filho primogênito e de uma de suas filhas.

No campo da psicologia, Veríssimo e Santos (2008) apontam Preyer como um dos primeiros investigadores da psicologia do desenvolvimento, propondo na obra "The Mind of the Child" de 1888, que o desenvolvimento humano era produto da interação entre biologia e ambiente social. Outro pioneiro no estudo da psicologia da criança foi Édouard Claparède, que também adotou o enfoque interacionista ao estudar a gênese dos processos

cognitivos, e deu importante contribuição a Pedagogia na obra “A Escola e a Psychologia Experimental” de 1916, ao demonstrar que o trabalho escolar deve estar relacionado aos interesses naturais da criança, para que ela se envolva com as tarefas escolares com o mesmo prazer com que se envolve em um jogo (NASSIF; CAMPOS, 2005). Ainda segundo Nassif e Campos (2005), Claparède influenciou na formação de psicólogos e educadores e manteve diálogo com vários estudiosos, entre os quais Jean Piaget, que trabalhou no Instituto Rousseau fundado por ele e é considerado um dos continuadores de sua obra.

Piaget (2013) estudou o desenvolvimento psíquico infantil e descreveu a evolução da criança como um movimento contínuo de busca de equilíbrio em interação com o meio exterior, havendo funções invariáveis comuns a todas as idades, como o interesse, e estruturas variáveis progressivas, que seriam “as formas de organização da atividade mental, sob um duplo aspecto, motor ou intelectual, de uma parte, e afetivo de outra” (PIAGET, 2013, p. 5), considerando as dimensões individual e social. Piaget (2013, p. 6) partiu do conceito de necessidade desenvolvido por Claparède, para quem “uma necessidade é sempre manifestação de um desequilíbrio”, sendo o contato com o meio exterior desencadeador de necessidades, demandando ações para serem satisfeitas, em busca de restabelecer o equilíbrio, em um movimento contínuo e incessante. Em suas pesquisas, Piaget investigou como a criança constrói a realidade a partir da relação objeto/espço e constatou que a evolução da inteligência está relacionada ao espaço e acontece em paralelo com a evolução da afetividade e da vida relacional. O autor propôs seis estágios ou períodos de desenvolvimento cognitivo, em que as estruturas lógicas da formação da inteligência e do conhecimento surgem e são construídas na infância e adolescência, demonstradas de forma resumida no quadro 4, destacando a relação com a elaboração do espaço.

Quadro 4 - Estágios de desenvolvimento cognitivo de Piaget e a elaboração do espaço

PERÍODO	IDADE *aproximada	ESTÁGIO	ELABORAÇÃO DO ESPAÇO	FORMA DE BRINCAR/ JOGAR
Sensório motor	De 0 a 2 anos	1º. Reflexos/mecanismos hereditários e tendências instintivas. 2º. Primeiros hábitos motores e percepções organizadas. 3º. Inteligência senso motora e regulações elementares.	Espaço sensório-motor. O espaço está ligado ao domínio sensorial (espaço bucal, visual, tátil etc) centralizado sobre movimentos e atividades próprias. Relação espacial de vizinhança pela percepção de elementos em um mesmo campo.	Repetição da brincadeira para exercitar habilidades motoras e relação de causalidade, manipulação e experimentação de objetos, especialmente na boca.
Pensamento pré operatório	De 2 a 7 anos	4º. Inteligência intuitiva, sentimentos interindividuais espontâneos. Aquisição da linguagem e aparecimento da função simbólica.	Espaço representativo. Confusão ou indissociação entre o mundo interior e o subjetivo e o universo físico, mas a percepção do espaço encontra-se ampliada, Relação espacial de separação pela distinção dos elementos e de ordem pela sucessão espacial. Percepção intuitiva do espaço ocupado pelos elementos.	Brincadeira solitária, dificuldade em socializar, jogo simbólico ou de imaginação e imitação.
Pensamento operatório concreto	De 7 a 12 anos	5º. Operações intelectuais concretas e sentimentos morais. Desenvolve capacidade de cooperar e argumentar, a partir do discernimento do próprio ponto de vista do ponto de vista dos demais.	Espaço operatório baseado em estruturas operatórias concretas. Noção racional de velocidade como relação entre tempo/espaço. Noções de invariância e relação com a meio ainda centrada no objeto e/ou ações exercidas sobre o mesmo.	Evolução do jogo simbólico para o jogo de construção, brincadeira em grupo, jogos coletivos, aceite de regras e inovações.
Pensamento operatório formal	12 anos em diante	6º. Pensamento hipotético dedutivo, capaz de deduzir conclusões a partir de hipóteses. Egocentrismo metafísico, crença na onipotência do pensamento. Conquista da personalidade e inserção na sociedade adulta, quando passa de reformador a realizador.	Espaço operatório baseado em estruturas operatórias formais. Coordenação mais ampla de relações e noções. Concepção de realidade global. Capacidade de executar ações sobre objetos em pensamento, refletir sobre essas operações e substituí-las por proposições.	Fim das últimas formas de jogo simbólico, jogos de regra persistem e evoluem.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Piaget (1978) e Piaget (2013)

Ferreira Neto (1995) também estudando o desenvolvimento infantil, sob o aspecto do comportamento motor e do jogo, afirma que o período que vai dos três aos nove anos de idade é o mais importante para aprendizagem de habilidades motoras, compreendendo que a atividade motora passa por progressivas transformações, do nascimento à idade adulta, desde movimentos simples aos mais complexos, em um processo de desenvolvimento do tônus muscular e de criação de ligações neurológicas. Traçando um paralelo com os estudos de Piaget, Ferreira Neto (1995) salienta que o período do desenvolvimento pré-operatório, quando se desenvolve a inteligência representativa e a função simbólica, é também a fase em que se desenvolvem os “skills” ou habilidades motoras básicas (correr, saltar, atirar, pontapear, apanhar, trepar etc), as quais “terão grande importância sobre o desenvolvimento dessa inteligência e, portanto, sobre a organização/relação dos objetos, do espaço, do tempo e de causalidade”. (FERREIRA NETO, 1995, p. 14).

Ferreira Neto (1995) aborda a necessidade de movimento da criança, pois seu crescimento, físico e intelectual, dependerá da qualidade do seu comportamento motor, e destaca a necessidade de atenção especial para as condições em que as crianças têm se desenvolvido, uma vez que estas são penalizadas pela “sedentarização” e privação progressiva de experiências de movimento e aventura lúdica [...] devidas à economia do espaço físico e condições da vida social” (FERREIRA NETO, 1995, p. 9). Ele assevera que a privação de espaço traz graves consequências para o desenvolvimento da criança, em forma de atrasos “sensório-motores (desenvolvimento desarmônico de motricidade), cognitivos (diminuição da capacidade de aprendizagem) e psico-afetivos (irritabilidade, agressão, inadaptação social)” (FERREIRA NETO, 1995, p.108).

Moyles (2002, p.42-43) aponta que o movimento é inerente e necessário para que a criança atinja o pleno desenvolvimento, devendo ser promovida a aprendizagem física, e frisa que à medida que conquista “equilíbrio, controle, agilidade, coordenação dos olhos, cérebro e músculos, combinados com poderes manipulativos sobre materiais, o domínio do próprio corpo e a competência nos próprios movimentos” a criança ganha em

autoconfiança e sentimento de valor pessoal. A explicação para essa necessidade de brincar e manter-se em movimento, segundo Moyles (2002), pode estar no fato de que estimula o cérebro, mantendo-o em atividade, pois motiva e desafia a criança a dominar o que já conhece e a procurar conhecer, entender e se tornar hábil em relação ao que ainda não domina. A autora divide o brincar na escola em três categorias, resumidas a seguir, por se aplicarem a todas as situações:

- a) físico – que desenvolve as habilidades motoras (motor amplo, fino e psicomotor) e a consciência espacial;
- b) intelectual – que desenvolve o conhecimento linguístico, científico, simbólico/matemático e a criatividade;
- c) social/emocional – que desenvolve o conhecimento linguístico, além de ter ação terapêutica e contribuir para o autoconceito, a conquista de domínio/controlado através da repetição, desenvolve a empatia e a competitividade e noção de regras, através dos jogos.

Moyles (2002) também destaca que, em qualquer forma de brincar, pode-se observar claramente que a brincadeira sempre será estruturada pelo ambiente, materiais e contextos onde ocorra, ou seja, a qualidade do brincar depende em parte da qualidade dos recursos disponíveis.

2.2. O lazer e a criança

O tema do lazer é assunto comum nos nossos dias, fazendo parecer que é um direito natural e indiscutível, questão de saúde e bem estar. Mas nem sempre foi assim. Segundo Yurgel (1983), a ideia de lazer só foi possível a partir da conquista do tempo livre pelo homem neolítico, fruto de um maior domínio sobre a natureza. Para a autora, a sociedade originou-se da luta pela sobrevivência, assim como a construção da cultura originou-se do tempo do ócio, do emprego das horas disponíveis para o lazer. Considerando que o lazer só ocorre nos momentos em que o homem se libera de suas obrigações, pode-

se pensar que é um privilégio, ao qual só tem acesso aqueles cujas atividades permitem essa sobra de tempo. Seguindo esse raciocínio, de acordo com a quantidade de tempo livre, encontraremos indivíduos mais privilegiados que outros. É o que podemos verificar ao longo da história, desde a diferenciação de tarefas e o surgimento das cidades, nas mais diversas civilizações, seja do Oriente ou do Ocidente, em que o trabalho árduo cabia aos escravos, artesãos ou camponeses, enquanto o tempo livre para a arte, por exemplo, era prerrogativa das classes privilegiadas (YURGEL, 1983; MUMFORD, 1965).

Na civilização ocidental, a revolução industrial não impactou apenas a economia, mas também as condições de vida e a condição psicológica em todas as camadas sociais. A vida passou a se organizar em função do trabalho, o tempo passou a ser regido pelo relógio e dividido em períodos de trabalho e de não trabalho, ou seja, “reconhecidos e diferenciados pelas atividades neles realizadas” (SANTINI, 1993, p.25). O tempo do trabalho, para homens, mulheres e crianças, foi dilatado ao ponto de gerar uma reação da classe trabalhadora (SANTINI, 1993) e assim surgiu a questão do lazer como um direito, emergindo das lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo direito ao repouso dos trabalhadores industriais e das ideologias que pregavam a organização de uma sociedade sem classes e a comunidade de bens.

As primeiras conquistas dos trabalhadores nesse sentido datam do século XIX na Europa e da segunda década do século XX no Brasil (CAMARGO, 1984). Em resposta aos horrores presenciados na segunda grande guerra, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou em 1948 a Declaração Universal Dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que em seu artigo XXIV reconhece e incorpora a necessidade do lazer e repouso como um direito humano, afirmando a conquista das lutas operárias. Esse direito tem se universalizado e no Brasil esse direito está afirmado na Constituição de 1988, no artigo 6º do capítulo dos Direitos Sociais (BRASIL, 1988), bem como ratificado no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que interessa mais diretamente a este trabalho.

O reconhecimento do lazer como um campo de estudos, no entanto, só se deu mais tarde, a partir das indagações acerca do quanto das horas

recuperadas do trabalho passaram a ser ocupadas pelo lazer. Dumazedier (2012) afirma que a sociologia dos vários lazeres já se apresenta em constituição, enquanto que a sociologia geral do lazer ainda se encontra no estágio da infância. Gomes (2004) relata que a produção científica brasileira sobre o tema do lazer só despontou na década de 1970 do século passado, e que Dumazedier foi o teórico que mais influenciou esses estudos, tendo participado de vários seminários no país, entre 1961 e 1963, inclusive seminários internos promovidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC).

Várias são as questões que se apresentam em relação ao lazer, incluindo a própria definição, suas funções e o desenvolvimento qualitativo do lazer de acordo com o meio social. Em sentido restrito, lazer seria o tempo livre, em oposição ao tempo dedicado ao trabalho, porém não há consenso em torno do conceito. Para Marcellino (1995) os entendimentos dos estudiosos do tema podem ser agrupados em duas linhas, segundo o aspecto enfatizado, tempo ou atitude, sendo a tendência dominante a de considerar ambas as variáveis, analisando também a qualidade das atividades desenvolvidas. O sociólogo francês Dumazedier, considerado como referência nos estudos de lazer no Brasil, destaca a liberdade de escolha de atividades para realizar no tempo livre e atribui variadas finalidades ao lazer, quando afirma que:

o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais. [DUMAZEDIER,2012, p. 34].

Medeiros (1971) define lazer como um espaço de tempo do qual o homem pode dispor livremente, estando liberado do trabalho e de suas obrigações diárias, podendo aproveitá-lo para experimentar-se, exprimir-se, conhecer-se e superar-se, servindo também à integração social. Para Camargo (1984) o tempo do lazer é um tempo artificial, decorrência do trabalho industrial, o qual, diferente do trabalho no campo, não permite a incorporação de aspectos lúdicos, considerando que durante esse tempo, que se torna precioso, o indivíduo goza de liberdade relativa de escolha para fruí-lo criativamente. Marcellino também considera o aspecto do tempo, porém

caracteriza-o como disponível, e ressalta a possibilidade de optar pelo modo de ocupá-lo, de forma desinteressada, conceituando lazer como:

(...) a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. O importante, como traço definidor, o caráter "desinteressado" dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. [MARCELLINO, 1995, p. 31].

Alguns destes estudiosos também enumeraram finalidades para o lazer, como Medeiros (1971), que lista três grandes funções: repouso, diversão e desenvolvimento pessoal. A citada autora refere que as funções apresentam-se entrelaçadas, podendo acontecer o predomínio ocasional de uma delas. Dumazedier (2012) atribui funções semelhantes ao lazer: descanso; divertimento, recreação e entretenimento e desenvolvimento da personalidade, destacando o caráter de aprendizagem desta última. Pretendendo validar o interesse teórico pelo lazer, Dumazedier afirma que é inegável sua importância, em toda sua amplitude e complexidade, e que:

(...) não mais pode ser considerado como um problema menor, sem importância e características próprias, colocado no fim da lista dos problemas importantes e na dependência de existir, ainda, tempo e dinheiro para que seja levado em consideração... [DUMAZEDIER, 2012 p.20].

Marcellino (2002), no entanto, alerta que dentro do espectro do estudo do lazer existe um tema que ainda é considerado incorreto por muitos – o lazer da criança. Segundo o autor, há estudiosos que acreditam que só se poderia ter em conta o lazer infantil a partir do início da escolarização formal da criança, pois até então não haveria como estabelecer uma divisão entre atividades obrigatórias e não obrigatórias, enquanto outros incluem o brincar na lista de recomendações a pais e professores, como se essa não fosse uma atividade natural da infância. Ele afirma que um dos motivos para isso é que “as crianças não são consideradas como seres humanos, com valor em si mesmos, no aqui e agora” e a infância, dentro da abordagem utilitarista, teria “como finalidade única da existência a preparação para o futuro.” (MARCELLINO, 2002, p.37)

De acordo com essa abordagem, o lazer tem sido instrumentalizado, perdendo-se de vista o prazer, pois só adquire valor se tornado útil, como parte da preparação da criança para a vida adulta produtiva. O autor tece algumas críticas quanto ao modelo de educação para o lazer adotado nas escolas e propõe uma pedagogia da animação, ligada à criação de ânimo e provocação de estímulos e esperança, atuando nos planos cultural e social (MARCELINO, 1995).

Tratando da educação infantil, Moyles (2002) defende que o brincar pode ser utilizado como estratégia de aprendizagem, podendo ser exploratório, livre ou dirigido, desde que auxilie a criança a ampliar seus conhecimentos. Para a autora o brincar na escola deve ser diferente do brincar em casa, mas afirma que as duas circunstâncias oportunizam o desenvolvimento da criança, assim como outras situações lúdicas, por exemplo, na rua ou no parque com outras crianças. A respeito do brincar fora da escola, Moyles diz que “motiva as crianças a explorar e a experienciar a casa, o jardim, as lojas, a vizinhança e assim por diante” (MOYLES, 2002, p.41) e ao professor cabe garantir que as variadas experiências que a criança traz de fora sejam utilizadas para aprender mais na escola. Marcelino (2002) e Moyles (2002) concordam que a importância do lazer da criança, a necessidade de brincar, justifica-se fundamentalmente por ser uma atividade que dá prazer, estimula, traz alegria e é comum a todas as crianças, independente de sexo, faixa etária ou classe social. Marcellino acrescenta que é essencial “que se assegure à criança o tempo e o espaço para que o caráter lúdico do lazer seja vivenciado com intensidade capaz de formar a base sólida para a criatividade e a participação cultural” (MARCELLINO, 2002, p.38).

2.3. O espaço urbano, a arquitetura e o lazer

Ante o ritmo de vida caótico estabelecido nas cidades, o lazer foi motivo de atenção por parte dos utopistas no século XIX, que propunham cidades ideais (CHOAY, 2005). A autora organiza essas propostas de ordenamento urbano em dois modelos, o progressista e o culturalista, os quais,

apesar das diferentes abordagens, tinham em comum o objetivo de integrar presente e futuro, representado pelas transformações advindas da industrialização, com um passado nostálgico, representado pela vida campestre através de áreas verdes, que proporcionariam equilíbrio do ponto de vista da saúde física e mental, a vida plena em que as necessidades de trabalho e lazer seriam atendidas harmonicamente. Segundo Choay (2005, p.8), na cidade do modelo progressista o espaço “é amplamente aberto, rompido por vazios e verdes”, e o lazer é instalado em local específico, assim como as demais funções humanas, enquanto que no modelo culturalista a cidade deve atender as necessidades espirituais, conservando a natureza e garantindo aos seus habitantes uma vida feliz e plena de lazeres.

Mais tarde, os arquitetos urbanistas expressariam a mesma preocupação na Carta de Atenas, escrita por Le Corbusier com base nas discussões ocorridas no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933, que criticava os cortiços onde havia “total falta de espaços verdes, criadores de oxigênio e que seriam tão propícios aos folguedos das crianças” (LE CORBUSIER, 1993, item 10). O lazer foi elencado como uma das funções básicas da cidade e entendido como parte da solução do problema habitacional. A Carta de Atenas preconizava que deveria ser obedecida uma proporção justa entre edificações e áreas livres, vistas como prolongamentos exteriores das moradias, onde as horas livres deveriam ser fruídas, em contato com a natureza, na prática de esportes e atividades culturais (YURGEL, 1983; DUMAZEDIER, 2012).

Considerando a questão do espaço urbano e o lazer, Rolnik (2000) afirma, no entanto que o urbanismo moderno contribuiu para a perda da multifuncionalidade da cidade ao desagregar e setorizar suas funções, e que esse fator aliado ao processo de fuga do controle da gestão pública, fez com que as funções de lazer, morar e trabalhar fossem confinadas e cada vez mais privatizadas, restando à dimensão pública apenas a função de circulação. Para a autora, esse modelo privatista resultou em uma cidade fragmentada e desconexa, na qual o lazer passou a ser o componente primordial da denominada qualidade de vida, presente apenas em alguns oásis avulsos, enquanto o restante do espaço urbano jaz amorfo. A autora prega que é

preciso implementar uma política que invista na retomada da multifuncionalidade da cidade, conectando usos, funções e pessoas diferentes, em segurança e conclui dizendo que “um lazer encarnado na cidade, identificado na sua dimensão pública, é um grande instrumento antiexclusão.” (ROLNIK, 2000, p.184)

Camargo (1984) questiona onde a população das cidades – formada por homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos – pode vivenciar a sua necessidade de lazer e se é possível falar de lazer em se tratando de populações pobres, pois a cidade as exclui ao vender as possibilidades de lazer a preços proibitivos. Com base em pesquisas de orçamento-tempo, o autor refere que as pessoas passam cada vez mais tempo em suas casas e coloca a deficiência de serviços públicos de lazer como uma das causas, mas também reflete sobre uma possível transformação do lar, que passaria a ser também um espaço cultural e de lazer, indagando:

O lazer em casa seria necessariamente menos rico do que o lazer fora de casa? Não seria preferível vigiar para que a legislação urbana sobre a construção de prédios, apartamentos, conjuntos habitacionais respeite essas necessidades culturais e, por injunções do lucro, não venha novamente a reduzir as casas a cavernas? O meu ponto de vista final é que toda política urbana de lazer deve iniciar-se por uma política habitacional justa, que respeite as necessidades de um espaço social íntimo e externo nas residências. [CAMARGO, 1984, p. 160].

Para Marcelinno *et al* (1987), além da falta de espaços de lazer também a violência concorre para enclausurar as pessoas, que cada vez mais utilizam alternativas individuais e eletrônicas em seu lazer doméstico, contribuindo para a busca do lazer entretenimento e desfavorecendo o lazer convivência social, enfatizando que o lazer pode colaborar para uma vivência mais rica da cidade. Segundo Yurgel (1983, p.59) a integração do lazer no ambiente urbano deve ter como primordial as relações habitação – recreação e trabalho – recreação, para que se possa “reorganizar o ambiente urbano com a riqueza humanística que a recreação, como forma de liberdade e aperfeiçoamento cultural do povo, permita”. Para alcançar esse intento a autora destaca o papel dos arquitetos “na reformulação dos meios de uso do tempo livre” e na proposição de novas casas, novas instalações e cidades renovadas.

Marcellino (2002) tece algumas reflexões no que diz respeito aos equipamentos de lazer, asseverando que sua distribuição desigual no espaço urbano afeta diretamente as populações desfavorecidas, que contam com poucos recursos para a prática do lazer no lar e que são cada vez mais expulsas para as áreas periféricas, desprovidas destes equipamentos e onde cada vez menos encontram locais que sirvam para as brincadeiras das crianças, para o futebol de várzea e para encontro da comunidade local. O autor destaca a necessidade de uma política habitacional que, entre outros aspectos, também contemple o lazer, com o uso criativo das áreas coletivas. Em obra anterior, ele diz que os mais pobres são empurrados para suas casas no tempo livre, onde “o espaço é exíguo tanto em termos de área construída como de quintais ou áreas abertas coletivas – quando existem.” (MARCELLINO, 1995, p. 61).

Os quintais, ou pequenas quintas, segundo Silva (2009), constituem uma característica particular das cidades brasileiras, correspondendo à área livre nos fundos dos lotes urbanos, que abrigava práticas diversas, notadamente aquelas ligadas ao abastecimento de subsistência, através do cultivo de hortas e pomares e criação de pequenos animais, mas que também abrigava a convivência doméstica, verificando-se sua presença em todas as residências, de todas as classes sociais, localizações urbanas ou regiões geográficas. Entre suas funções, os quintais serviam para a brincadeira das crianças, especialmente na região amazônica, os quais, segundo Silva e Tourinho “representam parte do passado e do presente de seus moradores, especialmente porque o amazônida é culturalmente ligado à natureza”. (SILVA; TOURINHO, 2013, p.2). As autoras alertam que esses espaços estão se tornando raros na paisagem urbana, a partir do crescimento e verticalização das cidades e da valorização imobiliária. Algumas famílias por elas entrevistadas na cidade de Belém, que ainda dispõe de quintais, estão dispostas a preservá-los por entenderem que são locais de refúgio, lazer, conforto térmico, tradição, cultura e interação familiar.

Bahia (2012) descreve a integração de alguns quintais com os rios na década de 1960 em Belém e arredores, que serviam aos adultos e crianças de local de banho e brincadeiras, enfatizando o vínculo afetivo com a natureza,

desenvolvido através da ludicidade. A autora destaca que nos seus próprios quintais “as crianças viviam sua aventura lúdica ao subir nas árvores, sem precisar procurar, em lugar distante, uma relação com a natureza “perdida” da cidade, como nos dias atuais” (BAHIA, 2012, p.92). Gehl (2013) afirma que as brincadeiras de criança faziam parte da vida urbana e se misturavam às atividades dos adultos, até que o planejamento modernista criou o conceito de parques específicos, espaços destinados a essa finalidade. Ele propõe que as cidades devem dispor de espaços fixos, flexíveis e fugazes, permitindo uma variedade de atividades culturais e saudáveis, que o espaço urbano como um todo seja convidativo e se torne um *playground*, não apenas para as crianças, mas para todos os seus habitantes.

2.4. O projeto arquitetônico, o lazer e o atendimento das necessidades sociocognitivas e psicomotoras das crianças

Ferreira Neto (1995, p.100) indaga qual seria o espaço construído definido para as crianças e que necessidades corporais que elas têm em relação a esse espaço, partindo da premissa de que a realidade do espaço está “na sua construção e arquitetura (espaço concreto) e na forma como o percebemos, interpretamos e sentimos (espaço representado)”. O autor relaciona as seguintes necessidades das crianças:

- a) movimento;
- b) espaço;
- c) afetividade;
- d) contato com a natureza;
- e) materiais diversificados;
- f) exploração do meio;
- g) acesso ao jogo;
- h) ser livre, experimentar e transformar o meio material e institucional;
- i) convivência em grupo.

Ferreira Neto (1995) afirma que as crianças precisam de espaço livre próximo de suas residências e que estes locais deveriam englobar áreas verdes, parques de jogo, recreio e aventura para crianças e estruturas desportivas para adultos, pois acredita que é importante que a criança esteja próxima ao adulto. Ele sugere as zonas de atividades descritas no quadro 5, bem como os respectivos equipamentos necessários naqueles espaços visando o desenvolvimento e a conquista de habilidades através das atividades a serem desenvolvidas nos mesmos.

Quadro 5 - Áreas de atividades para espaços de jogo infantil

Zona	Equipamentos	Habilidades desenvolvidas
Espaço livre	Materiais portáteis para jogos	Movimentos globais
Aparelhos fixos	Aparelhos de formas e tamanhos diversos	Habilidades motoras de base (equilíbrio, balanço, trepar, suspender, rodar etc) e sua combinação motora.
“Selvagem”	Arborização, cabanas, areia, terra, zona acidentada, riachos, valas, pequenos montes de terra, madeiras, ferramentas, caixas, pneus etc	Ação sobre objetos, transformação de acordo com imaginação individual ou de grupo.
Ateliers	Salas abertas	Desenvolvimento de capacidade expressiva conjugadas a atividades manipulatórias, através de artes plásticas, oficinas de atividades manuais e expressão corporal.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Ferreira Neto (1995)

Jacobs (2003) assevera que as crianças das cidades necessitam de locais próximos de casa para brincar e aprender noções de mundo, e defende que as calçadas largas e movimentadas, onde adultos exerceriam uma vigilância natural e fundamental para a segurança das crianças, seriam os espaços adequados para a recreação livre, enquanto que *playgrounds* representariam risco, e diz que para essa recreação informal acontecer o requisito “não é a existência de nenhum tipo de equipamento rebuscado, mas sim de espaço num local conveniente e interessante” (JACOBS, 2003, p.94). Tratando de parques públicos, a autora destaca alguns elementos que seriam indispensáveis para que estes sejam bem sucedidos, quais sejam, a complexidade visual, a centralidade, zonas de sol e sombra, construções ao

redor e diversidade de atividades que atraiam a diversidade de frequentadores e horários.

Alexander (2013) distingue a criança pequena, que busca autonomia, da criança, que toma iniciativa, e destaca o espaço para brincar como ambiente importante para as duas etapas, afirmando a importância da brincadeira como meio de encontrar outras crianças, desenvolver músculos e testar habilidades, mas acima de tudo para exercer a função da imaginação, através da qual elaboram o mundo e aprendem a lidar com as dificuldades. O autor aponta que nas áreas coletivas externas de conjuntos de moradias é preciso assegurar espaços de lazer para crianças, enfatizando ainda que se deve “garantir que o relacionamento entre as áreas de uso comum permita a formação contínua de tais espaços de lazer” (ALEXANDER, 2013 p. 343). Ele propõe parques infantis rústicos e dinâmicos, que não sejam totalmente acabados, mas que prevejam superfícies duras, para bicicletas, velocípedes etc e superfícies macias, para brincar na terra, possibilitando ainda o acesso a sucatas (caixas, barris, cordas) para construir coisas e o contato com o sol, água, árvores e grama.

Pina (1996) apresenta a proposta de parque lúdico, desenvolvida pela representação paulista do Serviço Social do Comércio (SESC), objetivando a substituição de antigos *playgrounds* por instalações lúdicas, que reunissem novas concepções de equipamentos e design, uma vez que “os modelos tradicionais de *playgrounds* apresentavam poucas novidades em termos de desenho, com poucas preocupações educativas” (PINA, 1996, p.41). O autor lista as seguintes recomendações gerais indicadas para o desenvolvimento dos projetos pelos arquitetos selecionados:

- a) as instalações lúdicas devem estimular a fantasia e a imaginação criativa das crianças;
- b) devem permitir a livre expressão de todo o seu vocabulário físico-corporal (correr, agachar, esconder, escorregar, subir, pular, equilibrar, escalar, pendurar, descer, olhar, puxar, empurrar, tocar, virar, subir, encostar);

- c) devem também proporcionar sensações e emoções (vertigem, medo, segurança e insegurança, alegria);
- d) devem incorporar elementos sensoriais (cores variadas, diferentes graus de luminosidade, texturas de materiais diversos, diferentes temperaturas);
- e) utilizar materiais variados, em combinações muito bem equilibradas. dar preferência sempre a componentes naturais (madeira tratada, cordas etc) combinados com outros tipos de materiais (cimento, fibra, pneus, metal);
- f) devem ter elementos móveis, para que as crianças componham imagens ou configurações, ou elementos interativos, que reajam ao toque ou à solicitação das crianças;
- g) cada instalação deve ser integrada a uma ambientação que a circunde, que a identifique e que torne o espaço mais agradável e esteticamente mais atrativo.

Dieckert e Monteiro (1993) propõem um parque de lazer e esporte para todas as faixas etárias e sexos, divididos nas seguintes zonas interligadas:

- a) Zona A: areia e água
- b) Zona B: aparelhos fixos (recreativos e de condicionamento físico)
- c) Zona C: quadra de areia
- d) Zona D: gramados
- e) Zona E: quadra pavimentada
- f) Zona F: condicionamento físico
- g) Zona G: pista de corrida
- h) Zona H: recuperação
- i) Zona I: quiosque

A interligação permitiria comunicação visual e verbal, garantindo a segurança das crianças, e a localização do parque infantil não deve exceder 200m da habitação, para atender as crianças de 5 a 12 anos, segundo os autores, que recomendam a redução das distâncias entre a habitação e o

parque para servir a usuários de todas as idades. Quanto aos aparelhos fixos recreativos, alertam que os de produção estandardizada “demonstram, muitas vezes, uma falta de criatividade e uma monofuncionalidade negativa” (DIECKERT; MONTEIRO, 1993, p.25), e sugerem que a escolha dos aparelhos recreativos e de condicionamento físico devem seguir os seguintes critérios pedagógicos: polivalência, relacionamento social, criatividade/aprendizagem, amplitude etária, exigências funcionais, efetividade de uso e qualidade de uso.

Além disso, Dieckert e Monteiro (1993) propõem alguns critérios arquitetônicos, que contribuam para que o ambiente de um parque seja agradável e estimule o bem-estar, quais sejam:

- a) versatilidade como:
 - variação de formas, cores, material;
 - uso de ritmo, coincidência, alternância, contraste e multiplicidade;
- b) alternância ritmada de qualidades polarizadas: estreito-largo, alto-baixo, em cima-embaixo, subindo-caindo etc;
- c) entrelaçamento do interno com o externo: aberto-fechado, aconchego, familiaridade etc.

Tratando dos espaços para recreação infantil, Lima (1989) descreve que ao percorrer os parques equipados da capital e interior de São Paulo, encontrou sempre os mesmos aparelhos de estrutura metálica em tanques de areia e em alguns dos parques acrescentaram-se “trens” feitos com tubos de concreto. A autora faz uma crítica quanto a este arranjo, que é utilizado pelas crianças, mas sem permitir que usem a imaginação e reforça que o espaço para criança deve ser elaborado o suficiente “para estimular a curiosidade e a imaginação da criança, mas incompleto o bastante para que ela se aproprie e transforme esse espaço através de sua própria ação” (LIMA, 1989, p.72). Ela expõe experiências em escolas públicas de São Paulo, em que, por exemplo, simples linhas traçadas em forma de tabuleiro transformavam-se em brincadeiras variadas, ou paredes de cores diferentes e pisos em desnível tornavam-se, ao mesmo tempo, “elementos concretos de arquitetura e construção, de ensino e de brincar” (LIMA, 1989, p.77) e afirma que para serem apropriados os espaços precisam ser projetados adequadamente.

Para Oliveira (2004), a brincadeira em espaços abertos possibilita a interação com outras crianças, fazer contato com a diversidade de raças, etnias, costumes e status socioeconômicos desenvolver atividades sensório-motoras e jogos, em que “sua criatividade toma conta dos espaços e os transforma, em função de suas necessidades lúdicas” (OLIVEIRA, 2004, p. 79). A autora recomenda que os projetos de parques para crianças devam levar em conta as características do entorno, tamanho, as necessidades da comunidade e “fornecer uma variedade de experiências, vegetações, materiais, pisos, declives, texturas e locais de luz e sombra” (OLIVEIRA, 2004, p. 203). Discorrendo sobre os parques do Município de São Paulo, Oliveira (2004) cita o Plano Urbanístico Básico de 1968, que fixava em 3 m² de área de recreação por crianças até 12 anos, inclusos parques infantis, centros educacionais e áreas de recreação livre vizinhas às residências.

Borges (2008) acredita que os parques infantis são equipamentos urbanos de grande potencial que, no entanto, têm sido desvalorizados ao longo do tempo no Brasil, pois pouco se investe recursos nesse tipo de projeto, e assim os parques se apresentam, de modo geral, pouco estimulantes e aquém de suas possibilidades de uso. Visando aperfeiçoar a proposta de parques infantis, a autora propõe diretrizes para a gestão e o projeto arquitetônico, demonstradas no quadro 6, que possam ser aplicadas tanto em projetos de novos parques, quanto na readequação dos existentes.

Quadro 6 - Diretrizes para gestão e elaboração de projetos arquitetônicos de Parques Públicos Infantis

Categorias	Diretrizes	
Gestão	Escolha do local	<ul style="list-style-type: none"> - Estrategicamente localizado - Centro de atração - Vizinhança diversificada
	Participação popular	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha dos terrenos - Elaboração do programa de necessidades
	Presença de recreadores	<ul style="list-style-type: none"> - Promover as atividades internas e externas - Promover a socialização e a boa convivência entre as crianças
Projeto Arquitetônico	Atividades e espaços que promovam a integração social	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar usos para todas as idades, sem segregação
	Atividades e espaços que estimulem a movimentação corporal	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar variedade de experiências motoras, para a estimulação sensorial e aprendizado
	Presença de Elementos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> - Vegetação - Areia - Água - Animais
	Conformação dos espaços	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços na escala da criança - Campos para correr - Espaços complexos - Pisos
	Elementos construídos	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços de estar - Espaços internos - Lugares altos - Espaços para encenação - Espaço para jogos de aventuras - Equipamentos de jogo
	Edificações de apoio	<ul style="list-style-type: none"> - Local para guardar materiais - Sala de atividades - Sala para administração - Cozinha - Sala de jogos - Banheiros - Varandas

Fonte: Elaboração da autora a partir de Borges (2008)

Quanto a diretrizes, os Estados Unidos da América contam com um Manual de Segurança para Parques Infantis Públicos (2010), apresentado em forma de recomendações sobre vários tópicos, desde a seleção do local para a construção, o que deve ser levado em conta no traçado do parque, quais os materiais aconselháveis, exemplos de equipamentos adequados para cada faixa etária, até a relação de riscos que devem ser evitados e como deve ser feita a manutenção destas áreas. No Brasil a normativa existente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a Norma Brasileira

Registrada (NBR) 14.350, sob o título geral de “Segurança de Brinquedos de Playground” e está dividida em duas partes, a primeira diz respeito à segurança dos brinquedos em si, estabelecendo requisitos mínimos visando evitar os perigos, e a segunda parte estabelece as diretrizes para a elaboração de contrato de aquisição/fornecimento de equipamento para *playground*.

Neufert (2013) assevera que as áreas de *playgrounds* não devem estar situadas na periferia em conjuntos habitacionais, precisam servir como pontos de orientação e ligar-se às áreas residenciais por uma rede simples de caminhos. Quanto a valores padronizados para projetos de área de lazer em conjuntos habitacionais, o autor cita como exemplo as normas alemãs ditadas pelo Deutsches Institut für Normung (DIN). A norma DIN 7926 estabelece a obrigatoriedade de áreas recreativas para crianças até 06 anos, de 06 a 12 anos e adultos em conjuntos habitacionais a partir de três unidades de moradia, sendo o dimensionamento de *playgrounds* regulado pela norma DIN 18034, que determina um mínimo de 05 m² de área recreativa por unidade de moradia e 40 m² o tamanho mínimo recomendado para *playgrounds*.

Oliveira (2004) classifica os *playgrounds* como espaços privados abertos, destinados às brincadeiras diárias e troca de experiências das crianças residentes, indicando que nem sempre esses espaços cumprem sua função, pois muitas vezes são pouco utilizados, dependendo de aspectos ligados a quantidade de crianças e suas idades. Moore (1984, p. 82) destaca o impacto que causou a pesquisa pioneira de Piaget, ao indicar que o processo de desenvolvimento infantil “é facilitado se a criança pode explorar ativamente e fazer experiências com o meio ambiente”. Como exemplo de estudos sobre esse grupo de usuários, Moore (1984) cita as descobertas feitas sobre as crianças em espaços externos, que apontam, de modo geral, que os parques e *playgrounds* não atendem completamente suas necessidades, e que preferem espaços não projetados, como pátios, calçadas, balcões, varandas, travessas, ruas, passagens entre edifícios e espaços ambíguos dentro e em torno e acidentes naturais.

Moore (1984, p. 65) aponta que para responder questões acerca das necessidades específicas das crianças e como podem ser afetadas pelos

projetos se faz necessário observar o comportamento desse grupo de usuários, estudo esse que faz parte da categoria analítica de estudos de comportamento ambiental na arquitetura, que “incluem o exame sistemático das relações entre o ambiente e o comportamento humano e suas implicações nos processos de projeto” Para Moore (1984) as informações obtidas com as informações advindas desses estudos são fundamentais para que o arquiteto possa (re) projetar formas que satisfaçam o comportamento humano, considerando desse modo a percepção e as necessidades dos usuários nesse processo.

Para Del Rio (1990, p. 99), o estudo comportamental, o qual parte do princípio de que as atitudes, ações e decisões do homem são influenciadas pelo meio ambiente construído, é fundamental para promover níveis adequados de satisfação dos usuários (visual, funcional e comportamental), especialmente em se tratando de espaços públicos, “pois, sem usuários, o espaço público é de pouco significado e importância”. O autor destaca que “os arquitetos ainda possuem uma compreensão incompleta e inadequada sobre as inter-relações entre o ambiente construído e o comportamento humano” (DEL RIO, 1990 p. 70), ele acredita que os estudos comportamentais podem contribuir para a compreensão da cidade e para complementação do procedimento metodológico geral do Desenho Urbano, sendo idealmente aplicáveis para espaços relativamente limitados, como é o caso desta pesquisa.

Os elementos apontados pelos autores pesquisados foram reunidos no quadro 7 apresentado a seguir, buscando-se construir parâmetros para a análise da adequação de projetos de espaços de lazer infantil, que compõem a Ficha de observação dos espaços de lazer infantil (ver Apêndice B).

Quadro 7 – Roteiro de Observação dos Espaços de Lazer

Aspectos	Elementos a observar nas áreas projetadas/apropriadas	Referências
Localização	Proximidade (Fica próximo das residências?)	DIECKERT; MONTEIRO (1983) FERREIRA NETO (1995) JACOBS (2003) ALEXANDER (2013) BORGES (2014)
	Vigilância natural (Existem aberturas, circulação de pessoas?)	DIECKERT; MONTEIRO (1983) FERREIRA NETO (1995) JACOBS (2003) BORGES (2014)
	Centralidade (É localizada em uma região central do Residencial?)	JACOBS (2003) NEUFERT (2013) BORGES (2014)
	Facilidade de acesso (É de fácil acesso?)	
Configuração	Complexidade visual (Possui complexidade visual?)	DIECKERT; MONTEIRO (1983) LIMA (1989) FERREIRA NETO (1995) PINA (1996) JACOBS (2003) OLIVEIRA (2004) BORGES (2014)
	Materiais, texturas variados (Tem materiais e texturas variadas?)	DIECKERT; MONTEIRO (1983) FERREIRA NETO (1995) PINA (1996) OLIVEIRA (2004) ALEXANDER (2013)
	Espaço para correr e brincar e para recreação livre (Possui espaço para recreação livre/correr?)	FERREIRA NETO (1995) PINA (1996) JACOBS (2003) OLIVEIRA (2004) ALEXANDER (2013) BORGES (2014)
	Acesso ao jogo (Existe campo para jogos?)	DIECKERT; MONTEIRO (1983) FERREIRA NETO (1995) BORGES (2014)
Equipamentos	Elementos móveis ou interativos (Possui elementos móveis, interativos?)	LIMA (1989) FERREIRA NETO (1995) PINA (1996) ALEXANDER (2013)
	Aparelhos de formas, tamanhos e usos diversos (Existem brinquedos variados?)	DIECKERT; MONTEIRO (1983) FERREIRA NETO (1995)
	Segurança do brinquedo (Os brinquedos são seguros?)	NBR 14.350 (ABNT)
Ambientais	Zonas de sol e sombra (Existem zonas de sol e sombra?)	JACOBS (2003) OLIVEIRA (2004) BORGES (2014)
	Iluminação artificial (Existe iluminação artificial?)	DIECKERT; MONTEIRO (1983)
	Contato com vegetação (Possibilita contato com vegetação?)	DIECKERT; MONTEIRO (1983) FERREIRA NETO (1995) OLIVEIRA (2004) ALEXANDER (2013) BORGES (2014)

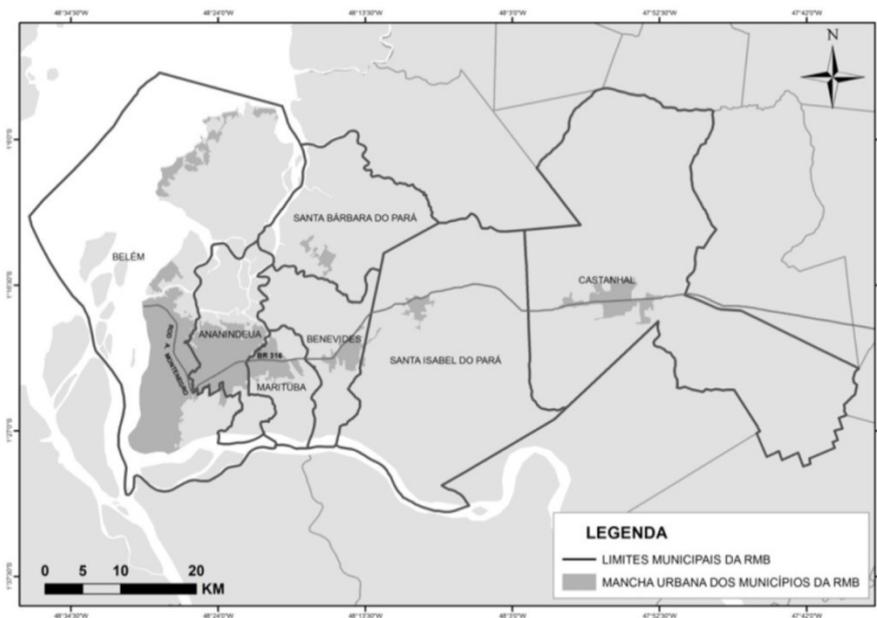
Fonte: Elaboração da autora a partir da revisão bibliográfica

Capítulo 3: CARACTERIZAÇÃO DO RESIDENCIAL JARDIM CAMPO GRANDE E DO RESIDENCIAL JARDIM DOS PARDAIS

3.1 O contexto urbano e demográfico dos Municípios de Ananindeua e Marituba

Os Municípios de Ananindeua e Marituba fazem parte da Região Metropolitana de Belém e formam com essa uma mancha contínua (ver Mapa 1), interligada pela Rodovia BR-316, que atravessa quase todos os demais Municípios metropolitanos (UFPA, 2015). O avanço do crescimento de Belém no sentido oeste-leste, acentuado no período de 1960 a 1990, foi denominado por Pinheiro *et al* (2007, p. 159) de periferização/metropolização da pobreza, “intrinsecamente relacionados à questão da moradia, das lutas e mobilizações pelo direito de morar na RMB, das baixadas às invasões”. Esse processo deu-se em três vetores distintos: nas áreas de baixada no interior do Município de Belém, na área de transição após as áreas institucionais e no sentido Ananindeua, gerando a conurbação que hoje inclui Marituba.

Mapa 1 – Mancha urbana da Região Metropolitana de Belém



Fonte: Cardoso et al (2015)

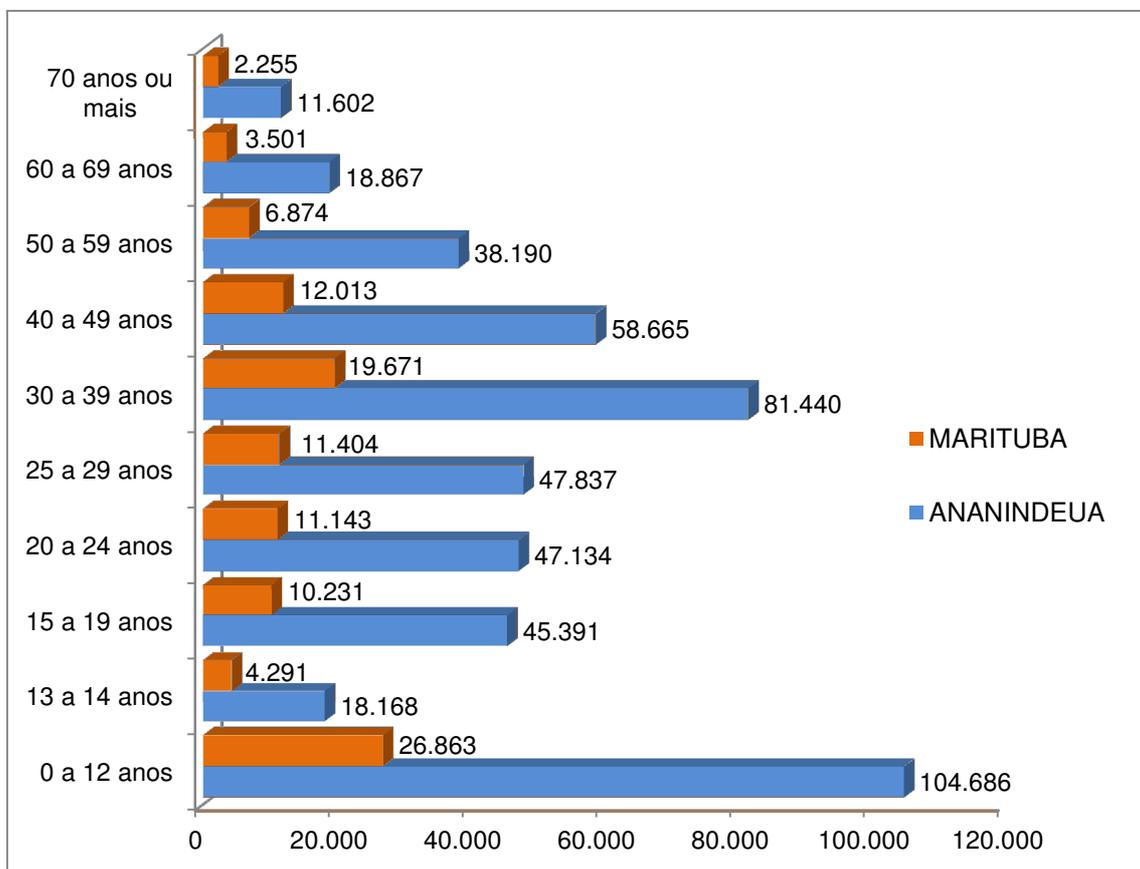
A expansão dessas cidades aconteceu de forma semelhante, sem que fosse obedecida uma lógica metropolitana, configurando uma ocupação heterogênea, em que a aglomeração e provisão de equipamentos urbanos consolidaram-se ao longo da rodovia e as terras rurais do interior, especialmente a porção ao norte desta foi sendo incorporada à área urbana através da construção de conjuntos habitacionais, ficando o hiato entre estas áreas distintas reservadas à especulação imobiliária, além do processo de ocupação informal impulsionado a partir de 1982 (LIMA *et al*, 2005). Quanto à porção ao sul da BR-316, é aonde hoje vem sendo construída a maior parte dos empreendimentos do PMCMV, repetindo a situação descrita acima com relação ao norte, com o adendo de que ao sul está localizado o manancial que abastece Belém e algumas áreas no seu entorno são consideradas de interesse ambiental, sendo necessário o cuidado da gestão ambiental municipal na aprovação e implantação desses empreendimentos (UFPA, 2015).

Segundo o Relatório Final da Pesquisa de Avaliação da Produção Imobiliária de Interesse Social no âmbito do PMCMV no Estado do Pará (UFPA, 2015), a inserção dos empreendimentos do PMCMV na RMB tem se dado em áreas periféricas, em espaços fora da abrangência de serviços e baixa acessibilidade às centralidades, sem acesso à infraestrutura e sem perspectiva de acesso em futuro próximo. Segundo Lima *et al* (2005, p.120), em ambos os Municípios o surgimento de novos bairros acontece de acordo com a disponibilidade do transporte e a construção da alça viária que liga a BR-316 à PA-150, cortando a porção sul do Município de Marituba, “possivelmente, consistirá em eixo de expansão para a cidade de Marituba e, a longo prazo, em catalizador da conurbação com outros Municípios, localizados na margem oposta do rio Guamá”.

Quanto a população desses Municípios, Lima *et al* (2005) aponta que Ananindeua era predominantemente rural até 1991, quando a população urbana passou a ser de 84%, atingindo 99% no ano 2000, enquanto Marituba quase duplicou sua população no mesmo período, porém, devido à escassez de oferta de trabalho, a maior parte de seus habitantes trabalha em Belém, Castanhal ou Benevides indicando sua condição de “cidade dormitório”. Os

dados do Censo 2010 revelaram que a população total do Município de Ananindeua é de 471.980 habitantes, dos quais 104.686 se encontram na faixa etária da infância de 0 a 12 anos, correspondendo a 22% da população, enquanto que o Município de Marituba conta com uma população de 108.246 habitantes, distribuídos por faixa etária de maneira semelhante ao vizinho Município de Ananindeua, estando 26.863 destes na faixa etária da infância de 0 a 12 anos, o que equivale a 25% da população, conforme se verifica no gráfico 1 abaixo (IBGE, 2010).

Gráfico 1 - População residente por faixa etária nos Municípios de Ananindeua e Marituba



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ainda de acordo com os resultados do Censo 2010, a Região Norte detém as mais altas taxas de fecundidade para todas as faixas de renda, e segundo a análise desses resultados, nas classes de rendimentos inferiores a taxa de natalidade se apresenta mais alta, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Taxas de fecundidade total das mulheres de 15 anos ou mais de idade, moradoras em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Taxas de fecundidade total das mulheres de 15 anos ou mais de idade, moradoras em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)							
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (2)
Brasil	3,90	2,67	1,88	1,30	1,10	1,07	0,97	2,03
Norte	4,42	2,81	1,89	1,53	1,29	1,42	1,17	2,59
Nordeste	3,63	2,23	1,50	1,21	1,11	1,15	1,05	2,45
Sudeste	4,09	2,89	1,95	1,26	1,03	0,98	0,97	1,65
Sul	4,51	3,23	2,26	1,43	1,02	0,99	0,96	1,85
Centro-Oeste	4,33	3,08	2,17	1,35	1,34	1,14	0,96	1,72

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: Excluídas as informações das mulheres cuja condição no domicílio era pensionista, empregada doméstica ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive os domicílios com rendimento domiciliar somente em benefícios.

De conformidade com as estatísticas citadas acima, fica evidenciado que o número de filhos é inversamente proporcional à renda familiar no Brasil, e que os habitantes de 0 a 12 anos representam o maior percentual proporcional do total de habitantes dos Municípios em questão, seguindo a tendência nacional, uma vez que 20,46% dos brasileiros são crianças. Acredita-se deste modo que uma parcela significativa dos moradores de conjuntos habitacionais de interesse social produzidos pelo PMCMV, como os Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais, encontra-se no período da infância, faixa etária que interessa a esta pesquisa (IBGE 2010).

Essa premissa aliada à natureza da inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida para a faixa de renda de zero a três salários mínimos, de modo geral em zonas periféricas, distante da malha urbana consolidada e dos equipamentos coletivos (inclusive os de lazer), reforça a necessidade de prover ambientes adequados ao desenvolvimento infantil nesses empreendimentos, com a implantação de áreas de lazer próximas às habitações.

3.2 A localização e configuração do Residencial Jardim Campo Grande

O Residencial Jardim Campo Grande está localizado no Município de Ananindeua, a 28 km da capital Belém, cujo povoamento original se deve a famílias fugitivas do conflito da Cabanagem, mais tarde impulsionado pela instalação de uma estação de passageiros da antiga Estrada de Ferro de Bragança (FERREIRA, 2003). Antiga freguesia de Belém, elevada a categoria de Município em dezembro de 1943 e fazendo parte da Região Metropolitana de Belém (RMB) desde a sua instituição em 1973, Ananindeua teve seu crescimento urbano acelerado a partir da década de 1970, com a construção de grandes conjuntos habitacionais e ocupações coletivas, atingindo taxas recordes de crescimento nas décadas de 1980 e 1990 (PINHEIRO *et al*, 2007). Segundo os autores, 59% das unidades habitacionais construídas pela Cohab/PA e CAIXA no período de 1972 a 1986 foram localizadas no Município de Ananindeua, cuja conturbação com a cidade de Belém se deve a proximidade físico-territorial e obedece a tendência de avanço de Belém no sentido oeste-leste, seguindo o eixo da antiga estrada de ferro, mais tarde transformada em Rodovia BR-316.

Atualmente está prevista a construção de 11.654 unidades habitacionais pelo PMCMV para a faixa 1 neste Município, entre imóveis já entregues, em fase de construção e de contratação, ao final das duas fases do Programa, segundo informações colhidas junto à Secretaria de Habitação de Ananindeua (SEHAB), no entanto três dos Residenciais informados não se encontram na relação de empreendimentos contratados disponibilizada no site da CAIXA (ANANINDEUA, 2014). Alguns destes conjuntos chegam a perfazer mais de mil unidades habitacionais, conforme demonstrado no quadro 8.

Quadro 8 - Residenciais MCMV Faixa 1 no Município de Ananindeua³

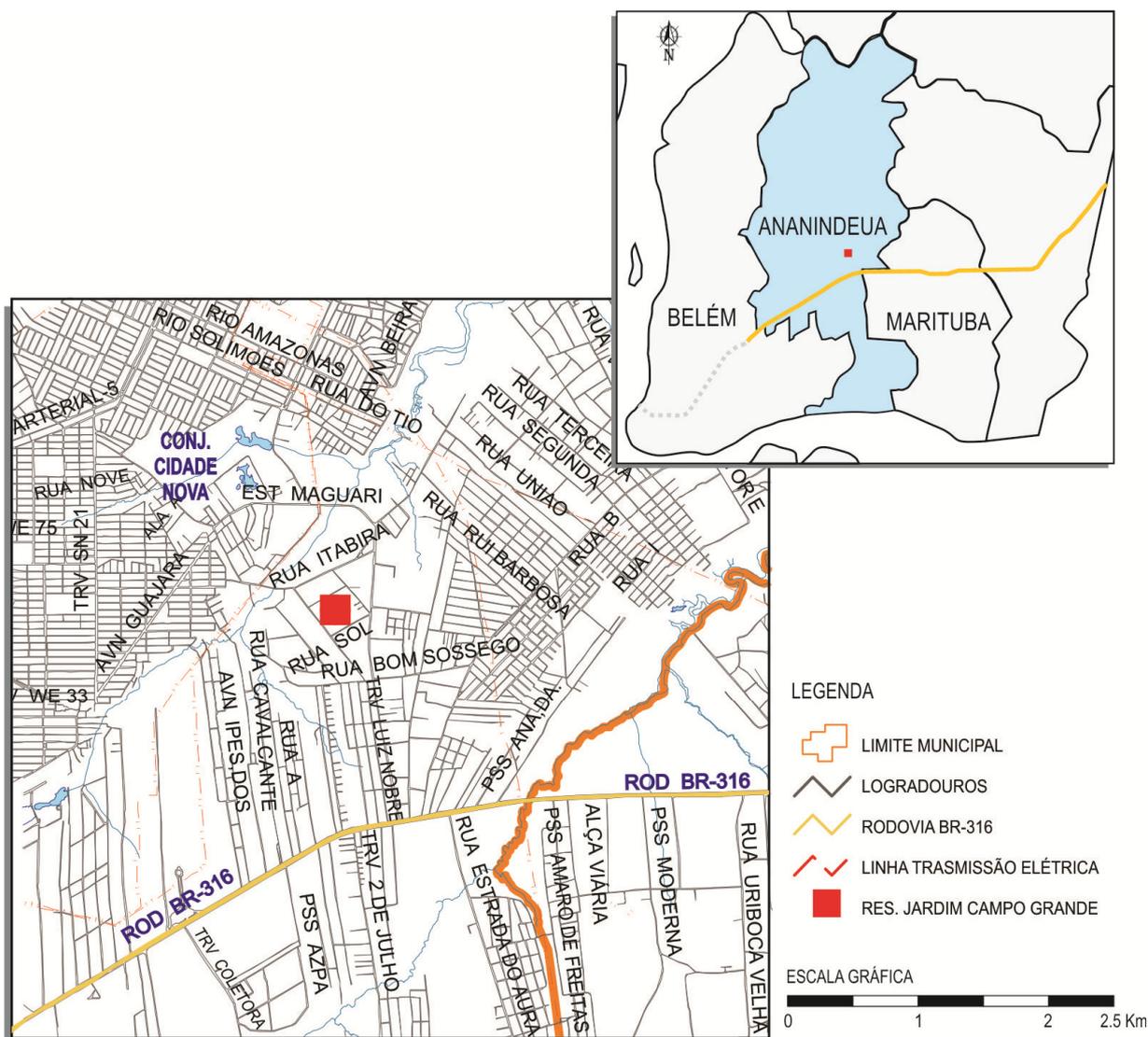
SITUAÇÃO	NOME DO EMPREENDIMENTO	UNIDADES
ENTREGUE	Resid. Paulo Fontelles	224
	Resid. J. Campo Grande	420
	Resid. Padre Pietro Gerosa	500
	Resid. Taguará	192
EM CONSTRUÇÃO	Resid. Ananin	496
	Resid. Clodomir Nazaré	498
	Resid. Ebenezer	480
	Conj. Habit. Torres do Aurá I	500
	Resid. Anita Gerosa	220
	Resid. Pouso Do Aracanga	1344
EM CONTRATAÇÃO	Conj. Habit. Tancredo Neves	460
	Resid. Juscelino Kubitscheck	500
	Resid. Ulysses Guimarães	480
	Conj. Habit. Torre do Aurá II	500
	Liberdade	1024
	Conj. Habit. Portal do Aurá	1000
	Resid. Bem Viver	1024
	Conj. Habit. Novo Cristo	1488
Resid. Uirapurú	304	
TOTAL DE UNIDADES		11654

Fonte: Elaboração da autora, com base em informações fornecidas pela Secretaria de Habitação de Ananindeua em janeiro de 2014.

O Residencial Jardim Campo Grande no Bairro do Maguari é um destes empreendimentos, que conta com uma condição de inserção urbana bastante favorável, pois está localizado a 1,3 km de distância ao norte da rodovia BR 316, junto à malha urbana consolidada do Município (UFPA, 2015), conforme observado no mapa 2 a seguir.

³ Verificaram-se divergências quanto às informações prestadas pela Secretaria de Habitação de Ananindeua e o informativo de empreendimentos contratados disponível no site da CAIXA. Segundo informações colhidas junto a Gerência Executiva de Habitação Belém da CAIXA, os conjuntos habitacionais Torre do Aurá II e Liberdade não foram contratados e o contrato do Residencial Anita Gerosa foi suspenso.

Mapa 2 - Localização do Residencial Jardim Campo Grande



Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens de satélite do site Google e Base Cartográfica do Município de Ananindeua (2014).

É um conjunto habitacional que obedece a tipologia condomínio fechado vertical, de baixo padrão, constituído por 21 blocos, com cinco pavimentos (térreo e quatro andares) sem elevador, com quatro apartamentos de 41,85 m², cada por andar, perfazendo 20 apartamentos por bloco e 420 unidades habitacionais no total, dispostos em uma área de 16.277m², que conta ainda com reservatório elevado, espaço multiuso, *playground*, quadra e guarita, como se pode observar nas figuras 12 e 13.

Figura 12 – Planta de urbanização do Residencial Jardim Campo Grande



Fonte: Elaboração da autora com base em Construtora Acrópole (2014).

Figura 13 – Residencial Jardim Campo Grande



Fonte: Acervo da autora

Construído pela empresa Acrópole Construções Cíveis e Arquitetura e entregue em fevereiro de 2013, o Residencial Jardim Campo Grande foi o primeiro empreendimento baseado inteiramente nas normativas do PMCMV em Ananindeua, sendo destinado em parte ao reassentamento de famílias oriundas da ocupação informal Carlos Marighella, que em sua maioria não permaneceram no local, pois sofreram discriminação por parte dos moradores cadastrados pela Prefeitura (UFPA, 2015).

3.3 A localização e configuração do Residencial Jardim dos Pardais

O Residencial Jardim dos Pardais está localizado no município de Marituba, a 24 km da capital, que deve sua origem à construção de uma oficina de apoio à ferrovia Belém – Bragança em 1905, à qual foi posteriormente adicionada uma vila operária, em 1907, para abrigar funcionários encarregados da manutenção e outros, que viria a ser o núcleo inicial da localidade, pertencente ao Município de Belém e mais tarde ao Município de Benevides até 1994, quando foi elevada a categoria de Município e no ano seguinte incorporado à RMB (FERREIRA, 2003; UFPA, 2015). A aceleração do

crescimento urbano do Município de Marituba deu-se a partir da década de 1980, quando os conjuntos habitacionais e especialmente as ocupações informais se multiplicaram tomando áreas antes rurais (LIMA *et al*, 2005), em um processo que ganhou destaque nacional com a divulgação de que é o Município brasileiro com maior índice relativo de domicílios situados em aglomerados subnormais, segundo os dados do Censo 2010 (IBGE).

É um dos três Municípios que concentra a maior quantidade de unidades habitacionais em empreendimentos produzidos pelo PMCMV, com um total de 5.647 unidades de interesse social previstas, como se vê no quadro 9 a seguir.

Quadro 9 - Residenciais MCMV Faixa 01 no Município de Marituba⁴

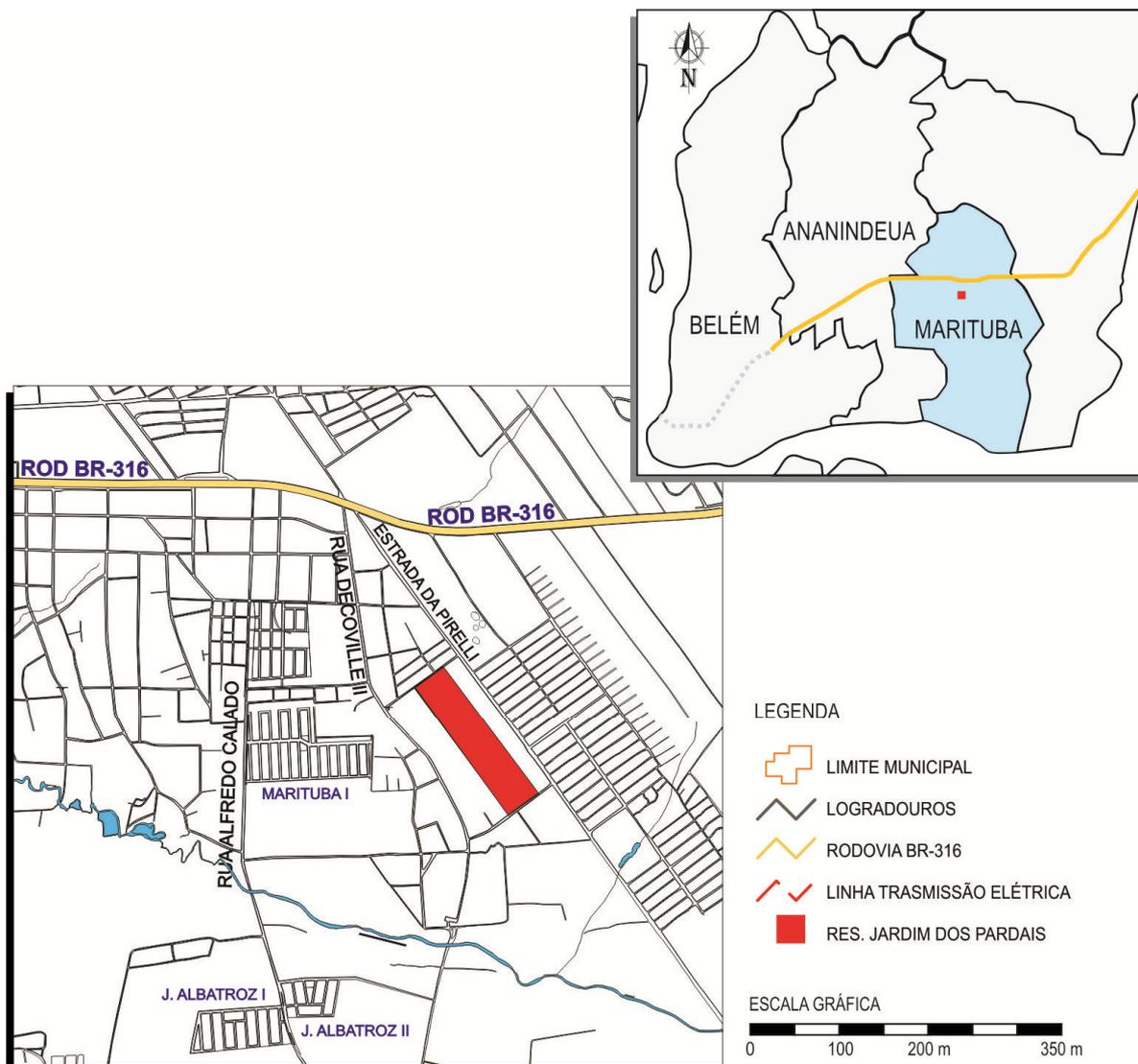
SITUAÇÃO	NOME DO EMPREENDIMENTO	UNIDADES
ENTREGUE	Residencial Albatroz I	240
	Residencial Jardim Albatroz II	142
	Residencial Jardim dos Pardais	420
OBRA PARALISADA	Conjunto Residencial Uriboca	96
EM CONCLUSÃO	Residencial Parque Dos Umaris	749
EM CONSTRUÇÃO	Viver Melhor Marituba	4000

Fonte: Elaboração da autora, com base em informações disponíveis no site da CAIXA (2015) e GIHAB BE

Dentre estes empreendimentos temos o Residencial Jardim dos Pardais no Bairro do Decouville, sito a menos de 01 km ao sul da BR-316, em uma área de malha urbana fragmentada, em condição de inserção desfavorável por estar distante da área urbana consolidada, ao longo da rodovia BR-316 (UFPA, 2015), conforme observado no mapa 3.

⁴ Em consulta às imagens de satélite disponíveis no site Google esta pesquisa identificou que o Residencial Uriboca, cujas obras estão paralisadas, conta com muito mais do que 96 unidades, porém não foi possível esclarecer o motivo pelo qual o total de unidades não foi declarado.

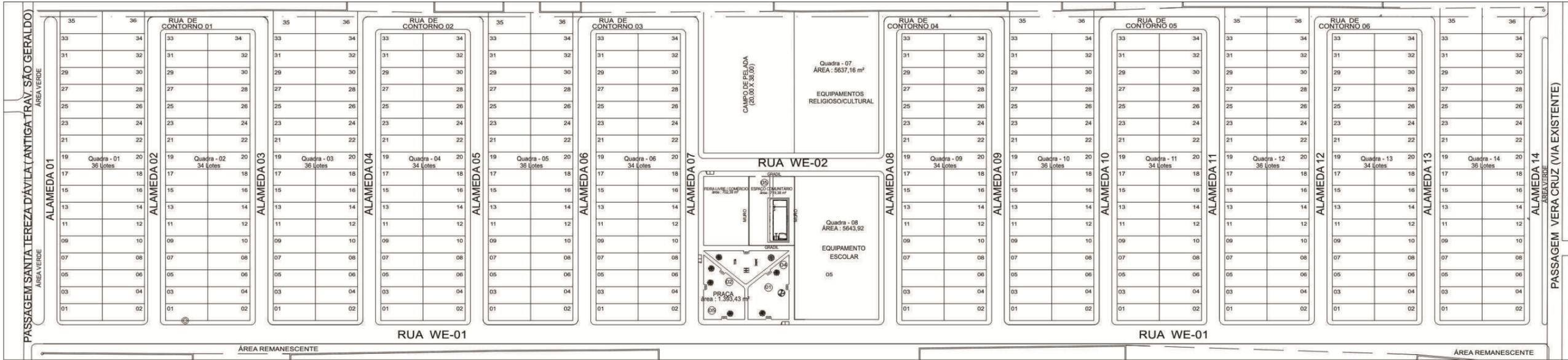
Mapa 3 – Localização do Residencial Jardim dos Pardais



Fonte: Elaboração da autora com base em COHAB/PA (2009)

O Jardim dos Pardais sofreu ocupação irregular em 2012 e em janeiro de 2013 passou por processo de desocupação judicial, em que as unidades foram retomadas para que fossem entregues às famílias inscritas e selecionadas para o financiamento. Este residencial compõem-se de 420 casas unifamiliares dispostas em uma área de 104.855,32 m² conforme se observa nas figuras 14 e 15.

Figura 14 - Planta de urbanização do Residencial Jardim dos Pardais



Fonte: Elaboração da autora com base em COHAB/PA (2009)

Figura 15 – Residencial Jardim dos Pardais



Fonte: Acervo da autora

De acordo com o Relatório Final da Pesquisa de Avaliação da Produção Imobiliária de Interesse Social no âmbito do PMCMV no Estado do Pará (UFPA, 2015), a COHAB/PA facilitou a implantação de conjuntos habitacionais MCMV da faixa de renda 01 nos Municípios de Ananindeua e Marituba, através de empreendimentos em execução que migraram para o PMCMV, como o Residencial Paulo Fontelles em Ananindeua, ou ofertando às empresas terrenos pertencentes ao estoque de terras da companhia, já urbanizados e implantados na malha urbana. Esse foi o caso do Residencial Jardim dos Pardais em Marituba, em que a COHAB/PA atuou como intermediária entre a CAIXA e as empresas interessadas, ficando responsável por sua construção a empresa Quadra Engenharia.

Como se pode constatar a partir da caracterização dos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais, apesar de produzidos pelo mesmo programa habitacional e para a mesma faixa de renda, esses conjuntos diferem em vários aspectos. Quanto à inserção urbana, o Jardim Campo Grande conta com uma localização mais favorável que o Jardim dos Pardais, apesar de estar mais distante da rodovia. Os dois conjuntos possuem 420 unidades habitacionais, reunidas em diferentes tipologias, condomínio aberto de casas no Jardim dos Pardais e condomínio fechado de apartamentos no Jardim Campo Grande. Nos projetos desses conjuntos habitacionais foram

previstas áreas de lazer infantil, conforme a norma do PMCV, porém estas áreas também apresentam características distintas.

Portanto, sendo o móvel da pesquisa promovida por essa dissertação a reflexão sobre o espaço produzido tendo em vista o lazer para a criança nos conjuntos habitacionais de interesse social do PMCMV, a escolha desses dois conjuntos habitacionais enriquece a análise ao permitir a possibilidade de observar se e como tem se dado a apropriação dos espaços de lazer pelas crianças, sendo esses espaços pertencentes a projetos e contextos tão diversos.

Capítulo 4: ANÁLISE E VALIDAÇÃO DA HIPÓTESE

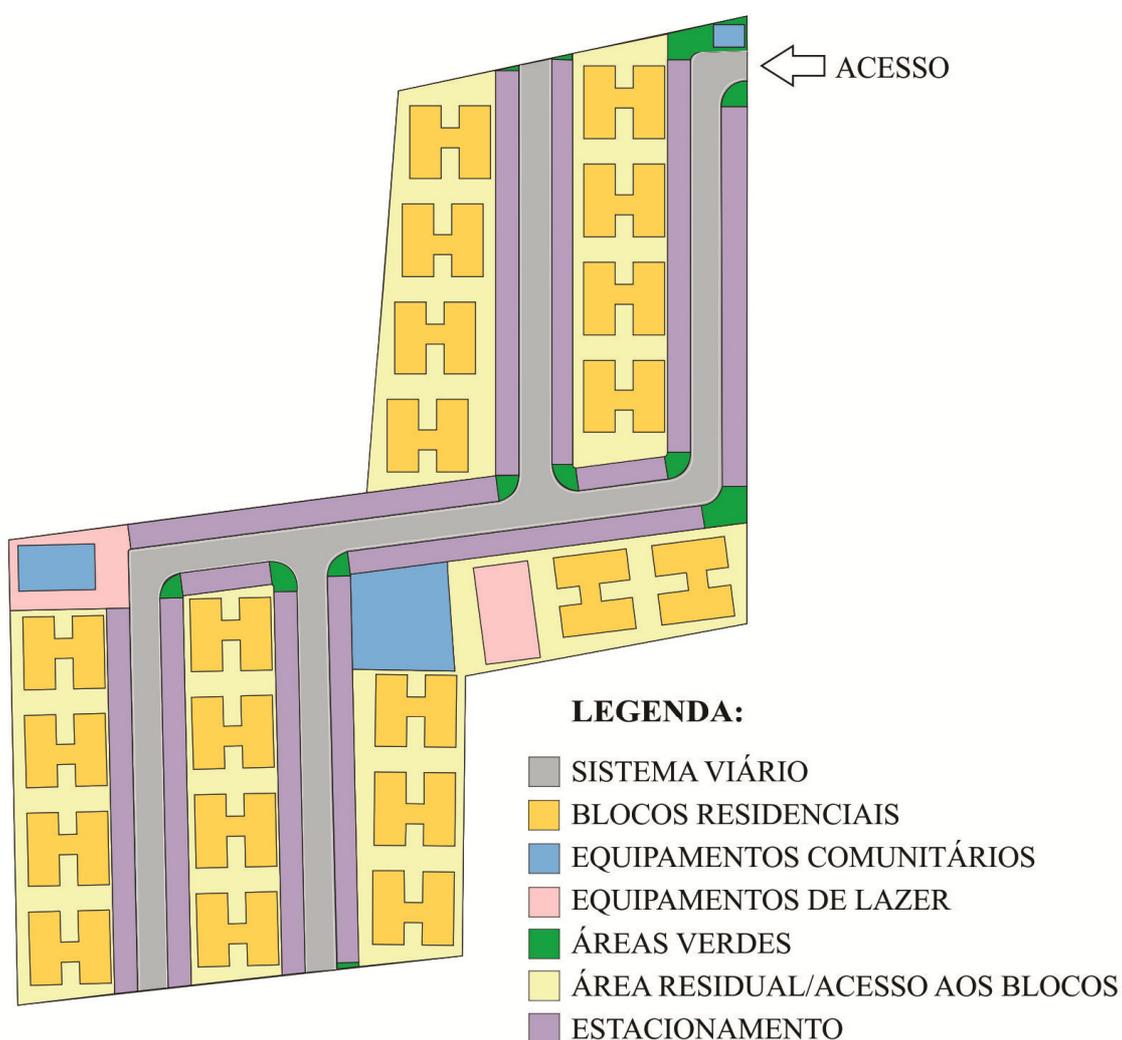
4.1 Áreas de lazer nos projetos dos empreendimentos Jardim dos Pardais e Jardim Campo Grande: análise do projeto arquitetônico e urbanístico e a situação atual

A política habitacional efetivada pelo PMCMV é norteada pelo objetivo de combater o déficit habitacional, particularmente na faixa de renda que diz respeito a esta pesquisa. Associada à restrição de custos e a necessidade de obter lucros, uma vez que também é promovida pela iniciativa privada, essa política leva à redução de área das unidades habitacionais e à adoção de projetos que replicam modelos estabelecidos, visando à construção de um maior número de unidades em um empreendimento. É o que se pode verificar nos projetos dos conjuntos habitacionais aqui analisados, mesmo sendo representantes de tipologias distintas.

O Residencial Jardim Campo Grande, como já foi citado, obedece à tipologia condomínio fechado vertical, em que o conjunto de prédios é implantado em uma área comum, segregada da malha urbana. Seu projeto urbanístico nitidamente procura tirar o melhor aproveitamento do terreno

irregular. O desenho viário interno segue a conformação da gleba, é composto de quatro vias internas, sendo a maior delas a que se relaciona com o sistema viário da cidade e as demais se conectam a esta. A gleba foi parcelada em cinco quadras, quatro delas com área média de 2.249,50 m² em formato de paralelogramo, com quatro blocos implantados e uma quadra maior de 3.555,80 m² em formato de “L”, com cinco blocos implantados (ver figura 16).

Figura 16 - Diagrama do sistema viário e localização das áreas residenciais e comunitárias do Residencial Jardim Campo Grande



Fonte: Elaboração da autora com base em Construtora Acrópole (2014) e observação feita em campo.

O acesso ao Campo Grande é feito pela Travessa A, que não tem saída e o trecho desta ao lado do Residencial foi apropriado pelos moradores, sendo utilizado inapropriadamente como área para despejo de lixo, e por esse motivo foi alterada a posição do portão e a guarita, o que dificultou a vigilância. O trecho apropriado da via. (ver figuras 17 e 18).

Figura 17 – Guarita do Residencial Jardim Campo Grande



- (A) Guarita e portão de acesso original
- (B) Guarita e portão de acesso atual

Fonte: Acervo da autora e Google Street View

Figura 18 – Lixo depositado na Travessa A - Jardim Campo Grande



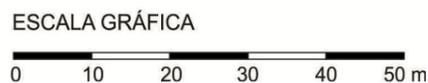
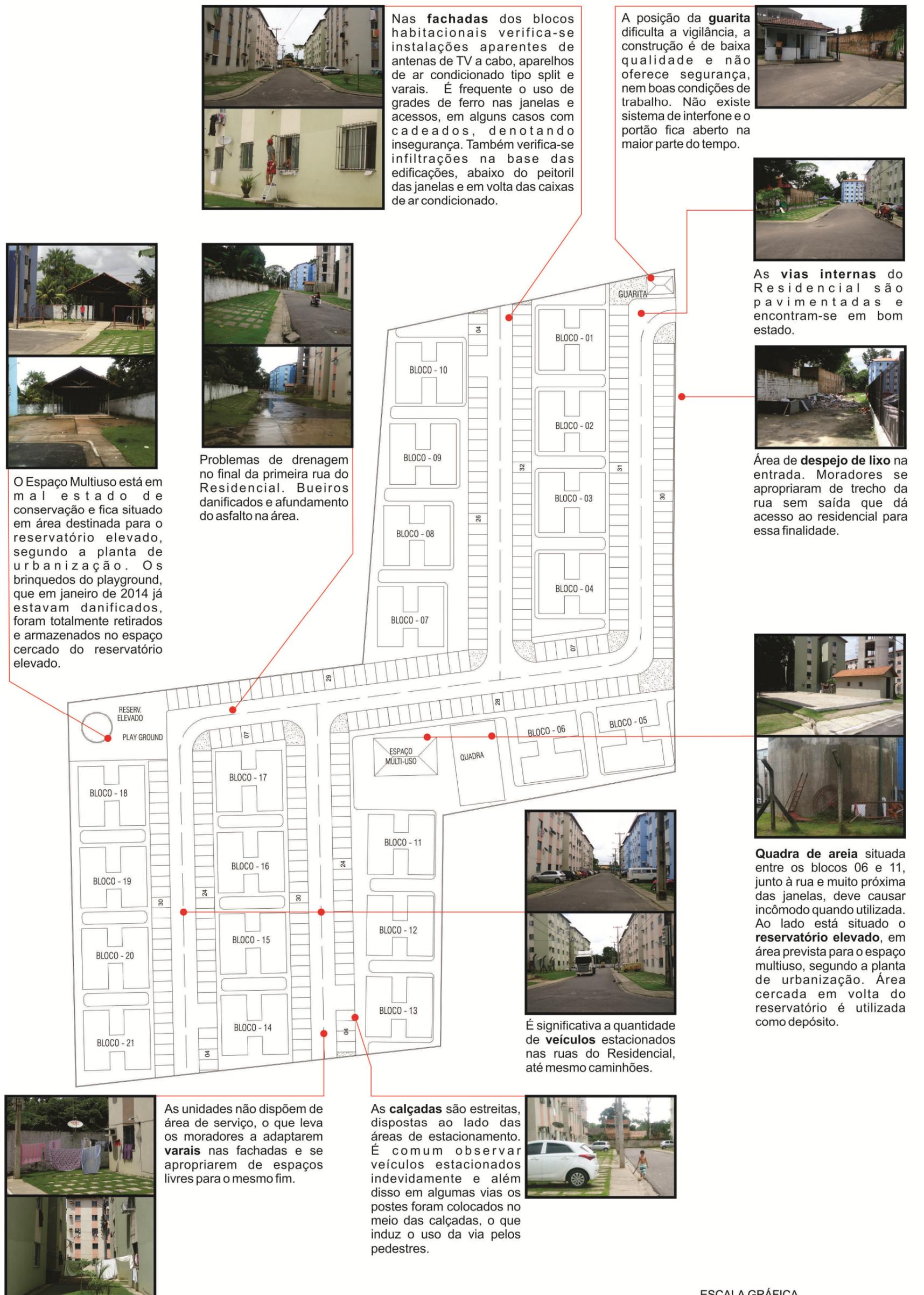
Fonte: Acervo da autora

No Residencial Jardim Campo Grande foi possível observar que, apesar de pertencer à tipologia condomínio fechado, é comum o uso de grades de ferro nas janelas, especialmente nos apartamentos do pavimento térreo. Também nos acessos aos blocos percebe-se o uso de gradis de ferro, em alguns casos fechados com cadeados, denotando insegurança. Muitos blocos têm sinais de infiltração na base das edificações, abaixo dos peitoris das janelas e em volta das caixas de ar condicionado.

Nas fachadas dos blocos verifica-se a presença de instalações aparentes de antenas de TV a cabo, aparelhos de ar condicionado tipo Split e varais. As unidades tem tamanho reduzido e não dispõem de área de serviço, por isso além de adaptar varais nas janelas os moradores apropriam-se de espaços livres para esse fim, de modos variados.

As vias internas têm pavimentação asfáltica de boa qualidade e estão preservadas, em apenas um local foi observado problema de drenagem, próximo ao *playground*, com bueiros danificados e afundamento do asfalto. As observações aqui descritas encontram-se sintetizadas na ficha de análise do espaço do Residencial Jardim Campo Grande (ver figura 19).

Figura 19 - Ficha de análise do espaço - Residencial Jardim Campo Grande



O Residencial Jardim dos Pardais segue a tipologia de habitação unifamiliar isolada no lote, de ocupação extensiva, abrangendo uma área 6,44% maior que o Jardim Campo Grande. É um condomínio horizontal aberto, integrado a malha viária existente através da Rua WE 01 que o conecta as Passagens Santa Teresa D'Ávila e Vera Cruz já existentes, contando também com quatorze vias internas perpendiculares a Rua WE-01 e conectadas a esta, além da Rua WE-02 que separa as quadras centrais e seis vias de contorno. As quadras são regulares, de formato retangular, sendo doze delas para uso habitacional, com áreas de 5.440 m² (34 lotes) e 5.760 m² (36 lotes), e duas quadras para equipamento comunitário, de comércio e de lazer (ver figura 20).

Figura 20 – Diagrama do sistema viário e localização das áreas residenciais e comunitárias do Residencial Jardim dos Pardais



Fonte: Elaboração da autora com base em COHAB/PA (2009)

Durante a observação do espaço físico do Residencial Jardim dos Pardais pode-se perceber a péssima qualidade da pavimentação das vias internas, que apresentam várias patologias (como desgastes, fendas e buracos) possivelmente causadas também pela falta de manutenção do sistema de drenagem e pela falta de limpeza das vias, que acumulam lixo e mato. O canteiro central que separa a Alameda 14 da Passagem Vera Cruz, via em que circulam ônibus não possui meio fio, e na esquina da Rua We-01 existe um bueiro sem tampa.

Além disso, em muitos pontos as casas avançam sobre o limite frontal ou lateral, demarcado por piquetes, aproveitando-se do fato de que a calçada foi construída parcialmente, o que “estrangula” a passagem junto aos postes, dificultando o tráfego de pedestres, somando-se aos restos de material de construção e o mato que toma a calçada em alguns lugares, obrigando ao uso da via (ver figura 21).

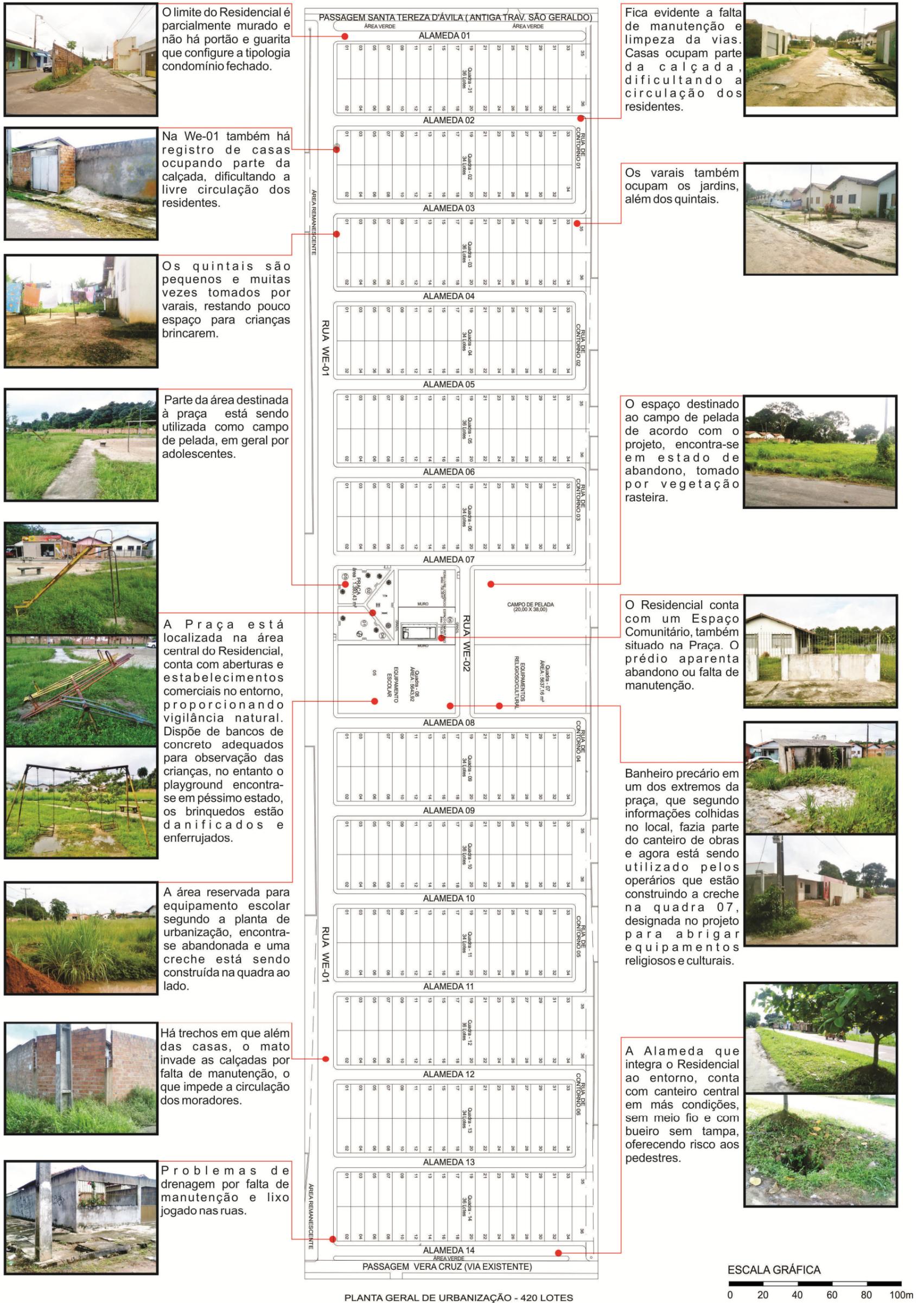
Figura 21 – Ocupação irregular das calçadas no Jardim dos Pardais



Fonte: Acervo da autora

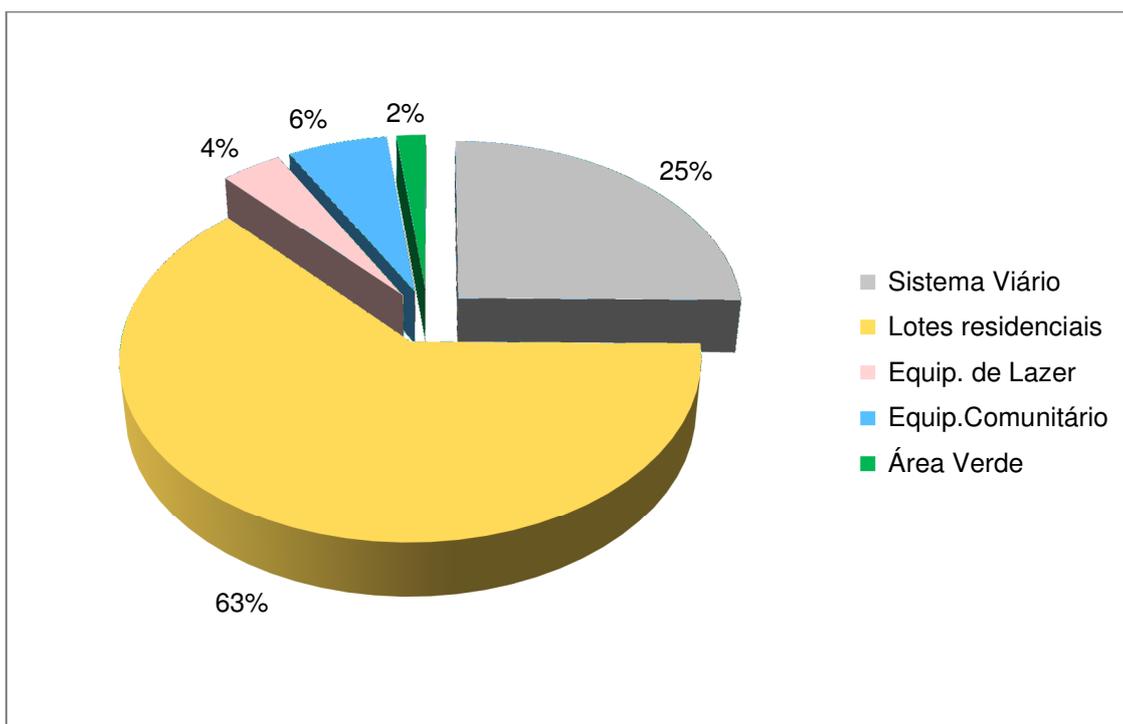
Os quintais e jardins têm cerca de 5 m de comprimento e vários são tomados por varais para a secagem de roupas, restringindo possíveis áreas que servissem ao lazer infantil. O resumo das observações realizadas em campo e registro fotográfico encontra-se a seguir na ficha de análise do espaço do Residencial Jardim dos Pardais (ver figura 22).

Figura 22 – Ficha de análise do espaço - Residencial Jardim dos Pardais



A análise do projeto do Jardim dos Pardais indica que 63% da área do conjunto é destinada aos lotes residenciais, o que se justifica pela tipologia de condomínio horizontal, cabendo ao sistema viário 25% da área, enquanto que às áreas verdes e de lazer ocupam juntas apenas 6% da área total do conjunto, como se pode verificar no gráfico 2 abaixo.

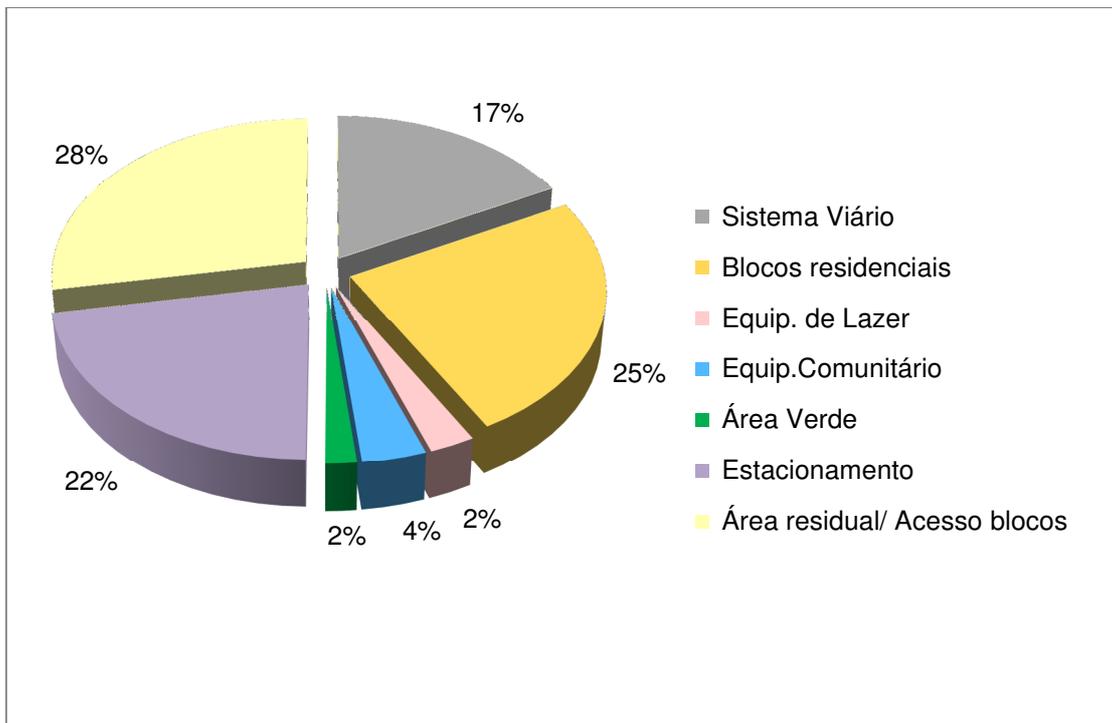
Gráfico 2 – Proporção de lotes, equipamentos, áreas verdes e sistema viário no Residencial Jardim dos Pardais.



Fonte: Elaboração da autora com base em COHAB/PA (2009)

A mesma análise no Jardim Campo Grande aponta que as áreas residuais e de acesso aos blocos ocupam 28% da área do conjunto, seguido de 25% destinada aos blocos residenciais. Destaca-se a que o percentual de ocupação para uso de estacionamento é de 22%, enquanto as áreas de lazer e verde somam apenas 6% da área total, conforme se pode observar no gráfico 3.

Gráfico 3 - Proporção de lotes, equipamentos, áreas verdes, áreas de acesso/residuais, estacionamento e sistema viário no Residencial Jardim Campo Grande.



Fonte: Elaboração da autora com base em Construtora Acrópole (2014) e observação feita em campo.

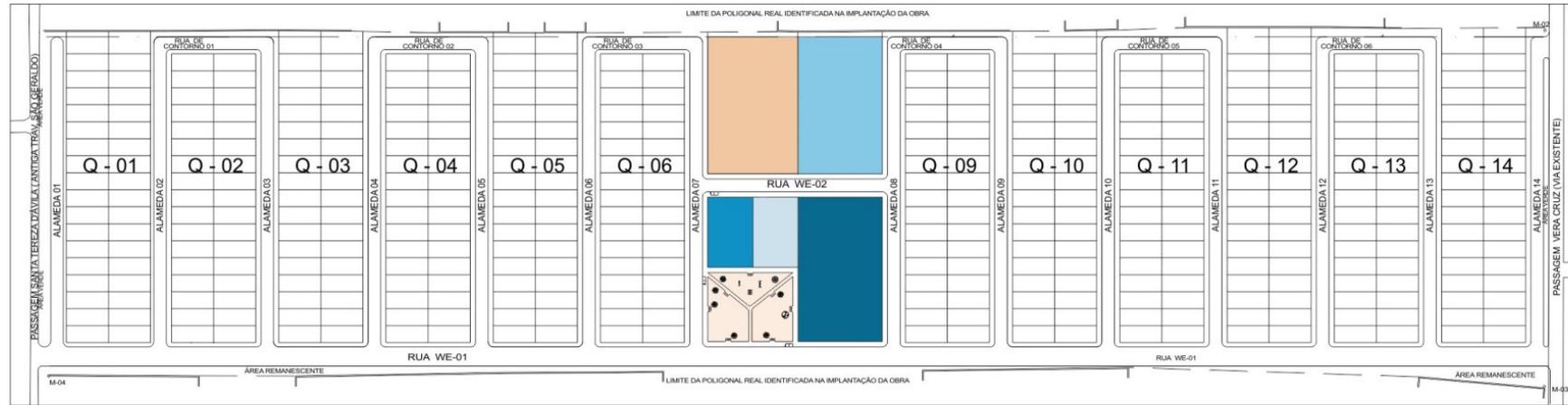
Se aplicada aos dois residenciais a norma DIN 18034 (NEUFERT, 2013), que determina um mínimo de 5 m² por unidade habitacional para dimensionamento de *playgrounds*, seria preciso que destinassem 2.100 m² a esse equipamento, uma vez que ambos possuem 420 unidades habitacionais. De acordo com a análise dos projetos urbanísticos dos conjuntos, tem-se que a área destinada a *playground* no Jardim dos Pardais é de 1.316 m², área 1,6 vezes menor que a desejável de acordo com a norma alemã, enquanto que o *playground* do Jardim Campo Grande tem apenas 228,30 m², área 9,20 vezes menor que a indicada pela DIN 18034.

Verifica-se, portanto, que os projetos arquitetônicos de ambos os conjuntos preveem área de lazer para crianças, em obediência à Portaria 168/13 do Ministério das Cidades (BRASIL, 2013), e apresentam semelhanças e diferenças em vários aspectos. Utilizou-se Roteiro de Observação dos Espaços de Lazer, convertido em uma Ficha de Observação (ver Apêndices),

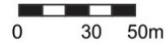
desenvolvido a partir das proposições dos autores pesquisados (ver Quadro 7), o qual indica aspectos e elementos necessários para atender as crianças em sua necessidade de lazer. Estes elementos foram reunidos em quatro aspectos, sobre os quais foi efetuada a análise destas áreas como veremos a seguir.

Quanto ao **aspecto localização**, a Praça e o campo de jogos do Jardim dos Pardais ficam localizados no centro do conjunto, porém o único acesso para as áreas de lazer se dá pela Rua WE-01, pela qual trafegam veículos em alta velocidade, e apenas os moradores das Alamedas 07 e 08 podem acessar diretamente essas áreas pela Rua WE-02 (ver figura 23).

Figura 23 - Áreas de lazer do Residencial Jardim dos Pardais



ESCALA GRÁFICA



LEGENDA:

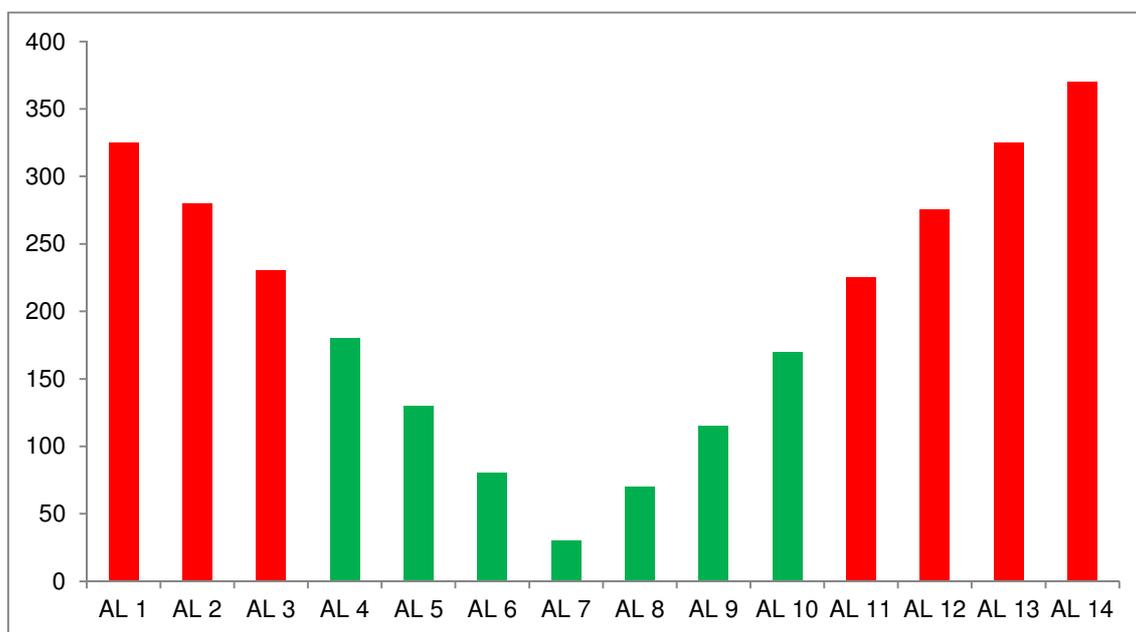
- PRAÇA
- CAMPO DE PELADA
- ESPAÇO COMUNITÁRIO
- EQUIP. RELIGIOSO/CULTURAL
- FEIRA LIVRE/COMÉRCIO
- EQUIP. ESCOLAR

Fonte: Elaboração da autora com base em COHAB/PA (2009)

Até o momento apenas o Centro Comunitário foi implantado e uma creche está em construção; as áreas originalmente destinadas ao campo de pelada, feira livre/comércio e equipamento escolar estão tomadas por vegetação rasteira. Caso esses equipamentos estivessem em funcionamento haveria uma grande circulação de pessoas no local, exercendo a vigilância natural de que falava Jacobs (2003).

As casas das Alamedas 07 e 08 são voltadas para a Praça, o que indica a presença de aberturas que possibilitam a vigilância natural, no entanto a distância aumenta em média 45 m a cada Alameda, chegando a cerca de 370m entre a Alameda 14 e a Praça. Diante do modelo proposto por Dieckert e Monteiro (1983), que estipula o afastamento máximo de 200 m entre a habitação e o parque de lazer infantil, a distância verificada no Residencial Jardim dos Pardais só seria adequada até as Alamedas 04 e 10 (ver gráfico 4).

Gráfico 4 – Distância aproximada entre a Praça e as Alamedas no Residencial Jardim dos Pardais (Metros)



Fonte: Elaboração da autora com base em COHAB/PA (2009)

Quanto ao **aspecto equipamentos**, o projeto do Jardim dos Pardais inclui uma praça, projetada com bancos, caixa de areia, vegetação e *playground* equipado com três brinquedos, a saber: escorrega, gangorra e balanço, em uma área de 1.316,25 m². No entanto, durante a observação em campo verificou-se que o *playground* do Residencial Jardim dos Pardais encontra-se em péssimo estado, com os brinquedos danificados e enferrujados e a área destinada à caixa de areia foi apropriada como campo de pelada e utilizada por adolescentes e adultos. Também não há elementos móveis que permitam a interação das crianças. No que diz respeito ao **aspecto configuração**, foi reservada uma área de 2.770,46 m² para campo de pelada, em frente à Praça, porém essa área se encontra em total desuso, como já foi citado, e o mesmo se dá com o espaço que serviria a recreação livre. É um espaço de baixa complexidade visual, onde não se encontram materiais e texturas variadas que estimulem os sentidos (ver figuras 24 e 25).

Figura 24 – Praça do Residencial Jardim dos Pardais



Fonte: Acervo da autora

Figura 25 – Gangorra quebrada e enferrujada



Fonte: Acervo da autora

Quanto aos **aspectos ambientais**, a vegetação é escassa, com poucas árvores ainda em crescimento que não oferecem sombra, predominando a vegetação rasteira que aos poucos invade também os passeios da Praça, dificultando a circulação e fornecendo ambiente adequado para a proliferação de roedores. Não há iluminação artificial específica para a área de lazer, apenas poucos postes de iluminação pública nas ruas do entorno.

Com referência ao **aspecto localização**, o projeto do Residencial Jardim Campo Grande as áreas de lazer também estão localizadas na porção central do conjunto, ficando a quadra de areia ao lado do Bloco 6 e o *playground* à 70 m de distância, em área residual ao redor do espaço multi uso, constatando-se aqui uma alteração realizada durante a obra, pois de acordo com o projeto original o reservatório elevado ficaria no local onde hoje se encontra o espaço multi uso (ver figura 26).

Figura 26 - Áreas de lazer do Residencial Jardim Campo Grande

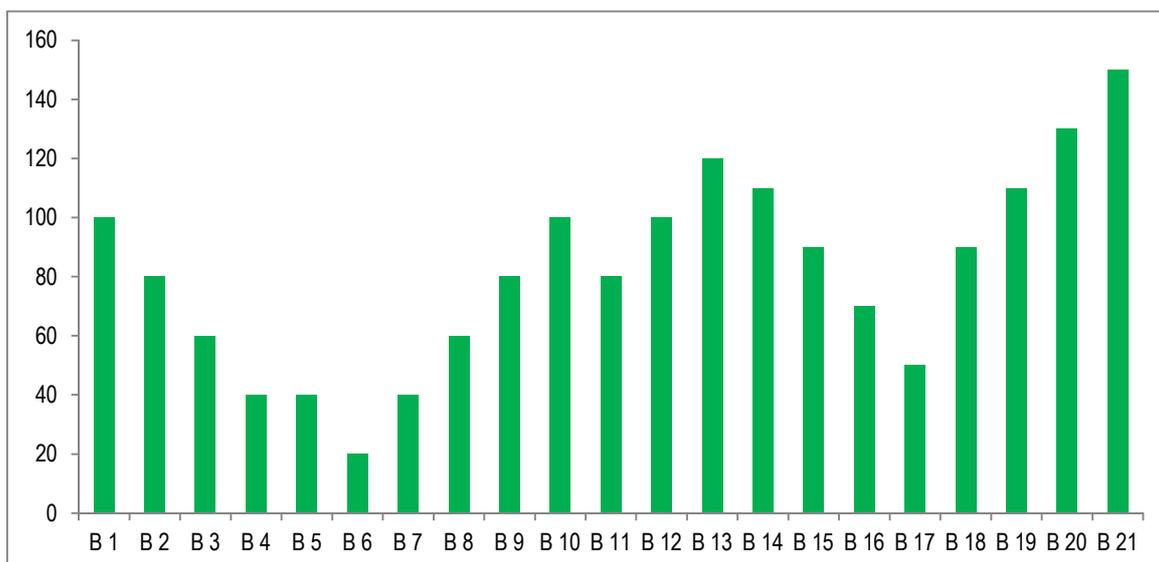


Fonte: Elaboração da autora com base em Construtora Acrópole (2014) e observação feita em campo.

Como se pode observar, a área projetada para o *playground* fica em uma das extremidades do conjunto, cercada por um muro lateral e outro nos fundos, contando apenas com as aberturas das janelas do Bloco 18 ao lado como possibilidade de exercer vigilância natural, pois o Bloco 17 tem sua visão prejudicada pelo ângulo em que está posicionado. A quadra de areia está situada em uma posição mais privilegiada, podendo ser observada a partir dos Blocos 06, 07 e 11, além de estar em um ponto de passagem para as Ruas 02, 03 e 04.

O acesso a esses equipamentos é fácil, apesar das calçadas estreitas e impedidas em alguns pontos por carros estacionados e postes que induzem o uso das vias pelos pedestres, uma vez que a circulação de veículos no local é apenas dos moradores e são poucos os casos de veículos circulando em velocidade inadequada. A distância máxima entre os blocos e a quadra de areia, único equipamento de lazer ainda existente, é de 150m, não ultrapassando a distância recomendada por Dieckert e Monteiro (1983), situação mais favorável que a verificada no Jardim dos Pardais (ver gráfico 5).

Gráfico 5 – Distância aproximada entre os Blocos e a Quadra de Areia no Jardim Campo Grande (Metros)



Fonte: Elaboração da autora com base em Construtora Acrópole (2014)

Quanto ao **aspecto equipamentos**, o *playground* projetado para o Jardim Campo Grande tem área de 205,30 m², contando com dois brinquedos a mais que o Jardim dos Pardais (escorrega, gangorra, 2 balanços e carrossel), porém é cerca de 11 vezes menor do que a Praça deste. Não há caixa de areia, bancos ou elementos interativos que despertem a curiosidade. Na primeira visita realizada no conjunto pôde-se verificar que os brinquedos do *playground* estavam danificados e um deles já havia sido retirado. Na segunda visita, o *playground* já estava completamente desativado e os brinquedos depositados na área cercada do reservatório elevado, aguardando que o condomínio tenha recursos para recuperá-los, segundo informações da representante da comissão sindical (ver figuras 27, 28 e 29).

Figura 27 – *Playground* com brinquedos danificados



Fonte: Acervo da autora

Figura 28 – *Playground* desativado



Fonte: Acervo da autora

Figura 29 – Brinquedos danificados armazenados



Fonte: Acervo da autora

No que se refere ao **aspecto configuração**, a área projetada para o lazer do Residencial Jardim Campo Grande conta com uma quadra de areia de 202, 50 m² de área, porém do mesmo modo que Jardim dos Pardais não oferece materiais ou texturas, sequer espaço para correr. Também apresenta pouca complexidade visual. Quanto aos **aspectos ambientais**, a vegetação presente se limita a grama ao lado da quadra de areia e a iluminação artificial específica é inexistente, como no Jardim dos Pardais (ver figura 30).

Figura 30 – Quadra de areia no Residencial Jardim Campo Grande



Fonte: Acervo da autora

De acordo com essa análise constata-se que apesar das diferenças verificadas entre os espaços de lazer dos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais, os dois projetos apresentam deficiências, não apresentando nem 50% dos elementos necessários ao atendimento das necessidades de lazer e desenvolvimento sociocognitivo e psicomotor infantil, não atendendo plenamente, portanto, nenhum dos aspectos considerados por esta pesquisa, conforme se pode verificar na Ficha de Observação dos Espaços de Lazer (ver Apêndice B), utilizada para verificar a presença ou não dos aspectos e elementos indicados no Roteiro de Observação dos Espaços de Lazer.

4.2 O uso do espaço nos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais: análise dos vestígios físicos

Para auxiliar na compreensão de como o ambiente físico dos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais têm sido usado pelos moradores, optou-se pela técnica de observação de vestígios físicos. Foram efetivadas visitas aos dois conjuntos em busca de examinar e registrar os vestígios observados segundo as categorias propostas por Zeisel (1993). É válido destacar que na pesquisa realizada no Jardim dos Pardais foi possível observar a presença de tipos de vestígios pertencentes de todas as categorias, enquanto que nem todos os tipos foram observados no Jardim Campo Grande.

Quanto a **categoria sub produtos do uso**, notou-se vestígios do tipo desgastes do ambiente pelo uso exatamente em espaços de lazer nos dois conjuntos, assim como encontrou-se vestígios do tipo rastros semelhantes, mesas utilizadas para venda de produtos, uma vez que a atividade comercial é bastante presente em ambos os residenciais. Vestígio ausente foi encontrado apenas no Jardim dos Pardais e a área em desuso também faz parte de um espaço projetado para o lazer, o Campo de Pelada, o que chama ainda mais a atenção e leva a indagação do motivo da rejeição desse local, uma vez que os jogos acontecem costumeiramente no conjunto, no local que deveria ser a caixa de areia para crianças.

Na **categoria adaptações do uso** não foi possível registrar adaptação do tipo conexões no Jardim Campo Grande, porém do tipo propriedades registrou-se um interessante achado, uma casinha de brinquedo junto ao Bloco 21, o último do residencial. No Jardim dos Pardais identificou-se um banco no jardim de uma casa, fazendo um arranjo com a vegetação, denotando um espaço criado para o lazer. Observou-se no Jardim Campo Grande o vestígio do tipo separação visual através do uso de vegetação, criando um recanto com mais privacidade também aproveitado para o lazer. No Jardim dos Pardais é muito frequente o vestígio do tipo separação, em que muros, cercas e andaimes separam áreas antes integradas, delimitando os lotes, enquanto que o muro existente na Alameda 01 que demarca o início do conjunto está parcialmente demolido configurando o vestígio do tipo conexão visual, pois integra visualmente as casas da Alameda com o entorno.

Quanto à **categoria manifestações do eu** foi possível anotar no Jardim dos Pardais o tipo identificação, através da indicação de quadra e lote pintada em uma fachada; e o tipo participação em grupo está exemplificado pelo banner de partido político na frente de uma residência. O vestígio do tipo personalização foi encontrado nos dois conjuntos, em especial no Jardim dos Pardais, uma vez que a tipologia do conjunto favorece a expressão da individualidade dos moradores.

A **categoria mensagens públicas** teve seus tipos de vestígios registrados integralmente em ambos os conjuntos. O vestígio do tipo oficial foi observado na sinalização precária das Alamedas no Jardim dos Pardais e na placa de inauguração do Jardim Campo Grande. O tipo não oficial é amplamente percebido nos conjuntos, em que banners, cartazes e tabuletas improvisados divulgam anúncios de produtos e serviços. Quanto ao tipo de vestígio ilegítimo dessa categoria, estão representados por pichações nos muros nos dois conjuntos, com destaque para a pichação encontrada no Jardim Campo Grande, que critica os condôminos inadimplentes.

Vale a pena ressaltar que seis das ocorrências de vestígios físicos observadas nos conjuntos e aqui descritas dizem respeito ao uso de lazer, incidindo particularmente na categoria de adaptações do uso, o que é bastante

significativo como indício de que as pessoas estão alterando o ambiente físico para atender essa necessidade. Somando-se ao vestígio ausente registrado, o não uso de um ambiente disponível para o lazer, infere-se que o espaço projetado não está contemplando os anseios dos moradores desses conjuntos.

As sínteses das observações aqui analisadas encontram-se nas Fichas de Observação dos Vestígios Físicos, apresentadas a seguir nas figuras 31 e 32.

Figura 31 - Ficha de observação de vestígios físicos - Residencial Jardim Campo Grande

Sub produtos do uso	Desgastes do ambiente pelo uso		Gramado danificado ao lado da quadra de areia, junto à calçada, devido ao uso pelos que se reúnem para assistir ou participar dos jogos.
	Rastros		Mesas indicando atividade comercial, deixadas ao lado de um dos blocos, em frente à primeira rua do Residencial.
Adaptações do uso	Propriedades		Casinha de brinquedo na frente do bloco transformando área de estacionamento em local de brincar.
	Separações		Vegetação separa visualmente acesso ao bloco, ampliando a privacidade e gerando possibilidade de aproveitamento do espaço para lazer.
Manifestações do eu	Personalização		Diferentes tipos de grades nas janelas indicando expressão de individualidade dos moradores.
Mensagens públicas	Oficiais		Placa de inauguração do Residencial, ao lado da Guarita.
	Não oficiais		Banner anunciando venda de produtos na janela de um dos apartamentos (vestígio muito comum no local).
	Ilegítimas		Pichação de protesto contra inadimplência no muro que limita o condomínio, ao final da Rua 03.

Figura 32 - Ficha de observação de vestígios físicos – Res. Jardim dos Pardais

Sub produtos do uso	Desgastes do ambiente pelo uso		Balanço quebrado devido ao uso impróprio por adolescentes e adultos.
	Rastros		Mesa indicando atividade comercial na área remanescente do Residencial, contígua à Rua We-01.
	Vestígios ausentes		Vegetação na área destinada ao Campo de Pelada no projeto urbanístico, indicando ausência de uso.
Adaptações do uso	Propriedades		Banco adicionado ao jardim criando oportunidade de convívio.
	Separações		Muro e andaimes separando áreas antes integradas.
	Conexões		Muro parcialmente demolido estabelecendo conexão visual com o entorno.
Manifestações do eu	Personalização		Janelas, portas expressando a individualidade dos moradores.
	Identificação		Indicação de quadra e lote pintada na fachada identificando a residência.
	Participação em grupo		Banner indicando partido político dos residentes.
Mensagens públicas	Oficiais		Indicador sinalizando a Alameda.
	Não oficiais		Tabuleta com anúncio de costureira presa ao poste que indica a Alameda.
	Ilegítimas		Pichações no muro de residência.

4.3 O uso dos espaços de lazer por crianças nos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais: análise da observação comportamental.

A observação comportamental realizada nos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais procurou atender as recomendações de Zeisel (1993) a fim de examinar o grupo de crianças moradoras desses conjuntos, respondendo aos objetivos desta pesquisa que investiga os espaços projetados para o lazer infantil nos Conjuntos Habitacionais MCMV faixa 1. Ressalte-se que apesar do contexto sócio econômico semelhante, o contexto espacial é diverso, uma vez que os conjuntos habitacionais estudados pertencem a diferentes tipologias, oferecendo a oportunidade de observar como as crianças têm se relacionado com os espaços de lazer ou que espaços têm sido utilizados, ante o contraste casa-apartamento, condomínio fechado-condomínio aberto.

Estipulou-se que as visitas para observação comportamental nos conjuntos seriam feitas aos fins de semana, pensando-se que as crianças estariam liberadas de suas tarefas escolares e disponíveis para brincar. No entanto, nas duas visitas realizadas aos sábados pela manhã no Residencial Jardim dos Pardais apenas uma observação foi feita, a de um menino que passeava de bicicleta na Alameda 04, mesmo após circular repetidas vezes pelas Alamedas e pela Praça do conjunto. Ante esse fato procurou-se informações acerca do motivo pelo qual não se encontravam crianças brincando no espaço de lazer ou nas áreas livres do conjunto. Ressalve-se que a técnica de entrevista não está incluída como instrumento de coleta de dados desta pesquisa, ocorrendo somente conversas informais com a finalidade de fazer os ajustes necessários para que a pesquisa pudesse ser efetivada.

Em frente à Praça existe um estabelecimento comercial e buscou-se indagar do funcionário que ali estava em que dia e horário era possível encontrar crianças brincando nessa área. H. respondeu que todos os dias no fim da tarde um grupo de adolescentes e adultos costuma jogar bola na Praça, mas que **raramente via crianças ali**, e quando as via estavam acompanhadas

de um adulto. Solicitado, ele dispôs-se a enviar foto desse grupo, o que fez realmente e registrou uma criança ao fundo, brincando no escorregador, mesmo quebrado, sob a vigilância do pai, enquanto o grupo que frequenta normalmente esse espaço estava jogando bola (ver figura 33).

Figura 33 – Brincadeira na Praça do Jardim dos Pardais



Fonte: Acervo da autora

No sábado seguinte o mesmo questionamento foi feito para a proprietária de um estabelecimento comercial situado a duas quadras da Praça do Residencial e ela forneceu valiosas informações, baseadas inclusive na sua experiência como mãe de duas crianças de 6 e 8 anos.. A.P. declarou que apesar da grande quantidade de crianças residentes, dificilmente estas frequentam a Praça do conjunto, pois em suas próprias palavras, “**o ambiente não é adequado**, tem muito adulto e adolescente fazendo baderna lá, **destruíram os brinquedos**, gente que nem mora no conjunto”. Disse também que logo que se mudou para o Jardim dos Pardais, ela e outras mães levavam os filhos para a Praça aos domingos à tarde, mas se afastaram por esse motivo e hoje **as crianças só brincam nos pátios fechados** (nas casas ampliadas) **ou nas Alamedas** em frente às casas, **sob a vigilância de adultos**. Segundo A.P. **os pais temem a violência**, pois ocorrem muitos assaltos nessa região, e

que os filhos sejam atacados por cachorros quando ainda não construíram muros ou cercas em volta das casas. No entanto informou que ainda seria possível observar crianças brincando em frente às casas ao final da tarde, quando os pais retornam do trabalho e podem estar atentos, acrescentando ainda que normalmente **a brincadeira acontece no final das Alamedas**, pois evitam ficar próximo da Rua WE-01 por onde trafegam veículos em alta velocidade, inclusive carretas (ver figura 34).

Figura 34 – Veículos pesados trafegando na WE-01 (Jardim dos Pardais)



Fonte: Acervo da autora

Retornando ao final da tarde do mesmo dia pôde-se comprovar a veracidade das informações colhidas. Foram registradas apenas três ocorrências de crianças brincando, nas Alamedas 03, 09 e 10. Na Alameda 03 as crianças estavam passeando, ou melhor, dando voltas, somente no jardim aberto em frente da casa, enquanto a janela aberta, o som da TV ligada e vozes denunciavam a presença de adultos por perto. Na Alameda 10 dois meninos brincavam com um animal de estimação junto à porta de sua casa e ao perceber que estavam sendo observados entraram rapidamente, parecendo assustados.

Na Alameda 09 foi possível observar uma sequência comportamental, que culminou com a reunião de um grupo de nove crianças para brincar, próximo da Rua de Contorno 04. De início eram apenas duas

crianças a riscar na terra uma grade para jogar “amarelinha”, enquanto eram observadas por outras duas crianças que conversavam com um adolescente que parecia estar responsável por elas, na frente de uma casa mais adiante. Em seguida essas duas crianças e outras cinco se juntaram a brincadeira, enquanto uma das mães estava atenta na porta de sua casa. Para fotografá-las foi preciso solicitar autorização dessa mãe, explicando do que se tratava, e ao saber do objetivo da pesquisa a mãe espontaneamente forneceu mais informações. T.A. corroborou o que havia sido dito por H. e A.P. quanto ao uso da área de lazer do conjunto, como também acrescentou que era preciso **“apelar para a tecnologia** (TV, DVD, jogos eletrônicos) para segurar as crianças em casa, pois elas querem é brincar e correr”. Disse ela também que “na falta de um espaço para brincar, elas (as crianças) tem que **improvisar brincadeiras** na porta de casa mesmo, quando tem quem olhe”.

No Residencial Jardim Campo Grande não se encontrou a mesma dificuldade; foi possível observar crianças em seu lazer e outras atividades. Durante as visitas realizadas ao conjunto chamou a atenção que as crianças se deslocam e brincam sem a presença de adultos, especialmente nas vias internas. Sozinhas ou em grupos é marcante a presença de crianças no Residencial, apesar do espaço reduzido e da inexistência de brinquedos. Em uma das situações registradas, as crianças estavam reunidas conversando, sentadas no chão, em uma pequena área residual entre o primeiro bloco e o muro do Residencial.

Também se observou que os halls e escadas de acesso aos apartamentos podem se tornar em espaço de brincadeira, ou mesmo a água da chuva que fica empçada junto ao reservatório elevado. As vias internas, pavimentadas e de tráfego restrito, propiciam que as crianças possam passear em suas bicicletas. Presenciou-se uma sequência comportamental quando um grupo de meninos que brincava de pira esconde encontrou outro grupo de meninos que passeava em outra via, um deles de bicicleta. Após reunirem-se e dar voltas pelas vias do conjunto, decidiram jogar bola na quadra e chamaram outro colega do Bloco 08 para juntar-se a eles, formando um grupo de sete meninos (ver figura 35).

Figura 35 – Jogo de bola na Quadra de Areia – Jardim Campo Grande



Fonte: Acervo da autora

Outra observação que despertou atenção foi com relação a crianças colaborando em tarefas domésticas, especialmente a de jogar o lixo fora. Em mais de uma ocasião pôde-se ver crianças de diferentes idades portando sacolas de lixo, se dirigindo a rua lateral para jogá-las no lixo acumulado ali, sem qualquer proteção e entrando em contato com esse material em decomposição. Ainda assim essas crianças pareciam fazer da tarefa uma brincadeira, como se estivessem disputando consigo mesmas para ver se conseguiam atirar a sacola a uma distância maior (ver figura 36).

Figura 36 – Criança jogando lixo fora – Jardim Campo Grande



Fonte: Acervo da autora

O condomínio passa por uma situação de crise, não havendo síndico eleito, mas apenas representantes de cada prédio que constituíram uma Comissão. Em conversa informal, R.N. (líder da Comissão), declarou que o **uso indevido por adultos inutilizou os brinquedos** do *playground*, que foram armazenados na área cercada do reservatório elevado para não oferecer risco às crianças e para que possam ser consertados quando houver recursos para isso, pois o índice de inadimplência é muito elevado – apenas 20% dos condôminos paga a taxa regularmente. Pelo mesmo motivo **a areia da quadra não tem sido trocada**, o que tem gerado dificuldade, pois as crianças não deixam de usá-la e são contaminadas por micoses. Segundo ela, as **crianças procuram pequenos espaços junto aos blocos para brincar**, muitas vezes de maneira ruidosa, o que dá causa a reclamações por parte dos moradores dos apartamentos localizados no térreo.

R.N. confirmou o que já havia sido observado sobre as brincadeiras nas vias internas do conjunto e acrescentou que o Espaço Mutiuso, chamado por ela de **Salão de Festas, também é local de brincadeira**, assegurando que **os pais se sentem seguros** de deixar seus filhos brincarem no interior do condomínio. Indagada acerca das crianças em contato com o lixo, R.N. disse que têm sido feitas tentativas de conscientizar os pais, sem sucesso até o momento, e revelou que existe a intenção de que a **área de despejo se transforme em um jardim ou praça**.

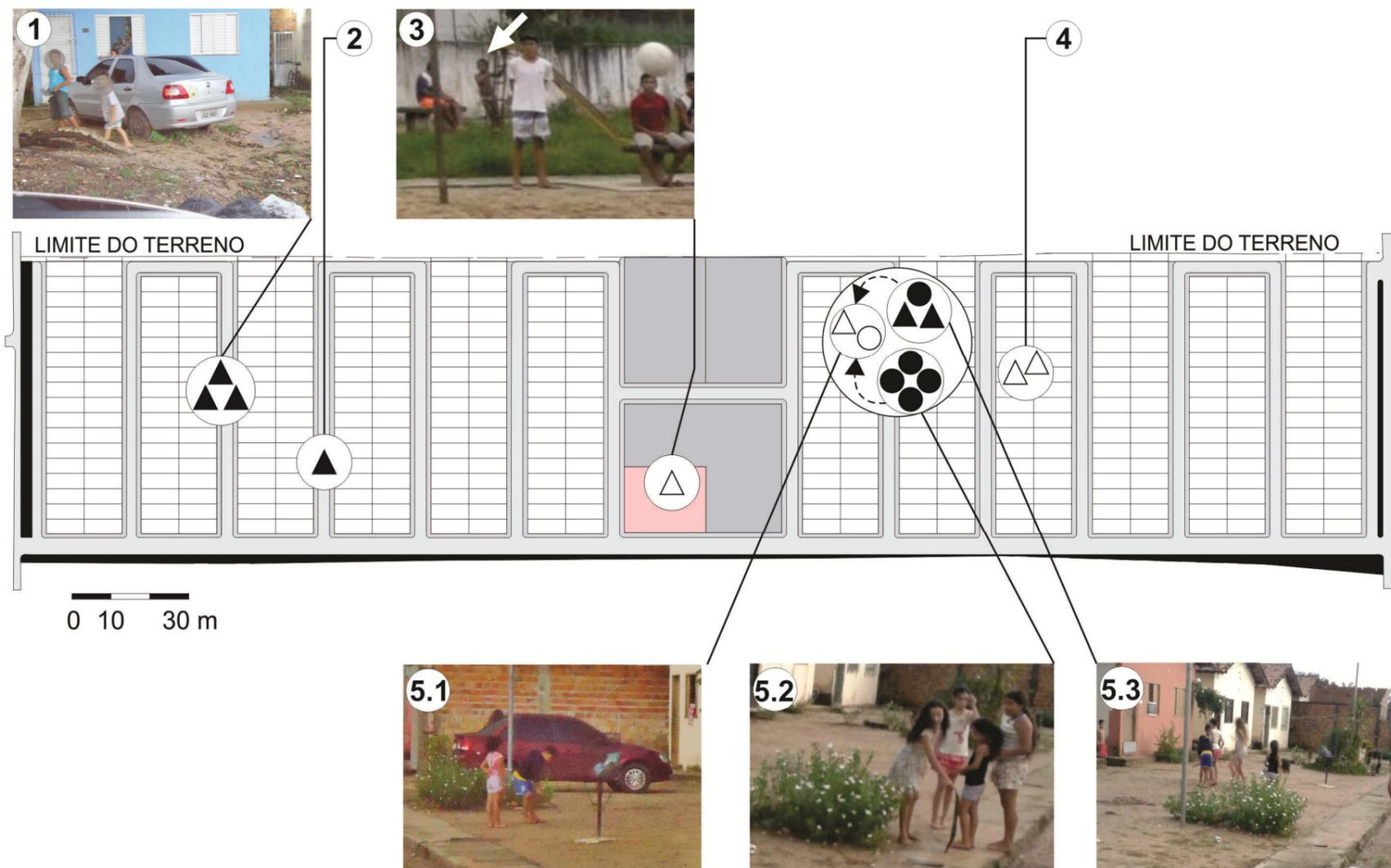
Diante do que foi observado e das informações coletadas, fica claro que:

- a) Os espaços projetados para o lazer das crianças no Residencial Jardim dos Pardais e Residencial Jardim Campo Grande não estão atendendo plenamente esse objetivo;
- b) Em ambos os conjuntos o *playground* foi danificado pelo uso impróprio por adultos e há dificuldade para manter os equipamentos;
- c) Se considerar-se apenas os aspectos quantitativos, em termos de área livre o Jardim dos Pardais possui espaços

- bem mais generosos que o Jardim Campo Grande, contudo as crianças pouco usam esse espaço para brincar;
- d) Apesar da área livre reduzida, as crianças que moram no Jardim Campo Grande ocupam todos os espaços do conjunto;
 - e) As crianças de ambos os conjuntos parecem procurar espaços residuais, delimitados, para brincar;
 - f) As crianças residentes no Jardim dos Pardais têm sido cerceadas em seu direito ao lazer, ficando restritas em termos de espaço e tempo para brincar livremente, devido à sensação de insegurança, relacionada à tipologia de condomínio aberto;
 - g) As crianças que moram no Jardim Campo Grande têm maior liberdade para brincar nos espaços internos do conjunto, devido a sensação de segurança proporcionada pela tipologia de condomínio fechado;
 - h) A tipologia horizontal do Jardim dos Pardais é um dos fatores que pode levar ao isolamento das crianças, limitando a brincadeira aos espaços de pátios, jardins e quintais cercados;
 - i) A tipologia vertical do Jardim Campo Grande induz as crianças a usarem o espaço comum para brincar.

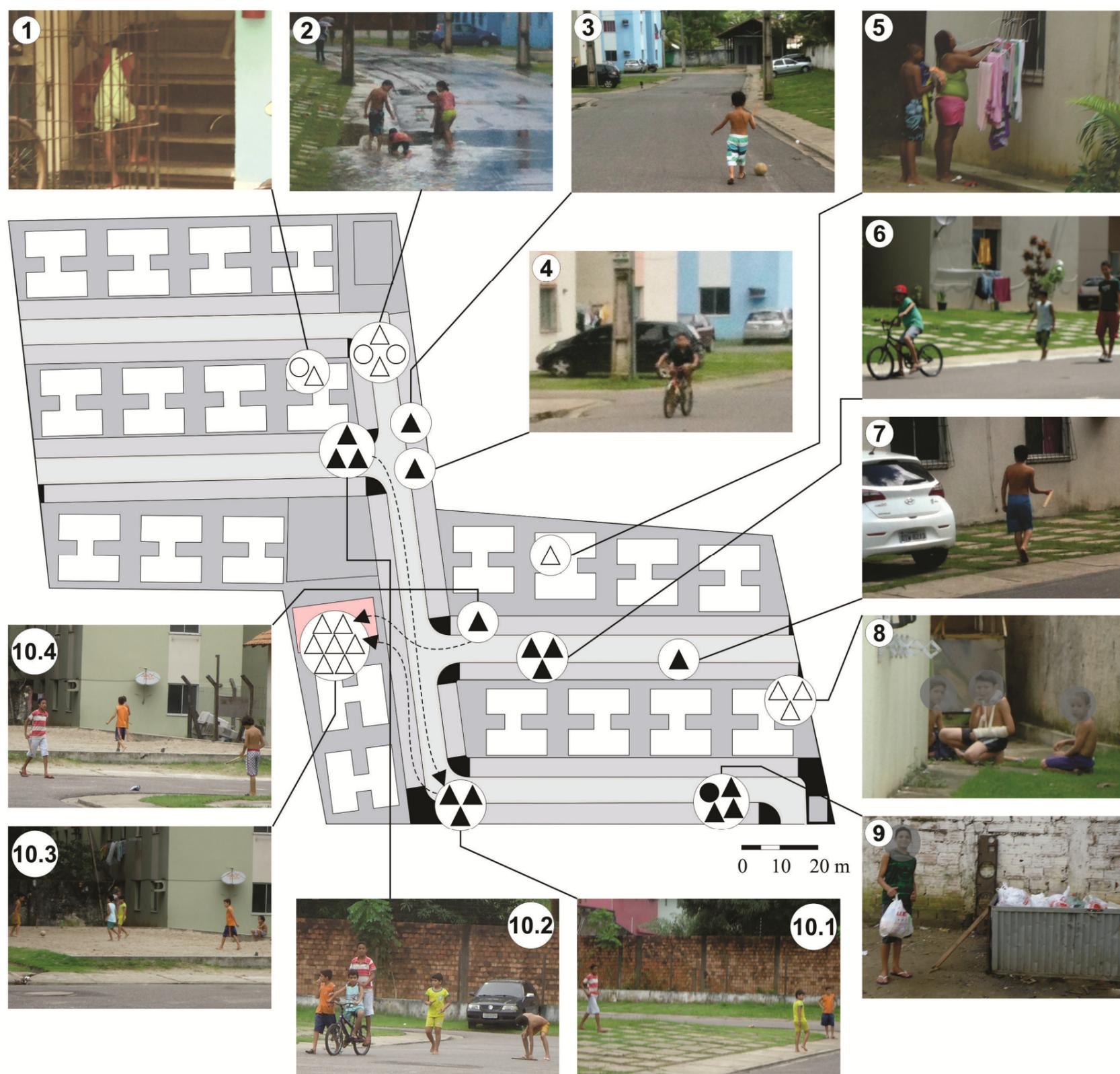
A observação comportamental realizada nos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais foi registrada em mapas comportamentais apresentados a seguir nas figuras 37 e 38.

Figura 37 – Mapa comportamental – Residencial Jardim dos Pardais



LEGENDA:		
○	MENINA PARADA	1 PASSEIO NA PORTA Meninos passeando na frente de casa.
△	MENINO PARADO	
●	MENINA EM MOVIMENTO	2 PASSEIO DE BICICLETA Menino andando de bicicleta na Alameda.
▲	MENINO EM MOVIMENTO	
■	PRAÇA	3 BRINCANDO NA PRAÇA Ao fundo, menino brinca no escorregador quebrado sob a vigilância de um adulto, enquanto adolescentes jogam vôlei na caixa de areia apropriada como quadra.
----	SEQUÊNCIA COMPORTAMENTAL	
		4 ANIMAL DE ESTIMAÇÃO Meninos brincando com gato na frente de casa.
		5 BRINCADEIRA EM GRUPO Observação de sequência comportamental:
		5.1 1 menino e 1 menina iniciam brincadeira em frente de casa, sob a vigilância da mãe;
		5.2 Um grupo de 4 meninas vindas de outra casa reúne-se ao grupo inicial;
		5.3 Rapidamente um terceiro grupo de 2 meninos e 1 menina vindos de uma terceira casa junta-se a estes, formando um grupo de 9 crianças.

Figura 38 – Mapa comportamental – Residencial Jardim Campo Grande

**LEGENDA:**

- MENINA PARADA
- △ MENINO PARADO
- MENINA EM MOVIMENTO
- ▲ MENINO EM MOVIMENTO
- QUADRA DE AREIA
- SEQUÊNCIA COMPORTAMENTAL

- ① **BRINCAR NA ESCADA:**
Crianças brincando com celular na escada do bloco.
- ② **BRINCAR NA CHUVA:**
Crianças brincando na chuva, em área com problema de drenagem.
- ③ **BRINCANDO SOZINHO**
Menino caminhando com bola.
- ④ **PASSEIO DE BICICLETA**
Menino passeando de bicicleta.
- ⑤ **TAREFAS DOMÉSTICAS**
Menino ajudando a mãe a estender roupa no varal
- ⑥ **PASSEIO EM GRUPO**
Meninos andando de bicicleta e caminhando.
- ⑦ **CAMINHANDO**
Menino caminhando e brincando com régua de madeira.
- ⑧ **RODA DE CONVERSA**
Meninos conversando em área residual, junto ao muro.
- ⑨ **JOGAR LIXO FORA**
Crianças tornando em brincadeira a tarefa de jogar lixo em área imprópria
- ⑩ **BRINCADEIRA EM GRUPO**
Observação de sequência comportamental:
 - ⑩.1 Grupo inicial de 3 meninos brincando em esquina;
 - ⑩.2 Mais um grupo de 3 meninos que passeava em outra via reúne-se ao grupo inicial;
 - ⑩.3 O grupo de 6 meninos vai jogar bola na quadra;
 - ⑩.4 Um deles chama o colega do bloco em frente para jogar.

CONCLUSÕES

Essa dissertação desenvolve uma análise sobre os espaços destinados ao lazer infantil nos conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida na RMB para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, considerada habitação de interesse social e subvencionada pelo Governo Federal. Levando em conta que a relação objeto/espaço, o corpo em movimento no espaço e as interações sociais oportunizadas pelo lazer são fundamentais para que o desenvolvimento sociocognitivo e psicomotor das crianças se dê de forma satisfatória, a pesquisa pretende analisar os espaços projetados para o lazer infantil e investiga se os mesmos estão sendo utilizados pelas crianças.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, na medida em que propõe uma série de métodos de investigação do espaço construído de conjuntos habitacionais. Para tal, realizou-se inicialmente pesquisa bibliográfica a fim de compreender diversos aspectos sob os quais se apresenta a questão do lazer infantil, particularmente nos conjuntos habitacionais de interesse social. Buscou-se na Sociologia compreender o conceito, as funções e a importância do lazer e na Psicologia, Educação e Motricidade o entendimento de como o lazer se relaciona com o desenvolvimento sociocognitivo e psicomotor da criança. Na Arquitetura buscou-se averiguar de que forma podem-se projetar espaços que estimulem esse desenvolvimento e se as cidades têm proporcionado esses espaços aos seus habitantes. Na Historiografia da Arquitetura verificou-se como tem se desenvolvido a política de habitação no Brasil, enfocando os conjuntos habitacionais produzidos e de que modo a questão do lazer infantil foi tratada.

Verificou-se que o conceito de lazer ainda está em construção, mas de forma simplificada pode-se dizer que está vinculado à noção de trabalho, pois o lazer seria o oposto do trabalho, o tempo do lazer seria o do não trabalho e a atitude espontânea, sem esperar recompensa que não a do lazer em si, seria o oposto da atitude de cumprimento de tarefa em troca de remuneração, relativa ao trabalho. Porém a questão é bem mais complexa e

envolve outras variáveis, como por exemplo, a quantidade versus a qualidade do tempo dedicado ao lazer ou a possibilidade de incorporar aspectos lúdicos ao trabalho. Quanto aos propósitos do lazer, de modo geral os teóricos acreditam que serviria ao repouso, diversão e desenvolvimento pessoal, e o ponto de convergência é o da importância do lazer. Não se pode dizer o mesmo quanto ao lazer infantil, tema sobre o qual ainda não há consenso. Questiona-se se a brincadeira pode ser considerada como lazer, se a escola pode ser tida como o trabalho da criança ou mesmo se a brincadeira pode ser utilizada como meio de aprendizagem.

Ao lado disso, constatou-se que o próprio entendimento da infância como fase diferenciada da vida, merecedora de cuidados especiais e de preparo para ingresso na vida adulta, ainda é recente na história humana. A partir desse entendimento a criança tornou-se objeto de estudo das ciências, Para esta pesquisa interessa sobretudo os estudos realizados sobre o desenvolvimento da criança, o modo como se relaciona com o espaço através do brincar e a necessidade desse movimento para que possa alcançar o desenvolvimento sociocognitivo e psicomotor.

Desse modo esta pesquisa assume que:

- a) Considera a brincadeira como o lazer infantil;
- b) A função de desenvolvimento pessoal do lazer, no caso do lazer infantil inclui os aspectos intelectual, social, físico e emocional;
- c) O lazer representa uma necessidade para a criança;
- d) Para vivenciar o lazer a criança precisa de espaço físico.

Tomando a questão do espaço para o lazer nas cidades, verificou-se que a aceleração do fenômeno da urbanização e os impactos causados por esta geraram questionamentos sobre o tema. Foi reconhecida a importância de garantir aos cidadãos a experiência do lazer, culminando com a proposição da Arquitetura Moderna que via o lazer como uma das funções da cidade, devendo ser distribuídos nesta, em uma proporção justa, espaços onde o lazer

pudesse ser desfrutado. Entretanto a realidade brasileira está longe de obedecer a essa proporcionalidade e a má distribuição de equipamentos de lazer no espaço urbano das cidades brasileiras penaliza especialmente as populações desfavorecidas que habitam a periferia. A política habitacional atual do Brasil tem obedecido a esse modelo, produzindo conjuntos em locais afastados da malha urbana, que carecem de equipamentos públicos.

Para realizar a investigação foram selecionados dois empreendimentos realizados através do PMCMV, os Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais. Procurou-se traçar a caracterização desses conjuntos, para entender o contexto urbano e demográfico em que estão inseridos e apresentar as informações relativas à localização, tipologia e projeto de urbanização dos empreendimentos.

Para alcançar o **objetivo geral** que moveu essa pesquisa, a averiguação se os espaços projetados para o lazer infantil nos conjuntos habitacionais MCMV faixa 01 têm sido utilizado pelas crianças, procedeu-se ao exame desses espaços e realizaram-se observações de vestígios físicos e comportamental, técnicas de coleta de dados características do estudo do comportamento ambiental. As observações foram registradas em forma de anotações e por meio de fotografias, fichas de observação e mapas comportamentais de ambos os Residenciais, que forneceram material para a análise efetivada por esta pesquisa.

Desse modo pôde-se verificar que:

- a) Quanto ao **primeiro objetivo específico**, a verificação da existência ou não de espaços abertos equipados para o lazer infantil:
 - Os projetos dos Residenciais **Jardim Campo Grande** e **Jardim dos Pardais** previram espaços destinados ao lazer infantil de acordo com a Portaria 168/13 do Ministério das Cidades (BRASIL, 2013), representados por *playground* e quadra de areia. O projeto do Jardim dos Pardais possui mais elementos que o do Jardim Campo Grande, como também a área destinada ao lazer é maior, porém nenhum dos dois

projetos atendeu totalmente aos aspectos e elementos considerados por esta pesquisa. Quanto à situação atual das instalações de lazer, ela é precária nos dois conjuntos devido à má qualidade dos brinquedos, ao uso indevido por adultos e à incapacidade dos condomínios de fazer a manutenção adequada;

b) Quanto ao **segundo objetivo específico**, a análise da localização dos espaços para o lazer infantil para averiguar se é adequada, permitindo a supervisão dos adultos:

- Verificou-se que no caso do **Jardim dos Pardais**, apesar de ocupar a área central do conjunto, o espaço de lazer tem seu acesso dificultado pelas condições das calçadas, pelo fato de que a única rua que conecta todas as Alamedas à área de lazer recebe tráfego de veículos em velocidade inadequada e que a distância média entre a área de lazer e as Alamedas é de 200m, limite máximo segundo o critério estabelecido por Dieckert e Monteiro e adotado por esta pesquisa, podendo chegar a cerca de 370m no ponto mais distante. Entretanto permite a supervisão de adultos, seja pelos bancos instalados na Praça, seja pelas fachadas das casas das Alamedas 07 e 08 e de dois estabelecimentos comerciais estarem voltadas para essa área. No caso do **Jardim Campo Grande**, o projeto previa que o *playground* distaria cerca de 70 m da quadra de areia e apesar de ocupar a região central do conjunto, sua localização seria desfavorecida por situar-se em uma área limítrofe do residencial com reduzida possibilidade de vigilância natural, porém esse *playground* encontra-se totalmente desativado atualmente. Quanto à quadra de areia deste residencial, sua localização é privilegiada por ser de fácil acesso, por permitir a vigilância natural por adultos, e pelo fato de que a distância média entre os blocos de apartamentos e a quadra de areia é de cerca de 80m, e o bloco mais distante está a 150m

aproximadamente, o que ainda é adequado pelo critério adotado nesta pesquisa;

- c) Quanto ao **terceiro objetivo específico**, investigação de que espaços e/ou alternativas tem sido adotados pelas crianças caso seja constatada a inadequação ou inexistência dos espaços de lazer:
- A observação comportamental revelou que o equipamento de lazer restante no **Jardim Campo Grande**, a quadra de areia, tem sido utilizado pelas crianças, porém elas não se restringem a esse local e se apropriam dos espaços do conjunto para brincar livremente. As vias internas, calçadas, pequenos espaços residuais junto ao muro e aos blocos e até mesmo escadas são apropriados como espaços de lazer. Não foi observada a vigilância direta por parte de adultos. Enquanto isso, no **Jardim dos Pardais** observou-se que as crianças não utilizam o espaço projetado para o seu lazer e pouco brincam fora do espaço privado das residências. Quando o fazem, se restringem a brincar na porta das casas, em pequenos trechos das Alamedas e dependem da disponibilidade de adultos para vigiá-las. É um paradoxo que as crianças que dispõem de mais espaço são as que menos usufruem desse espaço e a alternativa adotada, o lazer eletrônico, não favorece seu desenvolvimento.

Os resultados dessa pesquisa, portanto, validam a **hipótese** de que a ausência ou inadequação de espaços de lazer infantil nos empreendimentos do PMCMV faixa 1 têm levado as crianças a se apropriar dos espaços de uso comum como alternativa ao lazer, representando falta de adequação entre o projeto e a apropriação dos espaços públicos.

Desse modo, o **objetivo geral** foi alcançado ao se observar que as crianças não têm utilizado os espaços de lazer nestes conjuntos, ou utilizam parcialmente, uma vez que não apresentam nem 50% dos elementos que

atenderiam a necessidade de lazer e desenvolvimento sociocognitivo e psicomotor infantil, não satisfazendo, portanto a nenhum dos aspectos de forma plena. Além disso, observou-se que a quantidade de área destinada ao lazer ou ao espaço comum não interfere no uso, enquanto que outros fatores podem limitar ou estimular o uso dessas áreas pelas crianças. Fatores como a sensação de segurança ou de insegurança, aliados à distância maior ou menor e às condições de acessibilidade podem levar ao isolamento ou a socialização, assim como a tipologia habitacional podem induzir a um modo de vida mais privado ou coletivo.

Ante o reconhecimento da importância do lazer infantil para o desenvolvimento da criança, do lazer como um direito em si e que também está vinculado ao direito à moradia digna, entende-se que as diretrizes para elaboração dos projetos de conjuntos habitacionais de interesse social do PMCMV deveriam também estabelecer critérios qualitativos para os projetos de espaços de lazer infantil, que levem em conta as necessidades específicas de seus usuários – as crianças.

Assim, apesar das limitações encontradas por esta pesquisa no que diz respeito à observação das crianças em um dos conjuntos habitacionais, espera-se que as reflexões desenvolvidas possam contribuir para o conhecimento dos usuários dos espaços de lazer infantil, para auxiliar no planejamento destes espaços. Sugere-se como tema de futuras pesquisas a avaliação das implicações da ausência ou inadequação dos espaços de lazer a fim de verificar de que modo a restrição do lazer pode comprometer o desenvolvimento sociocognitivo e psicomotor da criança.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Christopher. **Uma Linguagem de Padrões**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2013.
- ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **Habitação Social: origens e produção** (Natal, 1889-1964). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-01122007-140621/pt-br.php>> Acesso em: 18 out. 2013.
- AMUDE, Amanda Mendes; SILVA, Gescielly Barbosa. Os jardins-de-infância – um estudo sobre a formação do ser humano a partir dos postulados de Friedrich Froebel. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, Maringá, PR, v. 11, n. 2. Disponível em: <http://www.dtp.uem.br/rtppe/volumes/v11n2/005-artigo-amanda_gescielly-168-172.pdf> Acesso em: 20 mar. 2014.
- ANANINDEUA, Prefeitura Municipal de Ananindeua. Secretaria Municipal de Habitação. **Informações obtidas em entrevista com técnicos da secretaria**. Ananindeua, 17 jan. 2014.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14350-1: Segurança de brinquedos de playground**. Rio de Janeiro, 1999.
- AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de administração pública**. Publicação eletrônica da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. N. 4, v. 22, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458>> Acesso em: 10 fev. 14.
- _____. **Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências**. In CARDOSO, Aduino Lucio (org.). **Habitação social nas Metrópoles brasileiras**. Porto Alegre: Coleção Habitare/FINEP, 2007.
- AZEVEDO, Sérgio. ANDRADE, Aureliano. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.
- BAHIA, Mirleide Char. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.
- BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BENETTI, Pablo. **Habitação social e cidade**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo**. Publicação eletrônica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP, Brasil. N 1. 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acesso em: 12 fev. 14.

_____. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha. **Diretrizes para Projetos de Parques Infantis Públicos 2008**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90896>> Acesso em: 4 mar. 2014.

BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. Concreto, muxarabis e cumeeiras para os industriários: a arquitetura e o urbanismo de Carlos Frederico Ferreira na produção do IAPI. I ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enparq/simposios/67/67-273-1-SP.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Cadernos Ministério das Cidades 4: Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4Politica NacionalHabitaçao.pdf>> Acesso em: 9 fev. 14.

_____. Ministério das Cidades. **Portaria 168, de 12 de abril de 2013**. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 14.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 22 jan. 2014.

BRUNA, Paulo. **Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950**. São Paulo: Edusp, 2010.

CAMARGO, Luiz O. de Lima. **O que é o lazer?** São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

CARDOSO, Adauto. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. 14º ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3082/3017>> Acesso em: 15 mar. 2014.

CARDOSO, Adauto. ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In CARDOSO, Adauto (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf> Acesso em: 5 mar. 15.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. PEREIRA, Glaydson de Jesus Cordovil. NEGRÃO, Marcília Regina Gama. Urbanização e estratégias de desenvolvimento no Pará: da ocupação ribeirinha aos assentamentos precários. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.16, n.2, p.255-279, dez. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6233/1/Artigo_UrbanizacaoEstrategiasDesenvolvimento.pdf> Acesso em: 2 fev. 2015.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. LIMA, José Júlio Ferreira. **Belém: transformações na ordem urbana.** Coord. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôlopes, 2015.

CARDOSO, Myrian Silvana da Silva. **Desenvolvimento e aplicação de modelo de mensuração dos graus de amplitude e intensidade da regularização urbana:** estudo de caso em terras da União. Projeto de qualificação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2011. (Anexo 01: Desenho da Pesquisa)

CASTRIOTA, Leonardo Barci. ARAÚJO, Guilherme Maciel. Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, RS, v. 5, n 1, p. 38-54, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.unisinos.br%2Findex.php%2Farquitectura%2Farticle%2Fview%2F4801%2F2063&ei=ayL2VNpFhaA2vcKB2AY&usg=AFQjCNEeunlCgiGj3JcoFwLty67MBpZeoA&sig2=nK83S3qM7xJ3ztbG1JncPA>> Acesso em: 7 mar. 2015.

CASTRO, Lucia Rabello. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, jun. 2002. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154058.pdf> Acesso em: 25 mar. 2014.

CEM, Centro de Estudos da Metrópole. **Mapa da RMB**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/391>> Acesso em: 23 abr. 2015.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades**, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CONNOLLY, Kevin. Desenvolvimento motor: passado, presente e futuro.

Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, supl.3, p. 6-15, 2000.

Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/desenvolvimento-motor-presente-passado-e-futuro.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2014.

CONSTRUTORA ACRÓPOLE. **Planta de urbanização do Residencial Jardim Campo Grande**. Arquivo em cad, não publicado. 2014

COSTA, Milene Coutinho Lourenço da. LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Esse rio é minha avenida: transformações socioespaciais, elitização e exclusão em Belém (PA)**. In: TOBIAS, Maísa Sales Gama. LIMA, Alberto Carlos de Melo (orgs). **Urbanização & meio ambiente**. Belém: Unama, 2012.

COTA, Daniela Abritta. DIÓRIO, Ana Carolina Dias. A produção (formal) do espaço urbano e arquitetônico de interesse social: reflexões a partir de quatro empreendimentos em São João Del Rei, MG-Brasil. 14^o ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. **Anais...** Lima, 2013. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wpcontent/uploads/2013/07/Tra_Ana-Carolina-Dias-Di%C3%B3rio-Daniela-Abritta-Cota.pdf> Acesso em: 24 jan. 2014.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 1990.

DE MAUSE, Lloyd. **Foundations of Psychohistory**. (Livro virtual) Disponível em: <<http://www.psychohistory.com/htm/p1x22.htm>> Acesso em: 29 mar. 2012.

DIECKERT, Jürgen; MONTEIRO, Floriano Dutra. **Parque de esporte e lazer para todos**. Santa Maria: MEC/SEED, 1983.

DINIZ, Luciana Nemer. Conjunto Habitacional Presidente Getúlio Vargas: da proposta monumental a sobrevivência nos dias atuais. 7^o SEMINÁRIO DOCOMOMO. **Anais...** Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%20pdfs/061.pdf>>. Acesso: 11 fev. 2015.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Cássia do Carmo Pires. **A política nacional de habitação de interesse social: estudos de avaliação e resultados.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

Disponível em:

<http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2404> Acesso em: 30 jan. 2014.

FERNANDES, Edesio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs) O Estatuto da Cidade : comentado. São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <

<http://www.capacidades.gov.br/media/doc/acervo/8c6566990fb77e9a2177cb98fd9b1989.pdf>> Acesso em: 29 mar. 15.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Pará e seus municípios.** Belém: J.C.V. Ferreira, 2003.

FERREIRA NETO, Carlos Alberto. **Motricidade e jogo na infância.** Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

Folha VP On Line. Mooca pode ganhar seu primeiro parque municipal.

Matéria publicada no dia (14/06/2013). Disponível em:

<http://www.folhamp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1425:mooca-pode-ganhar-seu-primeiro-parque-municipal&catid=46:acontece-na-regiao&Itemid=125> Acesso em 20 jan. 2015.

Gazeta Virtual MOOCA. Moradores pediram e área verde do IAPI será parque municipal. **Matéria publicada no dia (21/09/2013) Disponível em:**

<<http://gazetavirtual.com.br/mooca-moradores-pediram-e-area-verde-do-iapi-sera-parque-municipal/>> Acesso em 20 jan. 2015.

GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano.** Barcelona: Editorial Revertè, 2006.

_____. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOMES, Cristina Marques. **Dumazedier os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica.** Rio de Janeiro: SESC, 2004. Disponível em:

<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil_breve_trajetoria_historica_12.pdf> Acesso em: 5 fev. 2014.

IBGE. **Censo demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf> Acesso em: 10 fev. 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOURY, Ana Paula. BONDUKI, Nabil. MANOEL, Sálua Kairuz. Análise Tipológica da Produção de Habitação Econômica no Brasil (1930-1964). 5º SEMINÁRIO DOCOMOMO. **Anais...** São Carlos, 2003. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/115R.pdf>> Acesso em: 12 fev. 14.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.
LEÃO, Renato Freitas de Castro. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Expansão Urbana na Cidade de Marabá-PA: Um estudo dos núcleos São Félix e Morada Nova**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA. 2014.

LIMA, José Júlio Ferreira. CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. HOLANDA, Ana Carolina Gomes. Impasses e desafios na gestão da Região Metropolitana de Belém. **Cadernos MetrÓpole** N.14, 2005. Publicação eletrônica do Observatório das MetrÓpoles, SP. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8791/6513>> Acesso em: 27 mar. 2013.

LIMA, Márcia Azevedo de. LAY, Maria Cristina Dias. Efeitos da configuração de conjuntos habitacionais na interação social. XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. **Anais...** Recife, 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4527>> Acesso em: 22 fev. 2014.

LIMA, Mayumi Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. BARBOSA, Felipe Soligo. MARIANO, Stéphanie Helena. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. **Revista Impulso**, vol.1, n.1, p. 55 – 66, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. São Paulo: Papirus, 1995.

_____. **Lazer e humanização**. São Paulo: Papirus, 1995.

_____. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

MELO, Marcus André B. C. Política de habitação e populismo: o caso da Fundação da Casa Popular. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, N 1, Vol. 3, 1990. Publicação eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, BA. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewArticle/3105>> Acesso em 15 jan. 2015.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000.

MOORE, Gary T. Estudos de comportamento ambiental. In SNYDER, James C.; CATANESE, Anthony (Coord.). **Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1984.

MOYLES, Janet R. **Só brincar?** O papel do brincar na educação infantil. Tradução Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NASSIF, L.E.; CAMPOS, R.H.F. Édouard Claparède (1873-1940): interesse, afetividade e inteligência na concepção da psicologia funcional. **Memorandum**, Belo Horizonte, n. 9, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/museupsi/Funcionalismo%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em Arquitetura**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

OLIVEIRA, Cláudia. **O ambiente urbano e a formação da criança**. São Paulo: Aleph, 2004.

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. Impactos da expansão dos condomínios residenciais fechados de baixo e médio padrão em cidades médias paulistas: os casos de Presidente Prudente e São Carlos. XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/viviane.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2015.

ONU. Resolução n.217 A (III). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Versa sobre os direitos do Homem e suas liberdades fundamentais. Assembleia Geral das Nações Unidas (1948). Tradução oficial. Disponível em:<<http://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Univ%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

PARÁ. **O Pará na administração Alacid Nunes**. Album da administração de Alacid Nunes 1966 – 1971. Belém: Cia. Gráfica Lux, 1971.

_____. Companhia Habitacional do Pará (COHAB) **Planta de urbanização do Residencial Jardim dos Pardais**. Arquivo em cad, não publicado.2009.

PATTON, M.Q. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills, CA: Sage, 2002.

PANTOJA, Laura Cristina Monte Palma. **Mercado de São Brás e seu entorno: tramas e sentidos de um lugar**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PPGAU, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2014.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A formação do símbolo na criança**. São Paulo: Editora Guanabara/ Koogan, 1978.

PINA, Luiz Wilson. O parque lúdico: a construção de um novo conceito do brincar. In: MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). **O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica**. Campinas: Papyrus, 1996.

RAMÍREZ, Esteban Molina. **Orígenes de la vivienda mínima en la modernidade: Parámetros de calidad para la vivienda en las ponencias de los C.I.A.M 1929-1930**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Universidad Nacional de Colombia - Medellín, Colômbia, 2014. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/12802/1/98765541.2014.pdf>> Acesso em 22 jan. 2015.

REIS, Tarcísio. LAY, Maria Cristina Dias. O projeto da habitação de interesse social e a sustentabilidade social. **Revista Ambiente Construído**. Porto Alegre, v.10, n.3, jul-set 2010. Publicação Eletrônica da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/12816>> Acesso em: 11 fev. 2014.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. AZEVEDO, Giselle Arteiro. BRASILEIRO, Alice. ALCÂNTARA, Denise. QUEIROZ, Mônica. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: ProArq/FAU/UFRJ, 2009.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensões do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas**. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque** (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SAULE JÚNIOR, N.; UZZO, K. A trajetória da reforma urbana no Brasil. III ENCONTRO ANUAL DA REDE BRASILEIRA DE CIDADES MÉDIAS. **Anais...** Cachoeira, 2013. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saul%20k%20uzzo.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

SILVA, Luís Octávio. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/viewFile/852/818>> Acesso em: 29 mar. 2014.

SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. O papel dos quintais no espaço urbano amazônico. XV ENCONTRO DA ANPUR. **Anais...** Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4507/4376>> Acesso em: 30 mar. 2014.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C.. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 1993.

UFPA/CNPQ. **Avaliação da produção imobiliária de interesse social no âmbito do PMCMV no Estado do Pará**: Relatório final. Belém: UFPA/LABCAM, 2015

VERISSIMO, Manuela; SANTOS, António J. Desenvolvimento social: Algumas considerações teóricas. **Revista Aná Psicológica**, v. 26, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087082312008000300002&script=sci_arttext> . Acesso em: 25 mar. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e lazer**. São Paulo: Nobel, 1983.

ZEISEL, John. **Inquiry by design: tools for environment-behavior research**. Cambridge, UK: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A

PROTOCOLO DA PESQUISA

1. Objetivo

Analisar o espaço utilizado para as práticas de lazer das crianças residentes nos empreendimentos realizados sob a égide do Programa Minha Casa Minha Vida para a faixa de renda de zero a três salários mínimos.

2. Procedimentos de Campo

2.1. Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa está inserida no campo disciplinar do Desenho Urbano, na categoria de estudo comportamental ou de comportamento ambiental, de temática do tipo palco de ação (MOORE, 1984; DEL RIO, 1990). É uma pesquisa de natureza descritiva com enfoque qualitativo, sob a forma de estudo de caso.

2.2. Organizações Estudadas

Residencial Jardim Campo Grande e Residencial Jardim dos Pardais, conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida para faixa de 0 a 3 salários mínimos.

2.3. Unidade de Análise

Espaços para crianças (até doze anos) moradoras dos Residenciais Jardim Campo Grande e Jardim dos Pardais.

2.4. Fontes de Evidência

Projeto arquitetônico, análise do espaço físico, análise de vestígios físicos, mapas comportamentais e fotografias.

2.5. Principais Instrumentos de Coleta de Dados

Análise do projeto arquitetônico, observação direta dos espaços e observação comportamental.

2.6. Definição da Amostra

Para Rudio (1983, p.49-50) a amostra é *“uma parte da população, selecionada de acordo com uma regra ou plano”*, sendo população o total de indivíduos com as mesmas características relativas ao estudo em questão. A amostra deve ser selecionada de forma a garantir que represente adequadamente a população de onde foi retirada e, de forma geral, pode ser classificada em probabilística (casual simples, casual estratificada ou por agrupamentos) ou não probabilística (acidentais, por quotas ou intencionais).

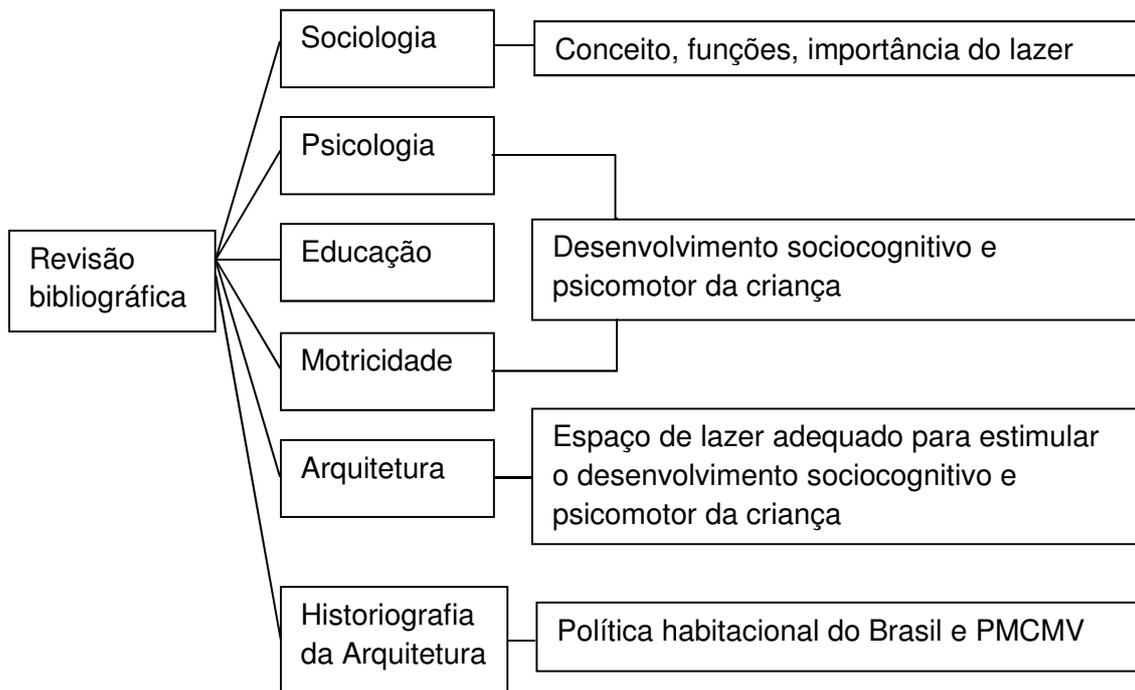
Esta pesquisa define uma amostra do tipo não probabilística intencional (RUDIO, 1983), em que casos são selecionados mediante uma estratégia adequada com o fim, por exemplo, de obter ideias, pois se pretende analisar os espaços de lazer infantil, caso existam, e observar se as crianças os utilizam, nos dois conjuntos residenciais já citados.

3. Análise do Estudo de Caso

3.1. Revisão Bibliográfica

A hipótese da pesquisa é que a ausência ou inadequação de espaços de encontro e brincadeiras infantis nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida para faixa de renda de zero a três salários mínimos têm levado as crianças a se apropriar dos espaços de uso comum como alternativa ao lazer, representando falta de adequação entre o projeto e a apropriação dos espaços públicos. Para realizar essa investigação um dos objetivos específicos é a realização de pesquisa bibliográfica sobre o lazer e o desenvolvimento da criança e suas relações com o espaço, seguindo o diagrama 01.

Diagrama 01 – Organização da revisão bibliográfica



Fonte: Elaboração da autora (2014).

3.2. Análise do Projeto arquitetônico

O projeto arquitetônico será analisado com o objetivo de verificar:

- a) A previsão ou não de área de lazer para crianças;
- b) Em caso negativo, verificar a existência de áreas livres que possam ser utilizadas pelas crianças com essa finalidade;
- c) Em caso positivo, verificar:
 - i) Localização;
 - ii) Dimensão;
 - iii) Equipamentos projetados;
 - iv) Distâncias dos prédios;
 - v) Acessos;
 - vi) Aberturas que indiquem possível vigilância natural;
 - vii) Se o que foi projetado encontra-se construído.

3.3. Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo consistirá das seguintes etapas:

- 3.3.1. Análise do espaço físico, realizada através de observação, anotações e fotografias, visa observar e registrar as condições físicas do ambiente e comparar o espaço construído com o espaço projetado, a fim de constatar se o projeto original foi mantido, se foram feitas alterações durante a execução ou adaptações pelos usuários;
- 3.3.2. Observação de vestígios físicos, que consiste em procurar de forma sistemática no ambiente físico os reflexos de atividade realizada (ou a falta dela), para que se possa inferir como o ambiente é utilizado pelas pessoas, como elas se sentem em relação a este, se atende suas necessidades, de que modo ficou no estado em que encontra e as decisões tomadas pelos projetistas e construtores sobre esse ambiente (ZEISEL, 1993).
- 3.3.3. Observação comportamental, que significa olhar as pessoas enquanto usam seu ambiente, seja individualmente, aos pares, em pequenos grupos ou em grandes grupos, a fim de examinar o que fazem, como as relações espaciais os afetam, a regularidade de condutas, os usos esperados, os novos usos e os usos indevidos de um lugar e ainda as oportunidades ou restrições de comportamento que o ambiente proporciona (ZEISEL, 1993).
- 3.3.4. Observação dos Espaços de Lazer, realizada através de Ficha de Observação dos Espaços de Lazer (ver Apêndice B), elaborada em forma de perguntas a serem respondidas assinalando as alternativas sim ou não. A elaboração dessa Ficha foi feita a partir do Roteiro de Observação dos Espaços de Lazer, construído com base nos autores pesquisados, listando os elementos que devem estar presentes em um espaço de lazer infantil, reunidos em quatro aspectos: localização, configuração, equipamentos e ambientais, conforme quadro 01 abaixo

Quadro 01 – Roteiro de observação dos espaços de lazer infantil

Aspectos	Elementos	Espaços	
		Área projetada para o lazer infantil	Área apropriada pelas crianças
Localização	Locais próximos da residência	A ser identificado na análise do projeto arquitetônico	A ser identificado na observação do espaço
	Vigilância natural		
	Centralidade		
	Fácil acesso		
Configuração	Complexidade visual		
	Materiais, texturas variados		
	Espaço para correr e brincar e para recreação livre		
	Acesso ao jogo		
Equipamentos	Elementos móveis ou interativos		
	Aparelhos (formas/tamanhos/usos diversos)		
	Segurança do brinquedo		
Ambientais	Zonas de sol e sombra		
	Iluminação artificial		
	Contato com vegetação		

Fonte: Elaboração da autora (2014).

3.4. Análise dos Dados

Segundo Patton (1980) e Rudio (1983), a análise dos dados coletados em uma pesquisa é um processo de ordenação e organização destes em padrões, categorias e unidades básicas descritivas, codificando-os e tabulando-os, a fim de que sejam interpretados, atribuindo-se significado à análise, através da explicação dos padrões encontrados e da relação detectada ente as dimensões descritivas.

A análise dos dados obtidos, a partir da coleta realizada na pesquisa de campo a ser realizada no Residencial Jardim Campo Grande e Residencial Jardim dos Pardais, seguirá a sistematização demonstrada no quadro 02, segundo as fontes de evidência e métodos de análise:

Quadro 02 – Sistematização da análise dos dados

Fontes de evidência	Métodos Analíticos		Métodos Empíricos	
	Dados	Método de análise	Dados	Método de análise
Projeto arquitetônico	Localização e configuração de espaços para brincadeira	Mapeamento de uso pelas crianças	Informações colhidas durante a observação	Medição, Espacialização
Ficha de análise do espaço físico	Descrição, Diagramação	Interpretação	Registro de ocorrências	Tabulação de recorrências
Ficha de observação dos espaços de lazer				
Ficha de observação dos vestígios físicos				
Mapa comportamental				
Fotografias				

Fonte: Elaboração da autora (2014).

APÉNDICE B

Ficha de observação dos espaços de lazer infantil – Jardim Campo Grande

ASPECTOS	ELEMENTOS	ANÁLISE DAS ÁREAS PROJETADAS	
		SIM	NÃO
LOCALIZAÇÃO	1.1 Fica próximo das residências?		
	1.2 Existem aberturas, circulação de pessoas que permitam vigilância natural?		
	1.3 É localizada em uma região central do Residencial?		
	1.4 É de fácil acesso?		
CONFIGURAÇÃO	2.1 Possui complexidade visual?		
	2.2 Tem materiais e texturas variadas?		
	2.3 Possui espaço para recreação livre (correr)?		
	2.4 Existe campo para jogos?		
EQUIPAMENTO	3.1 Possui elementos móveis, interativos?		
	3.2 Existem brinquedos?		
	3.3 Os brinquedos são seguros?		
AMBIENTAIS	4.1 Existem zonas de sol e sombra?		
	4.2 Existe iluminação artificial?		
	4.3 Possibilita contato com vegetação?		

Fonte: Elaboração da autora (2014).

Observações:

*Não foi possível observar a área apropriada, pois não existe uma única área apropriada, mas áreas difusas espalhadas por todo o condomínio.

**Não havia brinquedos para observar.

Ficha de observação dos espaços de lazer infantil – Jardim dos Pardais

ASPECTOS	ELEMENTOS	ANÁLISE DAS ÁREAS PROJETADAS	
		SIM	NÃO
LOCALIZAÇÃO	1.1 Fica próximo das residências?		
	1.2 Existem aberturas, circulação de pessoas que permitam vigilância natural?		
	1.3 É localizada em uma região central do Residencial?		
	1.4 É de fácil acesso?		
CONFIGURAÇÃO	2.1 Possui complexidade visual?		
	2.2 Tem materiais e texturas variadas?		
	2.3 Possui espaço para recreação livre (correr)?		
	2.4 Existe campo para jogos?		
EQUIPAMENTO	3.1 Possui elementos móveis, interativos?		
	3.2 Existem brinquedos?		
	3.3 Os brinquedos são seguros?		
AMBIENTAIS	4.1 Existem zonas de sol e sombra?		
	4.2 Existe iluminação artificial?		
	4.3 Possibilita contato com vegetação?		

Fonte: Elaboração da autora (2014).

Observações:

*Não foi possível observar a área apropriada, pois é inexistente.